6. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA BÁSICA

6.1 DISCIPLINAS/ COMPONENTES CURRICULARES DO 1º SEMESTRE

Código	Eixo/Campo de Formação			Disciplina/Componente Curricular/ 1º Semestre			
DIR 100	Formação Fundamental – FF			Introdução ao Estudo do Direito I			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
				Introdução ao Estudo do Direito II, Teoria da Constituição, Direito Penal I, Direito Civil I			
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Prático**	**Trabalho**	**Total**
02	01		03	30	30		60

Ementa

O problema da Ciência do Direito. Jusnaturalismo e Positivismo Jurídico. Escola da Exegese. Sociologismo Jurídico. Teoria Pura do Direito. Teoria Egológica do Direito. Teoria Tridimensional do Direito. Norma Jurídica - Validade, Eficácia e Vigência. Fontes do Direito. Princípios Jurídicos. Conceitos Jurídicos Fundamentais. Conceitos Jurídicos Fundamentais. Fato Jurídico. Relação Jurídica. Sujeito de Direito. Direito Subjetivo. Dever Jurídico. Ilícito. Sanção.

Objetivos

2.1. GERAL

Compreender as principais teorias jurídicas e as suas ideologias para entender a epistemologia do Direito como do fenômeno cientifico relacionando-as ao contexto dos Direitos Humanos.

2.2. OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Analisar as diversas concepções de Direito relacionando com as teorias jurídicas;
- Refletir sobre as bases ideológicas no conceito de Direito destacando as posições do jusnaturalismo e do juspositivismo;
- Compreender os aspectos normativo destacando a sua estrutura, eficácia, fontes e a sua eficácia.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: CONCEPÇÃO DO DIREITO

1.1 Definições, concepções e realidade do Direito.
1.2 Conceito e temática da Introdução à Ciência do Direito: Ciência e Filosofia.
1.3 A questão do conhecimento jurídico: multiplicidade de enfoques: dogmática jurídica e zetética jurídica.
1.4 Relação do Direito com outras áreas do saber.
1.5 Homem. sociedade e direito.
1.6 Teoria Geral do Direito - Conceito e temática - Posição no quadro do conhecimento jurídico.
1.7 Conceitos Jurídicos Fundamentais da Teoria Geral do Direito e Dogmática jurídica.

UNIDADE II: EPISTEMOLOGIA JURÍDICA E DIREITOS HUMANOS

2.1 Epistemologia: a questão da cientificidade do Direito
2.2 Os fundamentos epistemológicos e ideológicos da Ciência Dogmática do Direito
2.3 Teorias Jurídicas e as suas concepções ideológicas do jus naturalismo, da Escola Histórica do Direito, jus positivismo, do egologismo e da crítica jurídica
2.4 O conceito de sistema no direito:
2.4.1 A formulação jusnaturalista
2.4.2 O positivismo e a teoria do ordenamento jurídico.
2.4.3 Fundamentação e derivação das normas jurídicas
2.4.4 A norma fundamental
2.4.5 Completude do ordenamento - Solução de antinomias
2.5 Tendências atuais do pensamento jurídico: Luhman, Habermas, Foucault
2.6 Direitos Humanos e cidadania

UNIDADE III: AS FONTES DO DIREITO E A SUA EFICÁCIA.

3.1 Fontes do Direito: O processo de construção do Direito
3.2 Papel das fontes na aplicação do direito - Evolução histórica.
3.3 Teoria da norma:
3.3.1 A norma jurídica e as demais normas sociais;
3.3.2 A norma como proposição lógica;
3.3.3 Norma e valor Validez, eficácia e legitimidade da norma;
3.3.4 Características; Classificação da norma jurídica;
3.3.5 Direito Subjetivo (Conceito - Teorias sobre a natureza do direito subjetivo
3.3.6 Classificação. Proteção dos direitos subjetivos);
3.3.7 Fato Jurídico (Conceito - Classificação – Eficácia)
3.3.8 Teoria da Relação Jurídica.

Metodologia

- Aulas expositivas;
- Leitura dirigida;
- Discussão de texto;
- Atividades em grupos.

Avaliação

- Participação do aluno em sala de aula;
- Trabalhos individuais ou em grupo;
- 02 (duas) ou mais avaliações escritas.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Vera Regina Pereira. **Dogmática Jurídica. Escorço de sua configuração e identidade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.
FERRAZ JR. Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito: técnica. Decisão. Dominação.** 2 ed. São Paulo: Atlas. 199.
KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: ed. Martins Fontes, 1994
LYRA FILHO, Roberto. **O que é o Direito?** São Paulo: Brasiliense, 1982
NUNES. Luiz Antonio Rizzatto. **Manual de Introdução ao Estudo do Direito.** 2 ed. São Paulo: Saraiva. 1.999.
REALE, Miguel. **Lições Preliminares do Direito.** São Paulo: Saraiva, 1998.
WARAT. Luis Alberto. **Introdução geral ao Direito I.** Interpretação da lei: temas para uma reformulação. Porto Alegre: Fabris 1994.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação			Disciplina/Componente Curricular/1º Semestre			
DIR101	Formação Fundamental - FF			Direito e Sociedade			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
				Sociologia Jurídica, Direito e os Movimentos Sociais			
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Prático**	**Trabalho**	**Total**
02	01		03	30	30		60

Ementa

Caracteriza a origem e transformações das instituições jurídicas, estruturas Sociais e controle social através do Direito. Aborda as relações entre direito e mudança social e as mútuas e recíprocas conexões entre direito e sociedade. Analisa as principais correntes do pensamento sociológico, tratando dos conceitos fundamentais. Problematiza as interfaces entre saber, poder e dominação e as distinções entre raciocínio sociológico de um argumento de senso-comum, estimulando o tratamento analítico dos fatos ou fenômenos sociais do dia-a-dia dando ênfase às diversas concepções e lugares do direito na sociedade como abaixo relacionado: campo jurídico e sua expressão simbólica, direito como representação das relações sociais, direito como fato social; direito como instrumento de limitação e controle do poder estatal; direito como instrumento de manutenção de poder político e econômico das elites; direito como instrumento de acesso à cidadania, direito como Direitos Humanos.

Objetivos

- Fazer uma reflexão sobre a origem e as transformações das instituições jurídicas, das estruturas sociais e do controle social através do Direito.
- Identificar o papel da Sociologia como ciência das transformações sociais, enquanto estudo da sociedade.
- Diferenciar o conhecimento científico do conhecimento comum e relevar a sua importância como instrumento de poder e dominação.
- Identificar a contribuição de Durkheim, Marx e Max Weber, como cientistas sociais, ao estudo do Direito.
- Estabelecer as relações entre direito, poder e dominação, ressaltando as formas de exercício do poder e de produção de conhecimento.
- Analisar críticamente acerca do fenômeno das desigualdades sociais dentro do processo histórico brasileiro.
- Analisar o Direito, sua efetividade e eficácia social como instrumento de transformação social.
- Refletir o Direito como instrumento produtor de normas de controle social a serviço do Estado e da necessidade de sua modernização.
- Identificar os direitos constitucionais do cidadão e os mecanismos de sua efetivação no Estado Democrático de Direito
- Conhecer e analisar as formas e as técnicas de limitação do poder estatal em relação ao cidadão

Identificar os mecanismos legais de acesso à justiça e os limites e entraves do Estado.

Conteúdo Programático

UNIDADE I – ESTUDO DA SOCIEDADE, DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS.

1.1. Sociologia, Sociedade e Direito
1.2 A Sociologia como ciência da sociedade
1.3 Conceitos sociológicos fundamentais para a compreensão do estudo da sociedade.
1.4 A contribuição das principais correntes do pensamento sociológico ao Direito: Durkheim, Marx e Max Weber.
1.5 Ordem e poder na organização social
1.6 Sociologia da sociedade brasileira
1.7 As instituições jurídicas e suas transformações sociais
1.7.1 A origem do Direito, da lei e da justiça

1.7.2 Direito positivo e sociedade
1.7.3 O Direito como sistema social
1.7.4 Efetividade dos sistemas jurídicos.
1.7.5 O Direito como fenômeno social

UNIDADE II – DIREITO, CONTROLE E MUDANÇAS SOCIAIS

2.1 O Direito como instrumento de mudança social
2.2 Controle Social e Direito
2.3 Direito como fato social
2.4 Direito como instrumento de limitação e controle do poder estatal
2.5 Direito como representação das relações sociais
2.6 Direito como manutenção do poder político e econômico das elites

UNIDADE III - DIREITO, CIDADANIA E DEMOCRACIA

3.1 Acesso à justiça: garantias e limitações no Estado Democrático de Direito
3.2 Direito como instrumento de acesso à cidadania e aos Direitos Humanos
3.3 Os mecanismos legais e legítimos de produção do Direito
3.4 Pluralismo Jurídico, Político e Democracia.

Metodologia

- Aulas expositivas;
- Leitura dirigida;
- Discussão de texto;
- Atividades em grupos.

Avaliação

- Participação do aluno em sala de aula;
- Trabalhos individuais ou em grupo;
- 02 (duas) ou mais avaliações escritas.

Bibliografia Básica

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. 5º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

AGUIAR, Roberto A. R. De, **Direito, Poder e Opressão.** São Paulo: Alfa-Omega, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

DURKHEIM, Emile. **Lições de Sociologia. A Moral, o Direito e o Estado**. São Paulo: T.A. Queiroz Editor e Universidade de São Paulo, 1983.

SORJ, Bernardo. **A Nova Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003

SOUTO, Cláudio e FALCÃO, Joaquim (Org.). **Sociologia e Direito: textos básicos para a disciplina de sociologia jurídica.** São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2005.

WEBER, Max**. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 3º ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

==========

Código		Eixo/Campo de Formação		Disciplina/Componente Curricular/ 1º Semestre			
DIR102		Formação Fundamental – FF		Teoria Geral do Estado			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
				Ciência Política, Teoria da Constituição			
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
02	01		03	30	30		60

Ementa

Analisa a origem e evolução do Estado, suas relações com os sistemas econômicos, formas de poder, formas de governo, regimes políticos, partidos políticos nos paradigmas do Estado Liberal, Estado Social e Estado Democrático de Direito, dando ênfase à formação do Estado no Brasil e na Bahia. Aprofunda as noções de democracia direta ou participativa, semi-direta e representativa, de formas do exercício do poder político destacando os novos arranjos institucionais na relação Estado e sociedade civil introduzindo a noção de controle social do Estado. Reflete sobre os elementos jurídicos caracterizadores do Estado, com ênfase na soberania dos Estados Nacionais num cenário de globalização e de novas institucionalidades supranacionais, compreende a relação entre Estado e Direito enfatizando noções de legitimidade e legalidade, poder e violência, separação e equilíbrio ente os poderes em especial ao papel do poder judiciário como garante dos direitos humanos.

Objetivos

OBJETIVO GERAL

- Conhecer, nas perspectivas teórico/conceitual, analítica e histórica, o que é o Estado moderno/contemporâneo, as dimensões envolvidas nas suas diferentes definições, as formas que ele assume historicamente, as mediações e as relações que ele estabelece com a sociedade civil e, principalmente, as suas relações com o direito.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: A(S) DEFINIÇÃO(ÕES) TEÓRICO/CONCEITUAL(IS) DO ESTADO

1.1 A construção da idéia de Estado (Estado Nacional);
1.2 Dicotomia público-privado;
1.3 Sociedade civil e Estado;
1.4 Natureza e desenvolvimento do Estado moderno: características, dimensões, origem e formação;
1.5 Estado, poder e governo;
1.6 Origem da comunidade estatal;
1.7 A imagem do homem e do Estado.

UNIDADE II: A ANÁLISE DAS RELAÇÕES, DAS DIMENSÕES E DAS FORMAS ASSUMIDAS PELO ESTADO MODERNO

2.1 A gênese do Estado burocrático;
2.2 Estado como comunidade jurídica;
2.3 Estado, poder e direito;
2.4 Estado e democracia e formas de representação;
2.5 Estados democráticos modernos;
2.6 Democracia representativa, deliberativa e participativa;
2.7 Estado e governo;
2.8 Partidos políticos e meios de comunicação;
2.9 O debate contemporâneo sobre o Estado;

2.10 O federalismo brasileiro;
2.11 Estado nacional e globalização.

Metodologia

A disciplina está estruturada com base em dois pilares: a leitura dos textos básicos por todos os alunos e o debate em sala de aula. O debate será estruturado de acordo com as circunstâncias, podendo ser aberto a partir de seminários provocativos ou questionadores ou com base em roteiros propostos pelo professor.

Avaliação

A avaliação da disciplina será estruturada com base na elaboração/apresentação de dois relatórios escritos, um por unidade, e da participação em um seminário; as notas valerão entre 0 e 10.

Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade. Para uma teoria geral da política**. 9ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado.** 26a Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
FLEINER-GERSTER, Thomas. **Teoria Geral do Estado.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.
FONSECA, Ricardo Marcelo (Org.). **Repensando a teoria do Estado**. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2004.
NOVAES, Adauto (Org.). **A crise do Estado-Nação.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação			Disciplina/Componente Curricular/ 1º Semestre			
LET 067	Formação Fundamental - FF			Produção de Texto Técnico - Científico			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Prático**	**Trabalho**	**Total**
02	01		03	30	30		60

Ementa

Instrumentaliza o aluno na leitura e produção de textos acadêmicos observando as normas técnicas da ABNT, na elaboração de resenhas, no planejamento e organização dos trabalhos de iniciação à pesquisa destacando a concepção de ciência, os tipos de conhecimento.

Objetivos

- Desenvolver competências que possibilitem a compreensão e a produção das várias modalidades de textos orais e escritos
- Exercitar procedimentos recomendados pela ABNT para a prática de fichamentos, resumos e resenhas
- Ler, compreender, interpretar e produzir textos de várias modalidades em consonância com disciplinas da matriz curricular do curso de direito
- Estudar e executar os instrumentos adequados à metodologia de pesquisa
- Discutir características do trabalho científico e as etapas básicas da pesquisa científica
- Discutir sobre a responsabilidade social do pesquisador

Conteúdo Programático

UNIDADE I: A PREPARAÇÃO INICIAL PARA A ESCRITA ACADÊMICA/CIENTÍFICA

1.1 O gênero resumo escolar/acadêmico e outros gêneros
1.2 Sumarização: processo essencial para a produção de resumos (argumentos)
1.3 A localização e explicitação das relações entre as idéias mais relevantes do texto
1.4 O plano global de uma resenha acadêmica (prototípica)
1.5 Escrever: atividade social imprescindível

UNIDADE II: NATUREZA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

2.1 O método científico: conceitos, métodos e técnicas
2.2 A linguagem e a norma: resumos, resenhas

2.3 As normas NBR 10520; NBR 6023; NBR 14724; NBR 6024; NBR 6028 e NBR 6027 **UNIDADE III: A CONSTRUÇÃO DE TEXTO ACADÊMICO**
Metodologia
Tomando o texto como eixo do processo, realizar aulas teóricas e práticas, com exposição participada, estudo dirigido de textos, exercícios de aplicação dos conhecimentos teóricos, através da leitura, comentários, interpretação e produção das diversas modalidades escrita e falada.
Avaliação
A avaliação é um processo contínuo e permanente, que busca analisar se as metas foram alcançadas e de que forma. O processo avaliativo estará em efetivação no decorrer de todas as aulas, em todas as atividades realizadas. Além disso, atenderá aos seguintes critérios: Freqüência, assiduidade e participação às aulas; Leitura e estudo prévio da bibliografia indicada; Pontualidade na entrega dos trabalhos solicitados; Capacidade de análise, síntese e argumentação em produções escritas.
Bibliografia Básica
ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. 7. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. CALAZANS, Julieta. **Iniciação científica**: construindo o pensamento crítico. São Paulo: Cortez, 1999. MACHADO, Anna Rachel, LOUSADA, Eliane Gouvêa e ABREU-TARDELLI, Lília Santos. **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. MAGALHÃES, Gildo. **Introdução à metodologia da pesquisa**: caminhos da ciência e tecnologia. São Paulo: Ática, 2005. MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000. FREIRE, Paulo. **A Importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 39. ed. São Paulo: Cortez, 2000. ROBLES, Gregório. **O Direito como Texto**. Barueri, SP: Manole, 2004. SOURIOUX, Jean-Louis e LERAT, Pierre. Tradução Joana Canêdo. **Análise de texto**: **método geral e aplicações no direito.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação			Disciplina/Componente Curricular/ 1º Semestre			
ECO 020	Formação Fundamental – FF			Economia Brasileira			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Prático**	**Trabalho**	**Total**
02	01		03	30	30		60
Ementa							
Reflete sobre a economia primário-exportadora e o Estado Liberal; a grande depressão mundial e o surgimento do Estado Interventor; a revolução de 1930 e o Estado Desenvolvimentista; a CEPAL e o processo de industrialização tardia; a perspectiva da intervenção planejada e os seus diversos Planos de Desenvolvimento Econômico; o "milagre" econômico e as causas da crise; os anos 80 e a crise recessiva: fiscal e a divida pública; os planos de estabilização econômica; a economia brasileira e o neoliberalismo e as tendências da economia brasileira procurando relacionar com o Direito.							
Objetivos							
1. Proporcionar aos alunos do curso de direito conhecimento sobre a inter-relação entre a economia e as demais ciências sociais em geral e particularmente com direito; 2. Analisar os aspectos centrais da formação econômica brasileira, para compreender as principais correntes teóricas brasileiras e seus embates; 3. Refletir sobre os principais contextos históricos da economia brasileira do século XX e as suas inter-							

relacões com o direito, a cidadania e a democracia

Conteúdo Programático

UNIDADE I: EXPANSÃO DO CAPITAL MERCANTIL

1.1 Introdução: O Direito e a Economia
1.2 Colonialismo: Exploração sem ocupação e economia primário-exportadora.
1.3 Os limites: Crise do modelo econômico e do Estado liberal

UNIDADE II: A GRANDE DEPRESSÃO DE 1929 E A INFLUÊNCIA KEYNESIANA

2.1 O Estado interventor
2.2 A revolução de 1930
2.3 O "projeto nacional" de Vargas
2.4 O Estado desenvolvimentista

UNIDADE III: CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL PÓS 2ª.GUERRA

3.1 Direcionamento internacional para a reconstrução
3.2 A CEPAL, o desenvolvimentismo e a industrialização tardia
3.3 O processo de substituição de importações
3.4 A perspectiva de intervenção planejada
3.5 Os planos de desenvolvimento

UNIDADE IV: LIMITES DO PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

4.1 Anos 60: Primeira crise industrial endógena
4.2 Tensão política:
4.2.1 Incorporação internacional passiva ou "Reformas de Base"
4.2.2 O Contexto da guerra-fria
4.2. 3 Renuncia, parlamentarismo e golpe
4.3 Determinações políticas da recessão planejada: o Plano Trienal e o PAEG

UNIDADE V: A ECONOMIA NO PERÍODO DITATORIAL

5.1 O sucesso do plano (PAEG) de estabilização
5.2 O fluxo internacional de capitais
5.3 E estabilidade política pela repressão e a retomada do crescimento
5.4 O "milagre" econômico, a competitividade espúria e o crescimento do Estado
5.5 Limites do autoritarismo: dívida externa, crise do petróleo e 2º. PND

UNIDADE VI: AS DÉCADAS PERDIDAS (1980 E 1990) E TENDÊNCIAS ATUAIS

6.1 Falta de crescimento econômico, déficit fiscal e dívida públicas.
6.2 Descontrole inflacionário e planos de estabilização econômica
6.3 Alterações demográficas e implicações nas políticas públicas
6.4 A economia brasileira e o neoliberalismo

UNIDADE VII: TENDÊNCIAS ATUAIS DA ECONOMIA BRASILEIRA

Metodologia

- Aulas expositivas;
- Leitura dirigida;
- Discussão de texto;
- Atividades em grupos.
-

Avaliação
• Participação do aluno em sala de aula; • Trabalhos individuais ou em grupo; • 02 (duas) ou mais avaliações escritas.
Bibliografia Básica
BAER, Verner. **A Economia Brasileira.** 2ª. edição, Nobel, 2004 BRUM, Argemiro, J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 12ª. edição Vozes, 1993 FURTADO, Celso, **Formação Econômica do Brasil.** 10.edição, Cia Editora Nacional, 1970. GREMAUD, AMAURY Patrick et. al. **Economia Brasileira Contemporânea**. 4. ed. São Paulo: ATLAS, 2002. IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil: 1930-1970**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira.** São Paulo/Petrópolis (RJ): Polis/Vozes, 1984. REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 1999. - (Coleção Manuais). SINGER, Paul. **A Crise do "Milagre".** 3ª. edição, Paz e Terra, 1977. VASCONCELOS. Marco Antônio e GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de Economia**, 2ª edição, Saraiva, 2005.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação			Disciplina/Componente Curricular/ 1º Semestre			
CIS155	Formação Fundamental – FF			Filosofia			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
				Filosofia do Direito, Ética			
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Prático**	**Trabalho**	**Total**
02	01		03	30	30		60

Ementa
Aborda as questões originais da filosofia, bem como as respostas forjadas no âmbito das diferentes correntes filosóficas numa perspectiva histórica. Trata a problemática do justo e da verdade em Platão e Aristóteles articulada com as questões da ética. Discute sobre a emergência da política e o ideal republicano. Situa as questões da filosofia contemporânea.
Objetivos
Problematizar o conceito de filosofia, desde a sua origem, identificando o seu objeto e o seu método. Situar historicamente a filosofia, compreendendo o seu significado e as relações com as demais formas de conhecimento. Reconhecer o problema da filosofia desde a sua origem, confrontando as diversas respostas forjadas no interior das diferentes perspectivas filosófica, a partir das contribuições dos sofistas. Articular temas filosóficos com o Direito, destacando o problema da verdade e do justo em Platão e Aristóteles numa articulação com a questão da ética. Compreender os traços essenciais da filosofia medieval e o debate argumentativo dos seus principais representantes (Santo Tomás de Aquino e Santo Agostinho). Contextualizar historicamente as questões tratadas pela a filosofia moderna, destacando a emergência do ideal republicano.
Conteúdo Programático
UNIDADE I - PENSAMENTO ANTIGO 1.1 Filosofia: Objeto, conceito e justificativa 1.2 Filosofia, teologia, mito, senso comum e ciência 1.3 O debate dos sofistas e as contribuições para a sistematização dos problemas filosóficos 1.4 O problema da verdade e do justo em Platão e Aristóteles

UNIDADE II – PENSAMENTO MEDIEVAL

2.1 O Tratado das Leis na *Summa* Teológica - Santo Tomás de Aquino:
2.2 Da Essência da Lei; dos vários tipos de Lei; dos Efeitos da Lei; da Lei Eterna; da Lei Natural e da Lei Humana.

UNIDADE III – PENSAMENTO MODERNO E CONTEMPORÂNEO
3.1 Montesquieu - Do Espírito das Leis
3.2 Kant - Razão Prática, Ética e Direito
3.3 Rousseau – O contrato Social

Metodologia

Aula expositiva participada e dialogada; Leitura orientada - individual e em grupo Apresentação oral, pelos alunos, das produções resultantes das pesquisas e leituras realizadas individualmente e em grupo. Painel integrado.

Avaliação

Considerando a natureza da disciplina, seus objetivos e a metodologia utilizada no decorrer do processo, a avaliação da aprendizagem levará em conta: a) presença, participação dos alunos nas atividades planejadas, antecipadamente, e propostas para a sua realização, com critérios acordados no grupo para pontuação; b) a escrita de um texto que articule os conceitos fundantes da disciplina e discutidos em no decorrer das aulas; c) apresentação oral de um trabalho no seminário interdisciplinar, final da terceira unidade.

Bibliografia Básica

AQUINO, Sto. Tomas**. Suma teológica**. S. Paulo: Abril Cultural, 1979.
AGOSTINHO, Sto. **Os pensadores**. Abril Cultural, 1979.
ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia.** São Paulo. Editora Ática. 1990.
MONTESQUIEU. **O espírito das leis** (Livro 1, Capítulo 2).
OS PRÉ-SOCRÁTICOS. **Coleção os Pensadores**. S. Paulo: editora Nova Cultura, 1999.
PLATÃO**. A república**. S. Paulo: Abril cultural, 1979.
ROUSSEAU, J.J. **O Contrato social.** São Paulo. Ed. Ouro, 1988.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação			Disciplina/Componente Curricular/ 1º Semestre			
DIR 103	Formação Fundamental - FF			História do Direito			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Prático**	**Trabalho**	**Total**
02	01		03	30	30		60

Ementa

Reflete sobre as raízes da história do direito brasileiro desde a antiguidade até ao paradigmas da historiografia crítica do direito moderno. Analisa o processo de construção do direito ao longo da colonização mercantil, industrial e tecnológica da América, em especial, o discurso da inferioridade latino-americana; o papel do Estado, das elites na construção do Direito Nacional e a sua dinâmica na sociedade brasileira, destacando a grande propriedade rural, a escravidão, a família, as instituições, a retórica, o bacharelismo no Brasil; os horizontes ideológicos da cultura jurídica brasileira e a trajetória histórica do pensamento jurídico crítico e as suas repercussões nas práticas jurídicas no Brasil e na Bahia

Objetivos

GERAL
Compreender e analisar criticamente as raízes da história do direito no Brasil, destacando o processo de

construção das fontes, das instituições, dos paradigmas e das tradições das práticas jurídicas, para compreender as relações políticas, sociais, econômicas e culturais do direito na contemporaneidade.

ESPECÍFICOS

1. Analisar a disciplina história do direito seu objeto de estudo, campo de atuação como ciência e disciplina obrigatória na formação do bacharel em direito
2. Refletir sobre as raízes da história do direito brasileiro desde a antiguidade até ao paradigmas da historiografia crítica do direito moderno
3. Analisa o processo de construção do direito ao longo da colonização mercantil, industrial e tecnológica da América, em especial, o discurso da inferioridade latino-americana
4. Compreender o papel do Estado, das elites na construção do Direito Nacional e a sua dinâmica na sociedade brasileira, destacando a grande propriedade rural, a escravidão, a família, as instituições, a retórica, o bacharelismo no Brasil;
5. Refletir sobre os horizontes ideológicos da cultura jurídica brasileira e a trajetória histórica do pensamento jurídico crítico e as suas repercussões nas práticas jurídicas no Brasil e na Bahia
6. Elaborar um texto interdisciplinar para enfrentar a discussão sobre a formação do bacharel em direito na sociedade contemporânea enfocando a questão da cidadania e da democracia .

Conteúdo Programático

UNIDADE I: HISTÓRIA DO DIREITO E OS GRANDES SISTEMAS JURIDICOS

1.1 A disciplina história do direito seu objeto de estudo, campo de atuação como ciência e disciplina obrigatória na formação do bacharel em direito

1.2 As raízes da história do direito brasileiro desde a antiguidade até ao paradigmas da historiografia crítica do direito moderno.

1.3 Os grandes Sistemas Jurídicos Contemporâneos

UNIDADE II: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO DIREITO

2.1 O processo de construção do direito ao longo da colonização mercantil, industrial e tecnológica da América, em especial, o discurso da inferioridade latino-americana

2.2 O papel do Estado, das elites na construção do Direito Nacional e a sua dinâmica na sociedade brasileira,

2.3 A Administração da Justiça brasileira e os problemas da propriedade rural, da escravidão, da família, das instituições políticas, a retórica, o bacharelismo no Brasil;

2.4 Os horizontes ideológicos da cultura jurídica brasileira e a trajetória histórica do pensamento jurídico crítico e as suas repercussões nas práticas jurídicas no Brasil e na Bahia

UNIDADE III: AS BASES DO PENSAMENTO JURÍDICO CRÍTICO

3.1 As Escolas do pensamento jurídico crítico e a sua trajetória no Brasil e na Bahia

3.2 A formação do bacharel em Direito no enfrentamento da cidadania e democracia

3.3 A apropriação da função social normativa

Metodologia

- Aulas expositivas;
- Leitura dirigida;
- Discussão de texto;
- Atividades em grupos.

Avaliação

- Participação do aluno em sala de aula;
- Trabalhos individuais ou em grupo;
- 02 (duas) ou mais avaliações escritas.
- O trabalho interdisciplinar

Bibliografia Básica

ADORNO, Sérgio. **Os Aprendizes do Poder**. São Paulo: Rio de Janeiro: Paz e Terra , 1988.
AZEVEDO, Luiz Carlos de. **História do Direito, Ciência e Disciplina.** Osasco. Fieo, 1998.
DAVID, René. **Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo.** São Paulo: Martins Fontes, 2º tiragem, 1998.
LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História. Lições Introdutórias**. São Paulo: Max Limonand, 2000.

WOLKMER, Antônio Carlos. **História do Direito no Brasil.** Rio de Janeiro: Forense, 1998.
_____. **Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico**. SP. Saraiva. 2002.
GOMEZ, Diego D. **Entre a lei e o Direito: Contribuição para uma teoria do direito Alternativo**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 1º Semestre
DIR 026	Formação Prático - FPR	Seminário Interdisciplinar de Pesquisa I

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
00	01		01		30		30

Ementa

A disciplina aborda o significado da interdisciplinaridade frente a fragmentação do saber elaborado no âmbito do positivismo; propõe o planejamento,a realização de pesquisa bibliográfica, a organização do conhecimento e a comunicação dos resultados da pesquisa como forma de exercício interdisciplinar.

Objetivos

- Compreender o conceito e finalidade de seminário
- Refletir sobre o conceito de interdisciplinaridade e os desdobramentos nas práticas de pesquisa e nas pedagógicas -
- Compreender o sentido e significado do seminário interdisciplinar
- Organizar e realizar um seminário de pesquisa na perspectiva interdisciplinar em torno de um tema acordado no grupo, considerando os conteúdos das diferentes disciplinas do semestre
- Realizar o seminário contando com a participação dos demais professores do semestre, estudantes e comunidade externa.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: A INTERDISCIPLINARIDADE

1.1 Conceito e desafios para a sua implementação
1.2 Concepção de interdisciplinaridade
1.3 A interdisciplinaridade no curso de Direito

UNIDADE II: SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR

2.1 Conceito e finalidade
2.2 Planejamento do seminário: organização de grupos/tema/delimitação/ roteiro
2.3 Pesquisa bibliográfica/elaboração do texto
2.4 Simulação do seminário
2.5 Realização do seminário

Metodologia

A realização do seminário interdisciplinar exige planejamento detalhado, desde a constituição dos grupos, escolha da temática e sua delimitação, roteiro das tarefas e da pesquisa, realização da pesquisa, elaboração do texto conforme Normas Técnicas. Para tanto, está previsto a realização de leitura colaborativa de textos sobre o significado do seminário, e da interdisciplinaridade e implicações prática- primeiro encontro. Após esta primeira etapa serão realizadas reuniões, previamente acordadas no grupo, para: constituição dos grupos; definição do tema e sua delimitação, elaboração do plano de pesquisa e distribuição de tarefas. Na segunda reunião os grupos apresentam as tarefas executadas, além da avaliação e ajustes necessários e planejamento para a reunião seguinte e assim sucessivamente. Por fim, será a vez da realização do seminário, com a presença dos professores envolvidos, que terão uma ficha de avaliação para acompanhar a apresentação dos alunos.

Avaliação

A avaliação no âmbito desta disciplina será processual, considerando os objetivos propostos e as produções parciais até a realização final, cujo produto (Apresentação dos resultados da pesquisa em forma de seminário) será também avaliado pelos demais professores, que atribuirão notas de acordo com os critérios estabelecidos na ficha de avaliação.

Obs.Será elaborado um instrumento de avaliação do evento, para que os participantes possam emitir suas percepções.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1997.
FAZENDA, Ivani. **Conversando sobre interdisciplinaridade à distância**. São Paulo: PUC-SP/UNICID, mimeo, 2001.
_____. **Diversidade cultural no currículo de formação de professores: uma dimensão interdisciplinar**. São Paulo: PUC-SP/UNICID, mimeo, 2001.
_____. **Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1999.
_____. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
FURLANETTO, Ecleide C. **A sala de aula interdisciplinar vista como um vaso alquímico**. São Paulo: UNICID, mimeo, 2001.
JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
_____Interdisciplinaridade. In: **Patologia do Saber**. São Paulo: Francisco Alves. 1996
SANTOS, Boaventura. **Um discurso sobre as ciências**. 9. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

==========

6.2 DISCIPLINAS/ COMPONENTES CURRICULARES DO 2º SEMESTRE

Código		**Eixo/Campo de Formação**		**Disciplina/Componente Curricular/ 2º Semestre**			
DIR 104		Formação Fundamental - FF		Introdução ao Estudo do Direito II			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
Introdução ao Estudo do Direito I				Psicologia Aplicada ao Direito			
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Teoria do Ordenamento Jurídico. Critica da teoria do ordenamento jurídico - contradições e aporias. Teorias denominadas pós-positivistas. Pluralismo Jurídico. Tendências do Direito brasileiro contemporâneo. Articulações entre o direito, a política e o poder no campo jurídico. Interpretação, Integração e Linguagem Normativa. Senso comum teórico dos juristas. Reconstruindo as teorias das fontes do Direito: estatais e não estatais, ênfase à dialética social do direito.

Objetivos

- Aprofundar a discussão nas tendências que orientam articulações entre direito, saber e poder, visando identificar os potenciais emancipatórios do direito na sociedade contemporânea.
- Compreender as possíveis relações entre validade, eficácia, vigência e legitimidade a partir da Teoria do Ordenamento Jurídico e suas aporias;
- Estudar as teorias das fontes do direito articulando com os estudos sobre pluralismo jurídico e possibilidades interpretativas do direito num contexto de democracia e exercício da cidadania;
- Estimular uma reflexão crítica e auto - crítica no aluno de direito, levando-o a compreender as estruturas e potenciais autoritários/libertários das teorias, argumentações e discursos jurídicos que legitimam os discursos estatais, institucionais e profissionalizantes no campo teórico e prático do direito.
- Identificar os fundamentos e discursos jurídicos que orientam a atuação profissional de juristas e as estruturas institucionais das profissões.
- Levantar e aprofundar as possíveis relações entre direito e arte, reconstruindo o conceito de direito na pós-modernidade.

Conteúdo Programático

UNIDADE I - CONCEPÇÕES, CONCEITOS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO DIREITO: CARTOGRAFIAS E INTER-RELAÇÕES COM O SENSO COMUM.

1.1. Jusnaturalismo contemporâneo e o ideal da Justiça.
1.2. Exegese e aplicação do direito.
1.3. Positivismo Normativista.
1.4. Teoria do Ordenamento Jurídico – uma visão do ordenamento numa perspectiva integrada entre o conceito de direito e a definição de validade social.
1.5. Ordenamento jurídico: unidade e pluralidade.
1.6. Teorias do Pluralismo Jurídico e do Sujeito Coletivo de Direito.
1.7. Teoria das Fontes: fontes jurídico-sociais - por uma interpretação ampliada do problema das fontes jurídicas.
1.8. Direito como representação social.
1.9. Teorias Críticas no Brasil (Dialética Social do Direito e o Direito Achado na Rua
Direito Alternativo) e suas repercussões na interpretação e aplicação do direito.
1.10. Direito e arte: reflexões sobre o sentido e alcance das inter-relações.

UNIDADE II - DISCURSO JURÍDICO: CONDIÇÕES SOCIAIS E TEÓRICAS DE SUA CONSTITUIÇÃO.

2.1. Direito como campo do saber. Saber e poder no Campo jurídico.
2.2. Direito como senso comum jurídico.
2.3. Direito e aprendizagem. Ensino Jurídico e a demandas de refundação epistemológica.
2.4. Formação do Bacharel em Direito e Profissões Jurídicas.

UNIDADE III – INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO
3.1. Interpretação do Direito como recurso ideológico e político.
3.2. Direito como linguagem, retórica e ideologia.
3.3. Direito como discurso e garantia do Estado Democrático de Direito.
3.4. Lei de Introdução ao Código Civil: releituras.
3.5. Discurso, Argumentação e Jurisprudência.

Metodologia

A carga horária prevista para a disciplina é de 60 horas/aula distribuídas em 30 encontros, dois por semana onde serão ministradas aulas expositivas, estudo dirigido, discussão e fichamento de textos e artigos, produção de textos em sala de aula, utilização de matérias de jornais e revistas, vídeos, textos literários, letras de música e poesias, propagandas entre outros. Os temas propostos no conteúdo programático serão desenvolvidos com artigos e estudos de casos concretos, jurisprudência e fenômenos sociais, econômicos, políticos, culturais e jurídicos em escala local, regional, nacional e global.

Avaliação

A avaliação será feita ao longo do curso. Desde o acompanhamento cotidiano (participação em sala de aula, análise e exposição oral de casos concretos à luz dos conceitos e teorias discutidas), até a distribuição de notas para as seguintes atividades: prova escrita individual, resenha de artigo, análise de caso concreto em sala de aula, fichamento literário, nota do seminário interdisciplinar.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Vera Regina Pereira. **Dogmática jurídica - esforço de sua configuração e identidade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996
ATIENZA, Manuel. **As Razões do Direito: teorias da argumentação jurídica:** Perelman, Viehweg, Alexy, MacCormick e outros. São Paulo: Landy, 2003.
SOUSA JUNIOR, José Geraldo de.(org.). **Introdução Crítica ao Direito. O Direito Achado na Rua**. Editora UnB, Brasília, 1990.
WARAT, Luis Alberto. **Introdução ao Estudo do Direito**. Porto Alegre: Fabris, 1995.
HABERMAS, Jurgen. **Direito e Democracia entre Facticidade e Validade** I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo Jurídico. Fundamentos para uma Nova cultura no Direito. São Paulo. Editora Alfa-ômega. 1997.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação			Disciplina/Componente Curricular/2º Semestre			
CIS 001	Formação Fundamental - FF			Sociologia Jurídica			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
Direito e Sociedade							
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
02	01		03	30	30		60

Ementa

Analisa as interconexões da normalidade social e da jurídica. Estuda as formações e atuação dos ordenamentos jurídicos e das determinações do Direito na Sociedade. Investiga os fundamentos sociais da produção concreta das normas e as atitudes da sociedade em faces destas e das instituições jurídicas, abordando a sociologia jurídica da vida privada: transformações das relações do cotidiano, a sociologia jurídica da vida econômica: transformações da propriedade e relações de trabalho, a sociologia Jurídica do Conflito: litigiosidade social e estratégias de mediação de conflitos, a sociologia da administração da justiça: justiça formal e justiça comunitária. Aborda a sociologia das ausências e a sociologia das emergências refletindo sobre um conhecimento prudente para uma vida docente.

Objetivos

Apresenta conceitos sociológicos relevantes e a textos conceituais introdutórios, preparando os alunos do curso de Direito para a compreensão de diversas abordagens sociológicas clássicas e contemporâneas, e para as questões concernentes aos objetos e aos métodos da Sociologia e especialmente da sociologia jurídica.
Proporcionar aos estudantes reflexões para que estabeleça relações entre o direito, à sociedade e os sistemas normativos de controle social;
Identificar os elementos teóricos e práticos indispensáveis aos exercícios das profissões jurídicas, à luz das teorias sociológicas;
Analisar o fenômeno jurídico reconhecendo - o como resultado de um fenômeno social em relação as normas jurídicas
Conhecer a influência da estrutura da sociedade na estrutura do Direito; à efetividade e a função social do Direito, sua influência na transformação social e suas novas tendências com o desenvolvimento da sociedade.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA SOCIOLOGIA GERAL.

1.1 Conceitos fundamentais na compreensão da sociedade: meditação social, estratificação, estrutura e organização social, controle social e instituição social, mudança e movimento social.
1.2 Exterioridade, objetividade, coercitividade, autoridade moral e historicidade. Um diagnóstico sociológico no nosso tempo e espaço.
1.3 A sociologia do direito como uma das sociologias especiais: objeto e método.
1.4 A tridimensionalidade: Filosofia do Direito, Dogmática Jurídica e Sociologia do Direito.

UNIDADE II: FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DAS CORRENTES DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO. AS TEORIAS SOCIOLÓGICAS.

2.1 clássicas e suas perceptivas sociológicas do direito: A escola Funcionalista Francesa de Émile Dukheim: o fato social e a divisão do trabalho. O normal e o patológico. Direito como fato social.
2.2 Solidariedade orgânica e mecânica. Sanção social.
2.3 Direito repressivo e direito restitutivo.
2.4 Consciência coletiva e consciência individual.
2.5 Direito e anomia.
2.6 A sociologia de Marx Weber: a compreensão jurídica, os tipos de dominação; o Direito e a ação social.

Racionalização e desencantamento do mundo. Ética protestante e espírito do capitalismo. Burocracia e racionalização do Direito. Direito formal e Direito material. Normatividade e liberdade. Direito e legitimação.
2.7 A sociologia Marxista e o Direito: teoria do conflito; materialismo histórico: estrutura e superestrutura. Causalidade estrutural da economia. Anomia e alienação. Direito e ideologia. Aparelhos ideológicos e repressivos. Direito e hegemonia. Direito e Estado: espacialidade e conflitualidade de poder. Acumulação capitalista e legitimização. Direito e problemática estrutural do Estado capitalista.
2.8 O funcionalismo de Radcliffe Brown, Malinowski e Robert Merton. Tipologia dos comportamentos anônimos formulada por Merton.
2.9 A contribuição de Duguit Frever e Carbonnier. Hans Kelsen e a jurisprudência sociológica. As contribuições dos juristas sociológicos norte-americanos Roscoe Pound e Benjamin Cardozo. As principais correntes sociológicas contemporâneas e o Direito.

UNIDADE III: PANORAMA DA SOCIOLOGIA JURÍDICA BRASILEIRA.
3.1 Analise da evolução social e jurídica brasileira e suas relações com os grandes problemas da sociedade brasileira; violência; insegurança pública; drogas; corrupção etc.
3.2 A estrutura social brasileira e o seu relacionamento com as modificações normativas. Aspectos sociológicos do direito brasileiro: panorama da sociologia jurídica brasileira.

UNIDADE IV: TEMÁTICAS RELEVANTES DA SOCIOLOGIA DO DIREITO
4.1 Possibilidades do direito alternativo;
4.2 A construção da cidadania pela via da modernização do direito;
4.3 Direitos humanos como principio de igualdade jurídica:
4.4 Acesso à justiça;
4.5 Direito e violência;
4.6 O sistema penitenciário.
4.7 A sociologia do direito na América Latina.
4.8 A opinião pública sobre o sentimento de justiça. Os instrumentos humanos de realização das normas jurídicas. Utilidade da Sociologia Jurídica na aplicação e criação do Direito.

Metodologia

Aulas expositivas, trabalhos e grupos seminários, filmes, pesquisa de campo, discussões de casos concretos, com apresentação oral de trabalhos. Estudos de textos jurídicos sociológicos recentes. Atividades complementares orientadas para a disciplina.

Avaliação

Provas escritas, seminários, trabalhos de pesquisa e interdisciplinar. Participação e assiduidade.

Bibliografia Básica

ARAUD. André Jean e DULCE, Maria José Farinas. **Introdução à Análise Sociológica dos Sistemas Jurídicos**. RJ: Renovar, 2000.
ARENDT.Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
BARROS, Wellington Pacheco. **A interpretação sociológica do direito**. Porto Alegre: Livr. do Advogado, 1995.
CASTRO, Celso A. Pinheiro de. **Sociologia do Direito**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1993.
CARBONNIER, Jean. **Sociologia Jurídica**. Ed. Coimbra, 1972.
CONH, Gabriel. **Weber**. Coleção Os Pensamentos, 13. São Paulo, 1999.
DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**. Rio de Janeiro: Nacional, 1984.
_____. **Sociologia e Filosofia**. 2 ed. Rio de Janeiro. Ed. Forense Universitária.
FARIA, Jose Eduardo **A sociologia jurídica no Brasil**. Porto Alegre: Setemares Editora, 1991.
FOUCALT, Michel. **A Verdade a as Formas Jurídicas**. Naul: PUC, 1996.
_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro. Graal, 2000.
_____ **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro. Graal, 2000.
FALCÃO, Joaquim. **Sociologia e direito**: textos básicos para a disciplina de sociologia jurídica. São Paulo: Pioneia.
LOCHE, Adriano e outros. **Sociologia jurídica**: estudos de sociologia, direito e sociologia. Porto Alegre: Síntese.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/2º Semestre
CIS002	Formação Fundamental - FF	Ciência Política

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Teoria Geral do Estado	

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Visa dar um panorama da história das idéias políticas contextualizando os principais pensadores clássicos e modernos, compreende a teoria política no século XXI. Aborda os principais conceitos da ciência política como: política, governo, Estado e sociedade, sociedade política e sociedade civil, poder, ideologia, hegemonia, resistência, desobediência civil, reforma e revolução, contextualizando-os na escala global as relações entre globalização e Estados Nacionais, em âmbito nacional a caracterização dos ciclos de ditaduras, intervalos democráticos, revolução, golpe de estado, reforma do Estado e reforma política e, em âmbito regional e local as noções de cultura política, poder local, coronelismo e clientelismo.

Objetivos

OBJETIVO GERAL:
Proporcionar aos alunos uma visão geral e sintética da ciência política enfocada numa perspectiva histórica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Introduzir o estudante no campo (conceitos, métodos, contextos da formação dos pensamentos) da ciência política;
- Articular e confrontar criticamente os conhecimentos produzidos pela ciência política com conhecimentos produzidos pelas ciências jurídicas;
- Fazer o aluno perceber que a política é uma produção social e histórica.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: OS ESCRITOS DE AUTORES CLÁSSICOS MODERNOS (MAQUIAVEL E CONTRATUALISMO)
1.1 O começo da Política e a Polícia;
1.2 O pensamento político de Maquiavel;
1.3 Introdução ao contratualismo moderno – Hobbes, Locke e Rousseau;
1.4 Montesquieu e o Federalismo Republicano americano

UNIDADE II: OS CLÁSSICOS DA SEGUNDA GERAÇÃO (DE KANT A WEBER)
2.1 As bases do pensamento liberal-democrático;
2.2 O pensamento político de Kant e Hegel: indivíduo e liberdade;
2.3 O pensamento político de Stuart Mill e Tocqueville – democracia, liberdade e igualdade;
2.4 Karl Marx, a crítica ao liberalismo e a revolução;
2.5 Weber, a política e a democracia.

UNIDADE III: **A TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA E A PRODUÇÃO DE NOVA CULTURA POLÍTICA.**
3.1 O tema da democracia em Bourdieu e Habermas;
3.2 Pós-modernidade e política;
3.3 Política e fundamentalismo religioso;

3.4 Política e sociedade civil no neoliberalismo;
3.5 O debate contemporâneo sobre a democracia;
3.6 A política e o paradigma ecológico Análise conceitual da Ciência Política – compreensão das instituições políticas, relação poder, legitimidade, ideologia .
3.7 Diferenciação entre Ciências Política e Política
3.8 Organização política – grupos políticos
3.9 Característica e organização de Regimes Políticos
3.10 Reflexão sobre democracia

Metodologia

O plano da disciplina está estruturado com base em três pilares: a leitura de textos básicos por todos os alunos, o debate em sala e a elaboração de trabalhos, principalmente relatórios de leitura/estudo. O debate será aberto a partir de seminários provocativos ou de questionamentos ou, ainda, com base em chaves de leitura propostas pelo professor.

Avaliação

A avaliação será estruturada com base em três atividades e três notas (todas de 0-10):
Primeira nota - Relatório de leituras dos textos estudados na primeira unidade;
Segunda nota – Participação em um seminário;
Terceira nota – Participação em um seminário com entrega do esquema.

Bibliográfica Básica

BORON, Atílio (Org.). **Filosofia Política contemporânea. Controvérsias sobre civilização, império e cidadania**. Buenos Aires, CLACSO, 2006.
HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro. Estudos de teoria política**. São Paulo: Loyola, 2002.
RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento. Política e Filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996.
SCHATTAN, Vera e NOBRE, Marcos (Orgs). **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Ed. 34, 2004.
WEFFORT, Francisco (Org.). **Os clássicos da política**. Vol. 1 e 2. Vol. 10ª Ed. São Paulo: Ática, 2000.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação			Disciplina/Componente Curricular/2º Semestre			
DIR105	Formação Fundamental - FF			Direito e Linguagem			
Pré-requisitos do Componente Curricular				Pré-requisito para			
Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01		03	30	30		60

Ementa

Aborda a filosofia da linguagem ordinária, o pensamento tópico, as definições persuasivas, as Falácias, a Semiologia Política, a retórica dos socráticos às correntes da Lingüística Contemporânea, a lógica jurídica e a nova retórica, as correntes lógico-normativas Kelsen x correntes argumentativas de Perelman e Alexy. Reflete sobre o poder da linguagem da norma na realidade: a "construção política de verdade" segundo Michel Foucault, a contradição e a contingência, as regras de inferência, o caráter relacional do dever-ser e a estrutura da proposição jurídica.

Objetivos

- Discutir a argumentação e suas formas de estruturação
- Analisar os vários tipos de argumento
- Estabelecer paralelo entre o que vem a ser nova retórica e retórica da Antiguidade
- Discutir a influência da nova retórica na lógica jurídica.
- Refletir sobre o poder da linguagem na construção da verdade
- Desenvolver competências que possibilitem a compreensão e a produção das várias modalidades de textos orais e escritos.
- Ler, compreender, interpretar e produzir textos nas várias modalidades em consonância com os padrões lingüísticos

Conteúdo Programático
UNIDADE I: A FILOSOFIA DA LINGUAGEM: UMA INTRODUÇÃO. 1.1 A tese naturalista sobre a origem da linguagem 1.2 A tese convencionalista sobre a origem da linguagem 1.3 Do paradigma da Filosofia da consciência ao paradigma da Filosofia da linguagem. 1.4 O giro pragmático. 1.5 A linguagem como objeto teórico: A semiologia de Saussure. 1.6 Problemas epistemológicos da linguagem: Uma análise do neopositivismo lógico. 1.7 Problemas pragmáticos da linguagem natural: Uma análise da Filosofia da Linguagem Ordinária. **UNIDADE II: A TÓPICA, DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO, RETÓRICA** 2.1 A tópica na filosofia grega 2.2 O resgate da tópica como condição de possibilidade para a superação do positivismo **2.3 DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO** 2.3.1 Os âmbitos da argumentação 2.3.2O persuadir e o convencer 2.3.3 Estrutura da Argumentação 2.4 Retórica 2.4.1 A tradição retórica 2.4.2 A nova retórica 2.4.3 As correntes lingüísticas contemporâneas e a retórica 2.4.4 Os artifícios da retórica, as falácias e os bons argumentos **UNIDADE III**: **O DISCURSO E O PODER** 3.1 Proposta de um programa de Semiologia Política 3.2 Verdade e discurso 3.3 A sociedade e a ordem do discurso 3.4 O discurso jurídico do centro e o discurso jurídico da periferia: as bases para compreender o pluralismo jurídico.
Metodologia
Tomando o texto como eixo do processo, realizar aulas teóricas e práticas com exposição participada, estudo dirigido de texto, exercícios de aplicação dos conhecimentos teóricos, através da leitura, comentários, interpretação e produção das diversas modalidades tanto escrita como falada
Avaliação
A avaliação é um processo contínuo e permanente, que busca analisar se as metas foram alcançadas e de que forma; portanto estará em efetivação no decorrer de todas as aulas, em todas as atividades realizadas. Além disso, atenderá aos seguintes critérios: • Freqüência, assiduidade e participação às aulas; • Leitura e estudo prévio da bibliografia indicada; • Pontualidade na entrega dos trabalhos solicitados; • Capacidade de análise, síntese e argumentação em produções escritas
Bibliografia Básica
ALEXY, Robert. **Teoria da Argumentação Jurídica**, Trad. Zilda Silva. São Paulo: Landy, 2001. GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Petropolis, RJ. Vozes, 2005. PERELMAN, Chaim. **Retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 1997. _____.**Tratado de Argumentação: a nova retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 2000. _____. **Ética e Direito**. São Paulo. Martins Fontes, 2002. SANTOS, Boaventura de Sousa. **O discurso e o poder**: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica. Boletim da Faculdade de Direito. Coimbra, 1980. WARAT, Luis Alberto. **O direito e sua linguagem**. Porto Alegre. Sergio Antônio Fabris Editor. _____. **À procura de uma semiologia do poder**. *In:* Epistemologia e ensino do direito: o sonho acabou. Florianópolis. Fundação Boiteux, 2004, p. 345-351. _____**Utopias, conceitos e cumplicidades na interpretação da lei**. *In:* Epistemologia e ensino

do direito: o sonho acabou. Florianópolis. Fundação Boiteux, 2004, p. 351-361.

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/2º Semestre
DIR106	Formação Profissional - FP	Teoria da Constituição

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Introdução ao Estudo do Direito I, Teoria Geral do Estado	Direito Constitucional I, Direito Administrativo I, Direito do Trabalho I

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Estuda as teorias constitucionais e os direitos fundamentais. e o sistema constitucional discutindo as suas aplicações nas relações jurídicas públicas e privadas. Analisa a concepção de soberania no Estado de Direito Democrático.

Objetivos

Fazer uma reflexão sobre os conceitos essenciais para o estudo do Direito Constitucional e demais ramos do Direito Público, para a compreensão dos elementos básicos da teoria do poder jurídico-político de um Estado, como forma de interpretar o fenômeno constitucional com um todo, interrelacionando-o com os demais ramos do Direito.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: **O DIREITO CONSTITUCIONAL. OBJETIVO. PECULIARIDADES.**

1.1. A Constituição. Origem e características do constitucionalismo.
1.2 Constitucionalismo moderno e constitucionalismo histórico.
1.3 Classificação dos tipos constitucionais.
1.3 Poder Constituinte Originário e Derivado.
1.4 Classificação e eficácia das normas Constitucionais.
1.5 Aplicabilidade e Efetividade das Normas Constitucionais. As normas "programáticas."
1.6 História constitucional brasileira.
1.7 A Constituição Federal de 1988.

UNIDADE II: TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

2.1. As bases as teoria dos direitos fundamentais
2.2 As dimensões dos direitos humanos.

UNIDADE III; APLICAÇÃO, HERMENÊUTICA E INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

3.1 Supremacia da constituição e controle de constitucionalidade.
3.2 Controle material, controle formal, controle preventivo, controle repressivo, controle por omissão.

Metodologia

Aulas expositivas, com comentários e discussões sobre a teoria e o direito positivo; apresentação de questões práticas; estudos de casos; análise de jurisprudência; comentários sobre assuntos relacionados e pertinentes à disciplina. Uso do quadro e recursos áudios-visuais; condução de seminários e de trabalhos em grupos de estudos.

Avaliação

Os alunos serão submetidos a três avaliações regimentais assim constituídas:
1ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 8,0 pontos
- Trabalho escrito ou oral: 2,0 pontos
2ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 8,0 pontos
- Trabalho escrito ou oral: 2,0 pontos

3ª Avaliação – Trabalho interdisciplinar: 10,0 pontos
Bibliografia Básica
BRITTO, Carlos Ayres**. Teoria da Constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 2003. CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional.** Belo Horizonte: Del Rey, 2006. MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 20ª ed., São Paulo: Atlas, 2006. RAMOS TAVARES, André. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2006. SILVA NETO. Manoel Jorge e. **Curso de Direito Constitucional.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/2º Semestre
DIR107	Formação Profissional - FP	Direito Penal I

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Introdução ao Estudo do Direito I	Direito Penal II

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

EMENTA

Reflete sobre o Direito Penal seus princípios e suas teorias. Evolução do Direito Penal. Direito Penal Constitucional. Parte Geral do Código Penal: visão crítica. Aplicação da lei penal. Teoria do Delito; Imputabilidade. A criança e o adolescente em conflito com a lei penal. Análise crítica da teoria do bem jurídico.

Objetivos

Analisar as teorias do direito penal, em especial a parte geral sob o ângulo crítico.
Proporcionar os estudantes a analise da legislação penal de forma crítica em consonância com os fundamentos de um Estado Democrático de Direito, notadamente com a preservação, na sua integralidade, da dignidade humana e demais princípios constitucionais.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: OS FUNDAMENTOS DO DIREITO PENAL.

1.1 Conceito. Objeto. Função. Matrizes do direito penal
1.2 Evolução histórica do Direito Penal.
1.2 Princípios Constitucionais do Direito Penal
1.3 Escolas Penais e os posicionamentos críticos
1.4 As novas tendências do direito penal

UNIDADE II: APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO

2.1 O tempo e o lugar do crime
2.2 Lei penal no espaço: territorialidade e extraterritorialidade da lei penal/ Eficácia de Sentença Estrangeira.
2.3 Contagem do prazo penal.

UNIDADE III: TEORIAS DO DELITO, DO CRIME E DA NORMA PENAL

3.1 O ato infracional. Fato típico.
3.2 Crime doloso, culposo e preterdoloso.
3.3 Consumação e tentativa.
3.4 Desistência voluntária, Arrependimento eficaz e Arrependimento posterior.
3.5 Crime impossível.
3.6 Classificação dos crimes.

3.7 Ilicitude.
3.8 Causas de exclusão
3.9 Culpabilidade.
3.10 Causas de exclusão.
3.11 Imputabilidade penal.
3.12 A criança e o adolescente em conflito com a lei penal

Metodologia

Aulas expositivas; discussão de casos concretos; leitura e interpretação de textos extraídos da bibliografia proposta.

AVALIAÇÃO

A avaliação será feita por meio de três provas escritas.

Bibliografia Básica

BECCARIA, C**. Dos Delitos e das Penas.** São Paulo: Revista dos Tribunais.
BATISTA Nilo. **Crítica ao Direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro Revan, 2002
_____. **Novas tendências do Direito penal**. Revan: Rio de Janeiro, 2004
BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Manual de Direito Penal**: **Parte Geral:** Volume I. Saraiva.
BRUNO, A. **Direito Penal**. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Forense. 1995.
CONDE, Francisco Muñhoz. Tradução Tavares, Juarez e Prado, Luis Regis. **Teoria Geral do Delito**. Fabris.
CARVALHO, Amilton Bueno de e CARVALHO, Salo. **Aplicação da pena e garantismo**. Rio de janeiro: Lumen Juris.
ROXIN, claus. **Estudo de direito penal**. Rio de janeiro: Renovar.
ZAFFARONI, Eugenio Raúl. PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/2º Semestre					
DIR 109	Formação Profissional - FP	Direito Civil I					
Pré-requisitos do Componente Curricular		**Pré-requisito para**					
Introdução ao Estudo do Direito I		Direito Civil II, Teoria Geral do Processo					
Créditos		**Carga horária**					
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Estudo crítico da Teoria Geral do Direito Civil Brasileiro e da Parte Geral do Código Civil a partir dos princípios gerais do direito e do sistema constitucional brasileiro. Estudo da relação jurídica, dos sujeitos e dos objetos de direito e da teoria dos fatos jurídicos. Reflete sobre a constitucionalidade do direito civil.

Objetivos

- Compreender as categorias centrais do Direito Civil.
- Fazer reflexão e análise sobre aspectos da Teoria Geral do Direito Civil.
- Proporcionar ao estudante aprendizagem para apreensão e aplicação das normas jurídicas que compõem a teoria geral do direito civil, voltada para a solução de problemas cotidianos e para a futura prática profissional.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

1.1 Direito Civil: conceito e abrangência. Ramos do Direito Civil.
1.2 Evolução histórica do Direito Civil. Direito civil constitucional.

1.3 Relação do Direito Civil com outros ramos do Direito. Direito Público e Direito Privado

UNIDADE II: RELAÇÃO JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO. SUJEITO DE DIREITO. PERSONALIDADE JURÍDICA

2.1 Pessoa natural. Início e fim. Morte presumida.
2.2 Capacidade de direito e capacidade de fato. Representação e assistência. Emancipação.
2.3 Estado da pessoa natural. Ausência.
2.4 Direitos de personalidade.

UNIDADE III: PESSOA JURÍDICA. INÍCIO, FIM, FUNCIONAMENTO. CLASSIFICAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS.

3.1 Desconsideração da pessoa jurídica. As pessoas jurídicas de direito privado.
3.2 Domicílio. Lei de Registros Públicos.
3.3 Objeto de direitos: bens jurídicos. Patrimônio. Coisas fora do comércio. Classificação dos bens jurídicos.

Metodologia

Aulas expositivo-participativas, painéis, debates, recursos áudio-visuais, pesquisas e trabalhos individuais e em grupo, pesquisa de jurisprudência, exercícios.

Avaliação

Três avaliações, conforme regimento da UNEB, sendo uma do Trabalho Interdisciplinar.

Bibliografia Básica

AMARAL, Francisco. **Direito civil: introdução**. Rio de Janeiro: Renovar.
AZEVEDO, Antônio Junqueira d**e. Negócio Jurídico: existência, validade e eficácia.** São Paulo: Saraiva, 2000.
BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. **Direitos de personalidade e autonomia privada.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva. V. 1.
GOMES, Orlando**. Introdução ao Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense.
LOTUFO, Renan. **Código Civil Comentado**. V. 1. São Paulo: Saraiva.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação			Disciplina/Componente Curricular/2º Semestre			
DIR 027	Formação Prático - FPR			Seminário Interdisciplinar de Pesquisa II			
Pré-requisitos do Componente Curricular				Pré-requisito para			
Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Prático	Trabalho	Total
00	01		01		30		30

Ementa

A disciplina aborda o significado da interdisciplinaridade frente a fragmentação do saber elaborado no âmbito do positivismo; propõe o planejamento,a realização de pesquisa bibliográfica, a organização do conhecimento e a comunicação dos resultados da pesquisa como forma de exercício interdisciplinar.

Objetivos

1. Compreender o conceito e finalidade de seminário
2. Refletir sobre o conceito de interdisciplinaridade e os desdobramentos nas práticas de pesquisa e nas pedagógicas
3. Compreender o sentido e significado do seminário interdisciplinar
4. Organizar e realizar um seminário de pesquisa na perspectiva interdisciplinar em torno de um tema acordado no grupo, considerando os conteúdos das diferentes disciplinas do semestre
5. Realizar o seminário contando com a participação dos demais professores do semestre, estudantes e comunidade externa.

Conteúdo Programático
UNIDADE I: PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES CONFORME TEMÁTICA DEFINIDA NO COLEGIADO 1.1Planejamento do seminário: organização de grupos/tema/delimitação/ roteiro 1.2 Pesquisa bibliográfica/elaboração do texto 1.3 Simulação do seminário em sala de aula **UNIDADE II**: **REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO** 2.1 Apresentação dos trabalhos no seminário pelos estudantes para a comunidade 2.2 Avaliação do trabalho interdisciplinar e desafios para a sua implementação e continuidade.
Metodologia
A realização do seminário interdisciplinar exige planejamento detalhado, desde a constituição dos grupos, escolha da temática e sua delimitação, roteiro das tarefas e da pesquisa, realização da pesquisa, elaboração do texto conforme Normas Técnicas. Para tanto, está previsto a realização de leitura colaborativa de textos sobre o significado do seminário, e da interdisciplinaridade e implicações prática- primeiro encontro. Após esta primeira etapa serão realizadas reuniões, previamente acordadas no grupo, para: constituição dos grupos; definição do tema e sua delimitação, elaboração do plano de pesquisa e distribuição de tarefas. Na segunda reunião os grupos apresentam as tarefas executadas, além da avaliação e ajustes necessários e planejamento para a reunião seguinte e assim sucessivamente. Por fim, será a vez da realização do seminário, com a presença dos professores envolvidos, que terão uma ficha de avaliação para acompanhar a apresentação dos alunos.
Avaliação
A avaliação no âmbito desta disciplina será processual, considerando os objetivos propostos e as produções parciais até a realização final, cujo produto (Apresentação dos resultados da pesquisa em forma de seminário) será também avaliado pelos demais professores, que atribuirão notas de acordo com os critérios estabelecidos na ficha de avaliação. Obs.Será elaborado um instrumento de avaliação do evento, para que os participantes possam emitir suas percepções.
Bibliografia Básica
ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1997. FAZENDA, Ivani. **Conversando sobre interdisciplinaridade à distância**. São Paulo: PUC-SP/UNICID, mimeo, 2001. _____. **Diversidade cultural no currículo de formação de professores**: **uma dimensão interdisciplinar**. São Paulo: PUC-SP/UNICID, mimeo, 2001. _____. **Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa.** 4. ed. Campinas: Papirus, 1999. _____. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro.** 4. ed. São Paulo: Loyola, 1996. FURLANETTO, Ecleide C. **A sala de aula interdisciplinar vista como um vaso alquímico**. São Paulo: UNICID, mimeo, 2001. SANTOS, Boaventura. **Um discurso sobre as ciências**. 9. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1997. Outras conforme temática do semestre.

==========

6.3 DISCIPLINAS/ COMPONENTES CURRICULARES DO 3º SEMESTRE

Código	Eixo/Campo de Formação			Disciplina/Componente Curricular/ 3º Semestre			
DIR110	Formação Profissional - FP			Direito Administrativo I			
Pré-requisitos do Componente Curricular				Pré-requisito para			
Teoria da Constituição				Direito Administrativo II			
Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Aborda as atuais configurações da administração pública: seus papéis, atividades e funções no paradigma constitucional do Estado Democrático de Direito e as suas repercussões no âmbito dos conceitos fundamentais, fontes do Direito Administrativo. Analisa os conceitos fundamentais da disciplina à luz dos Princípios constitucionais da administração caracterizando os seguintes temas: sujeitos do direito administrativo, agentes administrativos, responsabilidade do Estado pelos atos de seus agentes. Teoria geral do serviço Público, poder de polícia. Ato administrativo, discricionariedade, controle dos atos da administração pública, incluindo improbidade administrativa e o controle social do Estado. Licitação e contratos administrativos.

Objetivos

Desenvolver a capacidade de análise da evolução científica, bem como a identificação dos diversos movimentos filosóficos e reflexivos aplicáveis ao Direito Administrativo. Conduzir a um entendimento prático da evolução dos princípios.

Proporcionar uma visão crítica da Administração Pública, identificando a evolução do Estado e dos órgãos que o compõe, contextualizando as inovações do Direito Administrativo Contemporâneo podendo identificar as diversas teorias dos contratos administrativos, da intervenção estatal e da eficiência do Direito Administrativo, realizando análises e sugerindo elementos norteadores para a efetivação dos princípios que regem a Administração.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: PARADIGMA CONSTITUCIONAL DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E O DIREITO ADMINISTRATIVO

1.1- Concepção do Paradigma Constitucional.
1.2- O papel do Estado democrático de Direito nas funções e atividades administrativas.
1.3- O Estado Democrático de Direito.
1.4- Princípios Constitucionais da Administração Pública.
1.5- O Estado Democrático de Direito e o Controle Social.

- Controle social expresso
- Controle social implícito

UNIDADE II: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.1- Organização Administrativa
2.2- Centralização e descentralização da administração
2.3- Poder da administração

- Discricionariedades
- Vinculação

2.4- Administração direta e indireta

- Autarquias
- Fundações públicas
- Empresas públicas e sociedades de economia mista
- Organizações sociais

2.5- Sujeitos e agentes da administração
2.6- Responsabilidade do estado e o Estado de Direito
2.7- Fundamentos da responsabilidade do Estado
2.8- Responsabilidade dos agentes públicos por atos:

- Na área administrativa
- Civil
- Penal

2.9- Improbidade Administrativa

UNIDADE III: SERVIÇO PÚBLICO

3.1- Teoria Geral do Serviço Público
3.2- Classificação e tipos de serviço público
3.3- PPP - Parcerias Públicas e Privadas
3.4- Poder de Polícia

UNIDADE IV: ATOS E CONSTRATOS ADMINISTRATIVOS

4.1- Atos da administração e atos administrativos
4.2- Pressupostos e atributos dos atos administrativos
4.3- Classificação dos atos administrativos
4.4- Revogação e invalidação dos atos administrativos
4.5- Características dos contratos administrativos
4.6- Teorias aplicáveis aos contratos administrativos
4.7- Licitação, princípios e pressupostos
4.8- Modalidades e etapas das licitações
4.9 - Procedimentos licitatórios e suas conseqüências.

Metodologia

Aulas expositivas com estimulo a discussões criticas e leituras elaborativas destinadas a debates e trabalhos individuais ou em grupo, podendo os mesmos ser elaborados em sala ou extraclasse.

Avaliação

Escrita. Trabalhos individuais ou em grupo. Seminários**.**

Bibliografia Básica

CRETELLA JUNIOR, José. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1993.
CAVALCANTI, Themístocles Brandão. **Princípios Gerais de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1945.
_____. **Teoria dos Atos Administrativos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2002.
_____. Parcerias na Administração Pública. São Paulo: Atlas, 2002.
GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2002.
MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo** São Paulo: Malheiros, 2002.
_____. **Discricionariedade e Controle Jurisdicional**. São Paulo: Malheiros, 2001
MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2002.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/ Componente Curricular/ 3º Semestre
DIR111	Formação Profissional - FP	Direito do Trabalho I

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Teoria da Constituição	Direito do Trabalho II

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Aborda a natureza, as fontes, os princípios, a proteção e garantias das relações individuais do trabalho. Compreende o direito do trabalho no processo de mundialização da economia, os contratos de trabalho: espécies, características e figuras afins, a proteção da relação de emprego, o regime do fundo de garantia do tempo de serviço, salário e outras formas de remuneração, jornada de trabalho e descansos. e a rescisão contratual: suspensão e interrupção do emprego e das relações de trabalho. Reflete criticamente sobre o trabalho infantil, o trabalho escravo, o direito de greve e as novas formas de organizações do trabalho. Discute a problemática do desemprego e as políticas de geração de renda e trabalho.

Objetivos

Analisar os princípios que norteiam o direito do trabalho, explorando as noções deste ramo do direito mais aplicá área e não perdendo de vista o progredir da formação jurídica necessária ao advogado.
Fazer uma reflexão sobre os problemas sócio-econômicos que assomam as relações de emprego, nos seus mais variados matizes.
Compreender os institutos relativos ao direito do trabalho no contexto das relações mundiais e das normas brasileiras

Conteúdo Programático

UNIDADE I: DESENVOLVIMENTO DOS FUNDAMENTOS DO DIREITO DO TRABALHO.
1.1 - O direito do trabalho – origens, conceito, denominações, posição, natureza jurídica, autonomia; ênfase nas fontes típicas.
1.2- Postulados constitucionais direcionados para o direito do trabalho: institutos constitucionalizados. Emenda 45/2004
1.3 - Princípios gerais e específicos aplicáveis ao direito do trabalho: proteção, irrenunciabilidade de direitos, continuidade da relação de emprego, primazia da realidade.
1.4 Flexibilidade no emprego frente à nova ordem econômica
1.5 A emenda 45 de 2004 e as inovações na área do direito do trabalho.

UNIDADE II: AS RELAÇÕES DE TRABALHO E DE EMPREGO
2.1 - Empregado - conceito, requisitos, espécies e distinção com demais trabalhadores.
2.2 - Empregador – conceito, espécies, poderes, grupos empresariais e solidariedade de empresas. Empregador por equiparação. Sucessão de empresas.
2.3-Remuneração: denominação, conceito, meios de pagamento, formas de pagamento, distinção, elementos, classificação, tipos especiais, proteção ao salário e descontos. Equiparação e equivalência salariais.
2.4 - Contrato de emprego – denominação, conceito, diferenciação, natureza jurídica; dirigismo contratual; requisitos, características, classificação; espécies: contrato de trabalho por tempo determinado, trabalho a tempo parcial.

UNIDADE III: AS RELAÇÕES DO CONTRATO DE EMPREGO
3.1 - Alteração do contrato de emprego. Suspensão e interrupção do contrato de emprego. Cessação do contrato

de emprego.
3.2 - Estabilidade. FGTS. Indenização. Aviso prévio.

UNIDADE IV: DIREITO TUTELAR DO TRABALHO
4.1 - Jornada de trabalho: origens da regulamentação legal, denominação, conceito, natureza jurídica, classificação e fundamentos; jornada móvel; empregados excluídos; horas extras: acordo de prorrogação, compensação, redução, necessidade imperiosa, turnos ininterruptos de revezamento, horas "in itinere", sobreaviso, prontidão e "bip", adicional, trabalho noturno. Intervalos para descanso.
4.2 - Repouso semanal remunerado.
4.3 - Férias: conceito, natureza jurídica, períodos aquisitivo e concessivo, faltas, perda do direito, comunicação, férias coletivas, remuneração, abono, prescrição.
4.4 - Trabalho da mulher: fundamentos, duração do trabalho, salário, trabalho noturno, períodos de descanso, trabalhos proibidos, métodos e locais de trabalho, proteção à maternidade, amamentação.
4.5 - Trabalho da criança e do adolescente: medidas de proteção no âmbito internacional, trabalhos proibidos, deveres e responsabilidades em relação ao menor, registro de menores, aprendizagem, menor assistido.
4.6 - Nacionalização do trabalho.
4.7 - Segurança e medicina do trabalho.
4.8 - Assistência na rescisão do contrato de emprego: prazo para pagamento das verbas rescisórias.
4.9 - Decadência: conceito. Prescrição: fundamentos e requisitos; especificidades para determinados empregados; ato nulo; dano moral.
4.10 - Acidente no trabalho e Segurança no trabalho

Metodologia

Aulas expositivas; discussão de casos concretos; leitura e interpretação de textos extraídos da bibliografia proposta.

Avaliação

A avaliação será feita ao longo do curso. Desde o acompanhamento cotidiano (participação em sala de aula, análise e exposição oral de casos concretos à luz dos conceitos e teorias discutidas), até a distribuição de notas para as seguintes atividades: prova escrita individual, apresentação de resenha de artigo, seminário em sala de aula, análise de caso concreto em sala de aula e nota do seminário interdisciplinar.

Bibliografia Básica

DELGADO, Mauricio Godinho. **Direito do trabalho**. LTr; São Paulo, 2003.

FARIA, J. E. **Direito e Globalização Econômica: implicações e perspectivas**. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____**Novos Desafios da Justiça de Trabalho**.São Paulo: LTR, 1995.

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho - Legislação Suplementar e Jurisprudência.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

CAVALCANTE, Jouberto Quadros Pessoa; JORGE NETO, Francisco Ferreira. **Manual de Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003.

PLÁ RODRIGUES, Américo. **Princípios do Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2000.

PINTO, José Augusto Rodrigues. O Direito do Trabalho e as Questões do Nosso Tempo. São Paulo: LTR, 2002.

SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito Constitucional do Trabalho**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 3º Semestre
DIR 112	Formação Profissional - FP	Teoria Geral do Processo

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Direito Civil I	Direito Processual Civil I

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Reflete sobre o processo enquanto instrumento de poder e dominação. Estuda os conceitos e institutos fundamentais do processo: a norma processual e os princípios processuais e suas relações na solução dos conflitos individuais e coletivos. Examina, ainda, os conceitos básicos atinentes à ação, jurisdição, competência e sujeitos do processo.

Objetivos

Enfatizar a fundamentação histórica, teórica e constitucional do direito processual brasileiro, acompanhadas de uma avaliação crítica dos paradigmas teórico, dogmático e prático vigentes.

Estudar os conceitos e institutos básicos e os fundamentos históricos, políticos e epistemológicos do direito processual moderno;

Discutir o tema acesso à justiça, como tema central do direito processual contemporâneo;

Analisar os fundamentos constitucionais do direito processual brasileiro, possibilitando a compreensão, fundame e crítica, dos institutos fundamentais do direito processual no âmbito do Estado Constitucional;

Analisar as principais inovações e tendências do direito processual contemporâneo.

Compreender as questões alusivas à interpretação e aplicação do Direito Processual sob a ótica da instrumentalidade do processo;

Conteúdo Programático

UNIDADE I: NOÇÕES INICIAIS E HISTÓRICAS

1.1. Conceitos introdutórios
1.2. Formas históricas de resolução de conflitos. Alternativas ao processo estatal
1.3. Evolução da teoria e da técnica processuais
1.4. Fundamentos do direito processual moderno. Acesso à justiça e efetividade do processo.

UNIDADE II: PROCESSO E CONSTITUIÇÃO

2.1. Direito processual e direito constitucional

2.2. Princípios (garantias) constitucionais do processo e do procedimento
2.3. Poder Judiciário e órgãos judiciários e auxiliares da justiça
2.4. Funções essenciais à justiça: Ministério Público e advocacia

UNIDADE III: A INTERPRETAÇÃO E A APLICAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL

3.1. Conceitos introdutórios
3.2. Formas históricas de resolução de conflitos. Alternativas ao processo estatal
3.3. Evolução da teoria e da técnica processuais
3.4. Fundamentos do direito processual moderno. Acesso à justiça e efetividade do processo.

UNIDADE IV: INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL

4.1. Objeto do direito processual e institutos fundamentais
4.2. Jurisdição e seus princípios básicos. O juiz, seus poderes e deveres no processo
4.3. Competência. Formas. Modificação e conflito
4.4. Ação. Evolução de seu conceito. Natureza jurídica e suas principais doutrinas. Condições da ação. Questões relacionadas ao exercício do direito de ação.
4.5. Defesa do demandado e suas formas.
4.6. Processo e procedimento. A problemática do processo. Principais teorias sobre sua natureza jurídica. Pressupostos processuais e sua classificação. Conteúdo do processo. Questões sobre processo.
4.7. Sujeitos processuais. Partes: conceito, generalidades. Representação, Sucessão e substituição processuais. Ministério Público e suas principais funções processuais
4.8. A intervenção de terceiros. Conceito. Princípios. Fundamentos. Finalidades. Classificações. Principais figuras interventivas.

Metodologia

Aulas expositivas, trabalhos e participação dos alunos em mesas redondas

Avaliação

A avaliação será feita pelo sistema de notas de 0 (zero) a 10 (dez), não podendo as notas finais (médias) serem fracionadas aquém ou além de 0,5 (meio ponto). Será atribuída nota 0 (zero) ao aluno que não comparecer às provas ou não apresentar os trabalhos nos prazos estabelecidos. Serão atribuídas ao aluno notas parciais oriundas de provas escritas e dos trabalhos realizados e/ou da participação nas mesas redondas no período respectivo; A nota final será obtida mediante o cálculo da média aritmética das notas parciais, consoante o regimento da Universidade.

Bibliografia Básica

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**, São Paulo: Malheiros, 2006.
CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002.
CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil,** Rio de Janeiro, Lumen Juris.
LIEBMAN, Enrico Túlio. **Manual de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense, v. 1.
MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria Geral do Processo**: São Paulo: Rev. dos Tribunais, 2006.
ROCHA, José de Albuquerque. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Atlas, 2006.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 3º Semestre
DIR 113	Formação Fundamental - FF	Antropologia Jurídica
Pré-requisitos do Componente Curricular		**Pré-requisito para**

Créditos				Carga horária			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Reflete criticamente os aspectos da cultura eurocêntrica no espaço e no tempo e suas repercussões no direito brasileiro. Aborda o conceito de cultura e identidade cultural. Analisa a construção do imaginário jurídico nas relações sócio-culturais cotidianas. Compreende a mediação como instrumento de resolução de conflitos no cotidiano. Promove experiências e reflexão sobre a prática antropológica do jurista.

Objetivos

Proporcionar ao estudante de direito reflexões sobre o campo de estudos das relações entre direito e antropologia (o campo antropológico e o campo jurídico).
Analisar as bases da ciência antropologia (abordagens clássicas e contemporâneas);
Discutir as idéias preliminares sobre antropologia jurídica, sobre a constituição dos campos de estudo e pesquisa da antropologia jurídica para estabelecer o encontro entre os saberes antropológico e jurídico.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: INTRODUÇÃO À CIÊNCIA ANTROPOLÓGICA
1.1 A abordagem antropológica;
1.2 Um esboço de uma história da antropologia (geral e brasileira);
1.3 Introdução à antropologia social.

UNIDADE II: TEMAS EMERGENTES NO DEBATE ANTROPOLÓGICO CONTEMPORÂNEO
2.1 Cultura;
2.2 Diferença (Identidade);
2.3 Multiculturalidade;
2.4 A questão do poder.

UNIDADE III: A ANTROPOLOGIA JURÍDICA
3.1 A produção antropológica vinculada à questão do direito;
3.2 O direito nas sociedades complexas;
3.3 O direito e a multiculturalidade;
3.4 Os temas da tolerância, da desigualdade/exclusão social, da ética e da indignação jurídica.

Metodologia

Em termos de procedimentos metodológicos, o plano da disciplina está estruturado com base em dois pilares: a leitura dos textos básicos por todos os alunos e o debate em sala de aula. Para os debates se seguirá, em geral, o seguinte esquema: 1) seminários (estruturados com base nos textos indicados para leitura comum e realizado por pequenos grupos, com o objetivo de fazer a apresentação do texto e a proposição de questões ou de eixos temáticos) e debates (com a participação de todos). 2) sistematização do seminário e do debate, pelo professor.

Avaliação

A avaliação da disciplina será estruturada com base na elaboração/apresentação de três relatórios escritos, um por unidade, com peso 75 (25 X 3) e de uma auto-avaliação, com peso 25.

Bibliografia Básica

ASSIER-ANDRIEU, Louis. **O direito nas sociedades humanas**. São Paulo: Martins fontes, 2000.
BARBOSA, Lívia. O jeitinho brasileiro. **A arte de ser mais igual que os outros**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
Da MATTA, Roberto. **Relativizando. Uma introdução à Antropologia Social**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
DAVIS, Shelton. **Antropologia do Direito: estudo comparativo de categorias de dívida e contrato**. Rio de janeiro: Zahar, 1973.
EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. Trad. Sandra Castello Branco São Paulo: UNESP, 2005.
PIERUCCI, Antonio Flávio. **Ciladas da Diferença**. São Paulo: USP/Edições 34, 2000. P. 14-57.
PRITCHARD, Edward Evans. **Antropologia Social**. Lisboa: Edições 70, 1972.
SHIRLEY, Robert - **Antropologia Jurídica.** São Paulo: Ed. Saraiva, 2000.
WOLF, Eric. **Guerras Camponesas no século XX**. São Paulo: Global, 1984.
VELHO, Gilberto (Org.). **Antropologia urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

==========

Código		Eixo/Campo de Formação		Disciplina/Componente Curricular / 3º Semestre			
DIR 115		Formação Profissional - FP		Direito Constitucional I			
Pré-requisitos do Componente Curricular				Pré-requisito para			
Teoria da Constituição				Direito Constitucional II, Direito Constitucional III			
Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60
Ementa							

Aborda a estrutura do Estado Brasileiro, o federalismo, a distribuição de competência dos entes federados, a intervenção federal, nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos, o poder constituinte e poder de reforma e suas limitações. Jurisdição constitucional: a defesa da constituição e de seus valores sociais e políticos.

Objetivos

Estudar os conceitos essenciais para o entendimento do Direito Constitucional, objetivando a compreensão dos direitos e garantias fundamentais e suas conexões como o constitucionalismo contemporâneo, interrelacionando-os com os demais ramos do Direito.
Analisar temas específicos da Carta Constitucional de 1988: A Nacionalidade; Os direitos políticos; Os partidos políticos e o sistema eleitoral; A estruturação do Estado brasileiro; O federalismo; A distribuição de competências entre os entes federados e a intervenção federal.
Refletir sobre as limitações do poder constituinte, as reformas e a jurisdição constitucional.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: ESTRURURA DO ESTADO BRASILEIRO
1.1 Organização do Estádio Brasileiro.
1.2 O Estado Federal: União, Estados-Membros, Municípios e Distrito Federal.
1.3 Intervenção Federal.
1.4 Intervenção dos Estados-Membros nos Municípios.
1.5 Competências entre os entes federados

UNIDADE II: DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS
2.1 Origem e dimensões.
2.2 Os direitos fundamentais na Constituição Brasileira. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais.
2.3 As garantias constitucionais.
2.4 Os direitos sociais. O princípio da vedação do retrocesso.

UNIDADE III: NACIONALIDADE, DIREITOS POLÍTICOS
3.1 Os direitos políticos.
3.2 Os partidos políticos e sua estruturação: origem e evolução histórica
3.3 Os sistemas eleitorais.

UNIDADE IV: PODER CONSTITUINTE E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL
4.1 Poder constituinte e o poder de reforma
4.2 Jurisdição constitucional

Metodologia

Aulas expositivas, com comentários e discussões sobre a teoria e o direito positivo; apresentação de questões práticas; estudos de casos; análise de jurisprudência; comentários sobre assuntos relacionados e pertinentes à disciplina. Uso do quadro e recursos áudios-visuais; condução de seminários e de trabalhos em grupos de estudos.

Avaliação

Os alunos serão submetidos a três avaliações regimentais assim constituídas: 1ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 8,0 pontos - Trabalho escrito ou oral: 2,0 pontos 2ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: - Trabalho escrito ou oral: 2,0 pontos; 3ª Avaliação – Trabalho interdisciplinar: 10,0 pontos.

Bibliografia Básica

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 19ª ed., São Paulo: Malheiros, 2006.
CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional – Teoria da Constituição.** Coimbra: Almedina, 2002.
CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional.** Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição.** Rio de Janeiro: Forense, 2002.
RAMOS TAVARES, André. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2006.
SILVA NETO. Manoel Jorge e. **Curso de Direito Constitucional.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
STRECK, Lenio Luiz. **Jurisdição Constitucional e Hermenêutica** – Uma Nova Crítica do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

==========

<table>
<tr><th>Código</th><th colspan="2">Eixo/Campo de Formação</th><th colspan="4">Disciplina/Componente Curricular/ 3º Semestre</th></tr>
<tr><td>DIR 116</td><td colspan="2">Formação Profissional - FP</td><td colspan="4">Direito Penal II</td></tr>
<tr><th colspan="3">Pré-requisitos do Componente Curricular</th><th colspan="4">Pré-requisito para</th></tr>
<tr><td colspan="3">Direito Penal I</td><td colspan="4">Direito Penal III, Direito Penal IV, Direito Processual Penal I, Direito Processual Penal II, Direito Processual Penal III, Direito Eleitoral</td></tr>
<tr><th colspan="4">Créditos</th><th colspan="4">Carga horária</th></tr>
<tr><th>Teóricos</th><th>Práticos</th><th>Trabalho</th><th>Total</th><th>Teórico</th><th>Práticos</th><th>Trabalho</th><th>Total</th></tr>
<tr><td>02</td><td>01</td><td>00</td><td>03</td><td>30</td><td>30</td><td></td><td>60</td></tr>
<tr><th colspan="8">Ementa</th></tr>
<tr><td colspan="8">Estuda concurso de normas, as teorias do crime e suas classificações e qualificação legal e doutrinária, as teorias e os tipos de pena, os concursos de crime, os efeitos da condenação e da reabilitação. Analisa o concurso de pessoas e a extinção de punibilidade. Prescrição e decadência.</td></tr>
<tr><th colspan="8">Objetivos</th></tr>
<tr><td colspan="8">Abordar e instrumentalizar os estudante com as bases teórica e prática do direito penal para aplicar em consonância com os fundamentos de um Estado Democrático de Direito, notadamente com a preservação, na sua integridade, da dignidade da pessoa humana e demais princípios constitucionais.</td></tr>
<tr><th colspan="8">Conteúdo Programático</th></tr>
</table>

UNIDADE I: CONCURSO DE NORMAS E DE PESSOAS

1.1 Concurso aparente de normas.
1.2 Erro.
1.3 Erro de tipo.
1.4 Erro de proibição.
1.5 Descriminantes putativas.
1.6 Erro determinado por terceiro.
1.7 Erro sobre a pessoa.
1.8 Concurso de pessoas.
1.9 Concursos de crimes.
1.10 Concurso material.
1.11 Concurso formal.
1.12 Crime continuado.
1.13 Erro na execução.
1.14 Resultado diverso do pretendido.
1.15 Efeitos da condenação.
1.16 Reabilitação.
1.17 Extinção da punibilidade.
1.18 Prescrição e decadência .

UNIDADE II: AÇÃO PENAL

UNIDADE III: TEORIA GERAL DA PENA

3.1 Fins e funções da pena.
3.2 Espécies.
3.3 Pena privativa de liberdade.
3.4 Penas restritivas de direitos.
3.5 Pena pecuniária.
3.6 Aplicação da pena.

UNIDADE IV: SURSIS E LIVRAMENTO CONDICIONAL

4.1 Sursis.
4.2 Livramento condicional.

Metodologia

Aulas expositivas; discussão de casos concretos; leitura e interpretação de textos extraídos de bibliografia proposta.

Avaliação

A avaliação será feita por meio de três provas escritas.

Bibliografia Básica

BATISTA Nilo. **Crítica ao Direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

_____. **Novas tendências do Direito penal.** Rio de Janeiro: Revan,, 2004.

BITTENCOURT, César Roberto. **Tratado de Direito Penal: Parte Especial,** volume I. São Paulo:Saraiva.

MARQUES, José Frederico. **Tratado de Direito Penal,** Volume I: São Paulo: Millennium.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: LTr:.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 3º Semestre
DIR 117	Formação Profissional - FP	Direito Civil II

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Direito Civil I	Direito Civil III, Direito Civil IV, Direito Civil V, Direito Civil VI, Direito Civil VII, Direito Civil VIII, Direito Processual Civil I

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01		03	30	30		60

Ementa

Teoria geral do direito civil. Fatos jurídicos. Classificação. Teoria geral do negócio jurídico. Atos ilícitos. Prescrição e decadência. Prova dos fatos jurídicos.

Objetivos

Compreender as categorias centrais do Direito Civil.
Fomentar reflexão e análise sobre aspectos da Teoria Geral do Direito Civil.
Auxiliar o estudante na aprendizagem sobre a utilização das normas jurídicas que compõem a teoria geral do direito civil, voltada para a solução de problemas cotidianos e para a futura prática profissional.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: FATOS JURÍDICOS E NEGÓCIO JURIDICO
1.1 Classificação. Aquisição, transferência, conservação, extinção de direitos.
1.2 Declaração de vontade: tipos. Atos jurídicos: requisitos de validade.
1.3 Classificação dos negócios jurídicos. Interpretação dos negócios jurídicos.
1.4 Defeitos do negócio jurídico.
1.5 Elementos acidentais do negócio jurídico.
1.6 Invalidade dos atos jurídicos.

UNIDADE II: ATO ILÍCITO E ABUSO DE DIREITO
2.1 Os atos ilícitos
2.2 Abusos de direito

UNIDADE III: PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA
3.1 Prescrição
3.2 Decadência

UNIDADE IV: PROVAS DOS ATOS JURÍDICOS
4.1 Princípios
4.2 A prova como verdade ou convicção
4.2 Os tipos de provas

Metodologia

Aulas expositivo-participativas, painéis, debates, recursos áudio-visuais, pesquisas e trabalhos individuais e em grupo, pesquisa de jurisprudência, exercícios.

Avaliação

Três avaliações, conforme regimento da UNEB, sendo uma do Trabalho Interdisciplinar

Bibliografia Básica

AMARAL, Francisco. **Direito civil: introdução**. Rio de Janeiro: Renovar.
AZEVEDO, Antônio Junqueira d**e. Negócio Jurídico: existência, validade e eficácia.** São Paulo: Saraiva, 2000.
GOMES, Orlando**. Introdução ao Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense.
LOTUFO, Renan. **Código Civil Comentado**. V. 1. São Paulo: Saraiva.
TEPEDINO, Gustavo (org.). **A Parte Geral do novo Código Civil: Estudos na Perspectiva Civil-Constitucional.** Rio de Janeiro: Renovar.
VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: parte geral.** V. 1. São Paulo: Atlas.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 3º Semestre
DIR028	Formação Prático - FPR	Seminário Interdisciplinar de Pesquisa III

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Prático	Trabalho	Total
00	01		01		30		30

Ementa

A disciplina aborda o significado da interdisciplinaridade frente a fragmentação do saber elaborado no âmbito do positivismo; propõe o planejamento,a realização de pesquisa bibliográfica, a organização do conhecimento e a comunicação dos resultados da pesquisa como forma de exercício interdisciplinar.

Objetivos

1. Compreender o conceito e finalidade de seminário
2. Refletir sobre o conceito de interdisciplinaridade e os desdobramentos nas práticas de pesquisa e nas pedagógicas
3. Compreender o sentido e significado do seminário interdisciplinar
4. Organizar e realizar um seminário de pesquisa na perspectiva interdisciplinar em torno de um tema acordado no grupo, considerando os conteúdos das diferentes disciplinas do semestre
5. Realizar o seminário contando com a participação dos demais professores do semestre, estudantes e comunidade externa.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES CONFORME TEMÁTICA DEFINIDA NO COLEGIADO

1.1Planejamento do seminário: organização de grupos/tema/delimitação/ roteiro
1.2 Pesquisa bibliográfica/elaboração do texto
1.3 Simulação do seminário em sala de aula

UNIDADE II: **REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO**

2.1 Apresentação dos trabalhos no seminário pelos estudantes para a comunidade
2.2 Avaliação do trabalho interdisciplinar e desafios para a sua implementação e continuidade.

Metodologia

A realização do seminário interdisciplinar exige planejamento detalhado, desde a constituição dos grupos, escolha da temática e sua delimitação, roteiro das tarefas e da pesquisa, realização da pesquisa, elaboração do texto conforme Normas Técnicas. Para tanto, está previsto a realização de leitura colaborativa de textos sobre o significado do seminário, e da interdisciplinaridade e implicações prática- primeiro encontro. Após esta primeira etapa serão realizadas reuniões, previamente acordadas no grupo, para: constituição dos grupos; definição do tema e sua delimitação, elaboração do plano de pesquisa e distribuição de tarefas. Na segunda reunião os grupos apresentam as tarefas executadas, além da avaliação e ajustes necessários e planejamento para a reunião seguinte e assim sucessivamente. Por fim, será a vez da realização do seminário, com a presença dos professores envolvidos, que terão uma ficha de avaliação para acompanhar a apresentação dos alunos.

Avaliação

A avaliação no âmbito desta disciplina será processual, considerando os objetivos propostos e as produções parciais até a realização final, cujo produto (Apresentação dos resultados da pesquisa em forma de seminário) será também avaliado pelos demais professores, que atribuirão notas de acordo com os critérios estabelecidos na ficha de avaliação.

Obs.Será elaborado um instrumento de avaliação do evento, para que os participantes possam emitir suas percepções.

Bibliografia Básica
BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia**. Ed. Paz e Terra, 1986. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2002. _____. **Reiventar a democracia. Cadernos Democráticos.** Coleção Fundação Mario Soares, Gradiva, 1998. WOLKMER, Antônio Carlos. **Ideologia Estado e Direito.** S. Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989.

==========

6.4 DISCIPLINAS/ COMPONENTES CURRICULARES DO 4º SEMESTRE

Código		Eixo/Campo de Formação		Disciplina/Componente Curricular/ 4º Semestre			
DIR 118		Formação Profissional - FP		Direito Administrativo II			
Pré-requisitos do Componente Curricular				Pré-requisito para			
Direito Administrativo I							
Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Aborda criticamente as concepções pós-positivistas e suas repercussões no direito administrativo, especialmente as influências da nova hermenêutica nesta disciplina. Analisa tópicos especiais sobre a organização administrativa brasileira, domínio público incluindo terras públicas e recursos hídricos, processo administrativo, agências executivas e reguladoras, contratos de gestão e organizações sociais, os crimes de responsabilidade e crimes contra administração pública. Estuda a desapropriação, a servidão administrativa, domínio público, bens públicos, a teoria da função pública, agentes públicos, intervenção do estado na propriedade privada e no domínio econômico, o controle dos atos da administração. Responsabilidade civil dos gestores da administração pública.

Objetivos

Geral:
Desenvolver a capacidade de análise do direito administrativo, na articulação entre as abordagens científica e crítica, propiciando o entendimento da relação entre teoria e prática no estudo dos seus diversos temas.

Específicos:
Propiciar o estudo do direito administrativo, segundo as diferentes perspectivas epistemológicas, enfatizando a transformação hermenêutica.
Promover a capacidade de análise contextualizada do conteúdo programático.
Situar os conceitos e teorias, atentando para sua articulação com as premissas epistemológicas e os aspectos sociais, políticos e econômicos envolvidos.

Conteúdo Programático

UNIDADE I – O DIREITO ADMINISTRATIVO: PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

1.1. Os Modelos de Direito Administrativo
1.2. Repercussões Metodológicas
1.3. Transformação dos Conceitos Clássicos
1.4. Novos Tópicos
1.5. Abordagem Crítica do Direito Administrativo

UNIDADE II – A TEORIA DA FUNÇÃO PÚBLICA

2.1. Função Pública e Teoria dos Poderes
2.2. Critérios de Definição da Função Administrativa
2.3. A Administração Pública e a Função Governamental

UNIDADE III – A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA BRASILEIRA

3.1. Visão Geral
3.2. As Reformas Administrativas
3.3. Tendências Atuais

UNIDADE IV – FUNDAÇÕES, AGÊNCIAS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

4.1. Contexto Organizacional: entidades paraestatais e terceiro setor
4.2. As Fundações
4.3. As Agências Executivas e Reguladoras
4.3. As Organizações Sociais
4.4. O Contrato de Gestão

UNIDADE V – OS AGENTES PÚBLICOS

5.1. Terminologia e Contextualização
5.2. Os Servidores Públicos
5.2.1. Cargo, Emprego, Função
5.2.2. Provimento e Vacância
5.2.3. Regime Jurídico
5.2.4. Responsabilidade
5.3. Crimes de Responsabilidade e Crimes Contra a Administração Pública

UNIDADE VI – O PROCESSO ADMINISTRATIVO

6.1. Processo e Procedimento
6.2. Princípios
6.3. Modalidades
6.4. Processo e Controle

UNIDADE VII – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

7.1. Delimitação do tema
7.2. Visão Geral das Teorias: evolução e contextualização
7.3. O Direito Positivo Brasileiro
7.4. A Responsabilidade Civil do Estado por Atos Não Administrativos

UNIDADE VIII – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA E NO DOMÍNIO ECONÔMICO

8.1. Restrições do Estado Sobre a Propriedade Privada
8.1.1. Fundamento
8.1.2. Modalidades
8.2. A Intervenção no Domínio Econômico
8.2.1. A Regulação Econômico-Social
8.2.2. O Serviço Público e a Intervenção Estatal
8.2.3. A Exploração Direta de Atividade Econômica pelo Estado
8.2.4 Agências Executivas e Reguladoras, Contratos de gestão e Organizações Sociais.

8.2.5 A desapropriação, a servidão administrativa, domínio público, bens públicos, etc.

UNIDADE IX – BENS PÚBLICOS

9.1. Classificação
9.2. Características Básicas dos Regimes de Direito Público
9.3. Regime Jurídico Diferenciado para algumas Categorias de Bens
9.4. Utilização de Bens Imóveis pelos Particulares
9.5 Parcerias público - privadas

Metodologia

Aulas expositivas, com estímulo à participação e discussão crítica. Debates, com base na leitura orientada de textos. Trabalhos individuais ou em grupo, em sala ou extraclasse.

Avaliação

Serão aplicadas três avaliações: uma escrita, outra consistindo de trabalho individual e/ou em grupo e a terceira o trabalho do Seminário Interdisciplinar.

Bibliografia Básica

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 21 ed. Rio de Janeiro :Lumen Juris, 2009.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2007.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 22 ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
SUNDFELD, C. A. e SCARPINELLA BUENO, C**. (**Coord). **Direito processual público**.BH: Malheiros.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 4º Semestre
DIR119	Formação Profissional - FP	Direito do Trabalho II

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Direito do Trabalho I	Direito da Seguridade Social

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Aborda as relações e os conflitos coletivos de trabalho: suas formas de solução, a internacionalização do Direito coletivo do trabalho, o sindicato frente a reestruturação produtiva global, regional e local. Mercosul e o Direito coletivo do trabalho. Perspectivas do direito coletivo do trabalho brasileiro e internacional. Relações empregatícias especiais: Marítimos, aeronautas, mineração, portuários, ferroviários e outros. O processo do trabalho e seus procedimentos para a solução dos conflitos individuais e coletivos.

Objetivos

Desenvolver uma análise objetiva e descritiva das normas e institutos que disciplinam a dinâmica do Direito Coletivo como instrumento de busca da Justiça Social. Levar os discentes a identificar a função social da realidade sindical brasileira à luz do processo de globalização e flexibilização da legislação trabalhista. Desenvolver nos discentes a compreensão dos textos normativos que serão apresentados, conduzindo-os a real interpretação dos textos normativos.

Conteúdo Programático

UNIDADE I – ORIGEM, EVOLUÇÃO, DEFINIÇÃO, DENOMINAÇÃO, FONTES, CONTEÚDO, DIVISÃO, FUNÇÃO, AUTONOMIA, PRINCÍPIOS, PRERROGATIVAS DIREITO COLETIVO E SINDICAL

1.1 DEFINIÇÃO, DENOMINAÇÃO E AUTONOMIA, ORIGEM E EVOLUÇÃO.

1.1.1Definição e denominação
1.1.2Autonomia,
1.1.3Origem, Evolução histórica, Evolução legislativa, Evolução das fontes normativas brasileiras
1.1.4 Fontes e princípios do direito coletivo na Constituição de 1988 e as inovações
1.2 Princípios do Direito Coletivo do Trabalho
1.2.1 Princípios especiais - tipologia
1.2.2 Princípios assecuratórios do ser coletivo
1.2.3 Princípio da liberdade associativa e sindical
1.2.4 Princípio da autonomia
1.2.5 Princípio regentes das relações coletivas
1.2.6 Princípio da interveniência sindical
1.2.7 Princípio da equivalência dos contratantes
1.2.8 Princípio da liberdade e transparência
1.2.9 Princípios regentes das relações normativas
1.2.10 Princípio da criatividade jurídica
1.2.11 Princípio da adequação
1.3 Direito Coletivo E Sindicato
1.3.1 Conceito de sindicato
1.3.2 Evolução histórica dos sindicatos
1.3.3 Natureza jurídica do sindicato
1.3.4 Organização sindical
1.3.5 Unicidade sindical
1.3.6 Criação e registro de sindicatos
1.3.7 Categorias
1.3.8 Categorias diferenciadas
1.3.9 Órgãos do sindicato
1.3.10 Proteção à sindicalização
1.3.11 Filiação e desligamento
1.3.12 Funções dos sindicatos
1.3.13 Liberdade sindical
1.3.14 Autonomia sindical
1.3.13 Prerrogativas e garantias
1.3.16 Registro de candidatura
1.3.17 Garantia dos dirigentes
1.3.18 Receitas dos sindicatos
1. 4 Entidades Sindicais
1.4.1 Federação
1.4.2 Confederação
1.4.3 Centrais sindicais
1.4.5 Condutas anti-sindicais: Conceito,
1.4.6 Mecanismos de tutela
1.4.7 Os agentes de conduta
1.4.8 Manifestação dos atos anti-sindicais
1.4.9 Prova de atos anti-sindicais
1.4.10 Condutas anti-sindicais na legislação estrangeira
1.4.11 Conditas anti-sindicais na legislação brasileira
1. 5 Direito Internacional do Trabalho e a OIT
1.5.1 Organização Internacional do Trabalho - OIT
1.5.2 Declarações Internacionais
1.5.3 Tratados Internacionais
1.5.4 Convenções
1.5.5 Sindicalismo internacional

UNIDADE II: CONFLITOS COLETIVOS E SUAS FORMAS DE SOLUÇÃO: CONVENÇÕES E ACORDOS COLETIVOS - NEGOCIAÇÃO COLETIVA

2.1 Conceitos
2.2 Classificação
2.3 Sujeitos nas convenções e acordos
2.4 Conflitos e interesses individuais e coletivos
2.5 Autodefesa
2.6 Autocomposição
2.7 Heterocomposição
2.8 Mediação
2.9 Arbitragem
2.10 Dissídios coletivos
2.11 Negociação coletiva
2.11.1 Conceito
2.11.2 Modalidades e procedimentos
2.11.3 Importância
2.11.4 Sujeitos
2.11.5 Autonomia e limites
2.11.6 Campo de aplicação e de atuação
2.12 Convenção coletiva
2.12.1 Conceito
2.12.2 Procedimentos
2.12.3 Natureza jurídica
2.12.4 Condição de validade
2.12.5Convenção coletiva na CF
2.12.6 Teorias aplicáveis às convenções coletivas
2.12.7 Conteúdo das convenções coletivas
2.12.8 Elaboração, aprovação e revogação
2.13 Acordo Coletivo
2.13.1 Conceito
2.13.2 Natureza jurídica
2.13.3 Aplicação
2.13.4 Eficácia
2.13.5 Conteúdo
2.13.6 Cláusulas obrigacionais
2.13.7 Descumprimento
2.14 Flexibilização dos Direitos Trabalhistas
2.14.1Conceito
2.14.2Regulamentação
2.14.3 Limites e eficácia
2.15Direito de Greve e Lockout
2.15.1 Conceito e denominação
2.15.2 Classificação
2.15.3 Natureza jurídica
2.15.4 Evolução histórica estrangeira
2.15.5 Evolução histórica no Brasil
2.15.6 Sujeitos da greve
2.15.7 Condições e limitações
2.15.8 Direitos e deveres dos grevistas
2.15.9 Interferência jurisdicional
2.15.10 A greve no serviço público e nos serviços essenciais
2.15.11 Lockout: Definição, Aspectos gerais e Efeitos
2.16 Mercosul e o Direito Coletivo do Trabalho
2.16.1 Estrutura organizacional

2.16.2 Etapas de implantação
2.16.3 Normatização
2.16.4 O Direito coletivo do trabalho
2.17 Perspectivas do Direito Coletivo do Trabalho brasileiro e internacional
2.17.1 Evolução
2.17.2 Atualidades
2.17.3 Normas gerais
2.17.4 Processo Coletivo e Individual do Trabalho

UNIDADE III: O PROCESSO DO TRABALHO E SEUS PROCEDIMENTOS PARA A SOLUÇÃO DOS CONFLITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

3.1 O processo do trabalho e seus procedimentos
3.2 Recursos e as aproximações com o processo civil

Avaliação

Serão feitas duas ou três avaliações escritas no valor de 10 (dez) cada uma, e um trabalho para ser apresentado no final do semestre. Esse trabalho consta de uma apresentação oral (3,0) e um texto escrito (7,0). Seminário Interdisciplinar.

Bibliografia Básica

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das leis do trabalho.** Editora Saraiva - São Paulo- 2006

FARIA, José Eduardo. **Direito e Globalização Econômica:** implicações e perspectivas. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____ **Novos Desafios da Justiça do Trabalho.** São Paulo, LTr.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do Trabalho**. Editora LTr- São paulo-2006

PINTO, José Augusto Rodrigues. **Processo Trabalhista de Conhecimento**. São Paulo: LTR, 2002.

SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito Constitucional do Trabalho**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 4º Semestre
DIR120	Formação Profissional - FP	Direito Processual Civil I

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Teoria Geral do Processo, Direito Civil II	Direito Processual Civil II, Direito Processual Civil III, Direito Processual Civil IV

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Estuda os atos, os pressupostos, os incidentes, os prazos, a suspensão, a extinção e as nulidades processuais nos interesses individuais e coletivos. Analisa o litisconsórcio, intervenção de terceiros, a resposta e seus desdobramentos processuais.

Objetivos

Instrumentalizar o estudante nas bases do direito processual
Proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos no que diz respeito às questões processuais.

Conteúdo Programático

UNIDADES: PARTES, ATOS PROCESSUAIS

1. PARTES E PROCURADORES:
1.1Capacidade processual; Substituição das partes e dos procuradores;
1.2 Deveres das partes e dos procuradores;
1.3 Despesas processuais e sucumbência;
1.4 Litisconsórcio: Ativo e passivo;
1.5 Necessário e facultativo: facultativo recusável e irrecusável;
1.6.Litisconsórcio multitudinário Intervenção jussu judicis; Simples/comum e unitário;
1.7 Intervenção de terceiros: assistência; oposição; Nomeação à autoria; Denunciação da lide; Chamamento ao processo.

1.8 COMPETÊNCIA:
1.8.1Conceito; Competência absoluta e relativa na Constituição e leis ordinárias, e no CPC:
1.8.2 Competência internacional Competência interna: funcional ou hierárquica; material; em razão das pessoas; em razão do valor; em razão do território;
1.8.3 Modificações de competência; Perpetuatio jurisdicionis; Conexão e continência;
1.8.4 Competência de foro e de juízo.
1.8.5 Declaração de incompetência.

1.9 ATOS PROCESSUAIS:
Teoria geral dos atos processuais;
Forma dos atos processuais: instrumentalidade das formas; princípio da finalidade dos atos cientificatórios; princípio da utilidade dos prazos; atos em geral, da parte, do juiz e dos auxiliares;
Tempo e lugar dos atos processuais; Prazos Processuais; Comunicação dos atos processuais;
Teoria das nulidades processuais.

UNIDADE II: FORMAÇÃO, SUSPENSÃO, EXTINÇÃO DO PROCESSO
2.1 Formação e Suspensão;
2.2 Extinção: sentenças terminativas e definitivas; sem o julgamento do mérito; com o julgamento do mérito.

2.3 PROCESSO E PROCEDIMENTO
2.3.1 Conceito e diferenças;
2.3.2 Procedimentos comum e especial: comum ordinário e sumário; especial de jurisdição contenciosa e voluntária;
2.3.3 Petição inicial: requisitos formais e de lógica intrínseca; admissibilidade inicial e diferida;
2.3.4 Despachos de indeferimento (extinção sumária e emenda) e de deferimento;
2.3.5 Elementos constitutivos: a)causa de pedir remota e próxima; b)pedidos imediato e mediato;
2.3.6 Resposta do réu:
2.3.7 Contestação: a)princípio da eventualidade; b)revelia e contumácia; c)confissão ficta e real; d)elisão da revelia e da confissão;
2.3.8 Reconvenção;
2.3.9 Exceção processual estrita:
2.3.10 De incompetência relativa do juízo;
2.3.11 De suspeição do juiz;
-de impedimento do juiz;
2.3.12 Providências preliminares;
2.3.13 Julgamento conforme o estado do processo: -extinção sumária diferida; -julgamento antecipado da lide; despacho saneador.
2.3.14 Provas:
-teoria geral;
-provas em espécie:
a)confissão: a.1) ficta e real; a.2) espontânea e provocada; a.3) decorrente de interrogatório e de depoimento pessoal; b)documental; c)testemunhal; d)pericial.

UNIDADE III: SENTENÇA
3.1 Sentença: terminativas; definitivas; determinativa ou instável;
a)relação jurídica continuativa ou de trato sucessivo; b)pedidos implícitos; c)ação revisional.
3.2 efeitos:
a)principais; b)secundários.
3.3 requisitos:
a)formais;
b)substanciais.
c) sentenças citra, ultra e extra petita

Metodologia

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (Estudo de casos práticos).

Avaliação

Duas provas escritas e resumos, pesquisas e trabalhos individuais.
Trabalho Interdisciplinar.

Bibliografia Básica

ARAGÃO, Egas Moniz de. **Comentários ao Código de Processo Civil**, Forense, vol. II
CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro, Lumen Juris.

COUTURE, Eduardo. **Fundamentos del Derecho Procesal Civil.Poto:** Depalma.
DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Reforma do Código de Processo Civil,**. BH: Malheiros.
_____. **Fundamentos de Processo Civil Moderno.** São Paulo: RTr.
GRECO FLHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro.** São Paulo: RTr.
MARQUES, José Frederico. **Manual de Direito Processual Civil**, Saraiva.
MARINONI, I. G. Curso de Processo Civil : Processo de Conhecimento. São Paulo: RTr
_____. Estudos de Direito Processual Civil. São Paulo: RTr

NERY JÚNIOR. **Código de Processo Civil Comentado**. São Paulo: RT.
_____ **Atualidades sobre o Processo Civil.** São Paulo: RT
PASSOS, J.J. Calmon. **Comentários ao Código de Processo Civil.** RJ: Forense, vol. III.
_____. **Inovações no Código de Processo Civil**. RJ: Forense.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil.** RJ: Forense.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 4º Semestre
DIR121	Formação Profissional - FP	Direito Constitucional II

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Direito Constitucional I	Direito Tributário e Finanças Públicas

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Estuda os Poderes do Estado: Poder Legislativo, Poder executivo e Poder judiciário nas suas forma de organização, funções, atuações e processo de fiscalização e relação entre os Poderes e entre estes e a sociedade civil, com ênfase no controle social dimensão intrínseca ao Estado Democrático de Direito. Aborda a estrutura, função e mecanismos de participação cidadã nos Orçamentos Públicos, os princípios orçamentários e a elaboração do orçamento momento político-jurídico fundamental no desenho institucional das políticas públicas. Analisa e estuda o papel da Jurisdição Constitucional e os diversos modos e abordagens sobre os processos sócio-jurídicos de Controle de Constitucionalidade, assim como sua dimensão política.

Objetivos

1. Analisar os Poderes do Estado nas suas forma de organização, funções, atuações e processo de fiscalização e as relações com a sociedade civil, no Estado Democrático de Direito.

2. Compreender a estrutura, a função e os mecanismos de participação cidadã nos Orçamentos Públicos, os princípios orçamentários e a elaboração do orçamento momento político-jurídico fundamental no desenho institucional das políticas públicas.

3. Refletir sobre o papel da Jurisdição Constitucional e os diversos modos e abordagens dos processos sócio-jurídicos de Controle de Constitucionalidade.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: ESTRUTURA ORGANIZATIVA DOS PODERES CONSTITUÍDOS BRASILEIROS
1.1 A federação brasileira – peculiaridades e conseqüências práticas
1.2 A separação de poderes como princípio constitucional essencial
1.3 Aplicação prática da separação de poderes (especialização e controle mútuo)
1.4 Administração Pública – conceito amplo e aplicação prática
1.5 Os poderes constituídos no Brasil de 1988 – funções típicas e atípicas

UNIDADE II: PODER LEGISLATIVO
2.1 Noção geral
2.2 Funções típicas – inovação da ordem jurídica e fiscalização externa
2.3 Composição em nível federal, distrital, estadual e municipal
2.4 Organização e funcionamento
2.5 Comissões parlamentares; comissões parlamentares de inquérito

UNIDADE III: **CONTROLES PÚBLICOS**
3.1 Sistema de controle: fiscalização interna e externa
3.2 O Tribunal de Contas da União

3.3 Os Tribunais de Contas dos Estados
3.4 Os Tribunais de Contas dos Municípios

UNIDADE IV: **PROCESSO LEGISLATIVO**
4.1 Noção geral
4.2 Espécies
4.4 Fases do processo legislativo ordinário
1) Fase Parlamentar - Iniciativa
2) Discussão
3) Votação e deliberação
4) Remessa para a Casa Revisora
5) Fase Executiva – Sanção/Veto
6) Promulgação
7) Publicação
4.5 Processos legislativos especiais em espécies
1) Emendas à Constituição Federal
2) Leis Delegadas
3) Medidas Provisórias
4) Decretos Legislativos
5) Resoluções

UNIDADE V: **ORÇAMENTO PÚBLICO**
5.1 Noção geral
5.2 Princípios orçamentários
5.3 Natureza jurídica do orçamento: revisão crítica da concretização do orçamento
5.4 Regime de precatórios e sua atualidade

UNIDADE VI: PODER EXECUTIVO
6.1 Noção e funções típicas e atípicas
6.2 Composição em nível federal, distrital, estadual e municipal
6.3 Sucessão/substituição no exercício da chefia do governo
6.4 Prerrogativas do chefe do Poder Executivo
6.5 Sistema de responsabilidades do chefe do Poder Executivo

UNIDADE VII: PODER JUDICIÁRIO
7.1 Noção e funções típicas e atípicas
7.2 Composição em nível federal – art. 92
7.3 Conselho Nacional de Justiça
7.4 Estatuto constitucional da Magistratura – art. 93
7.5Análise sistemática dos integrantes do Poder Judiciário (organograma de relações institucionais)
7.6 Funções essências à Justiça (Ministério Público; Defensoria Pública; Advocacia pública e privada)

UNIDADE VIII: CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE
8.1 Noção e importância e as mutações constitucionais
8.2 Teoria da inconstitucionalidade
8.3 Teoria da superação da inconstitucionalidade
8.4 Modelos básicos de controle (sistemas difuso e concentrado)
8.5 Espécies de controle (abstrato e concreto; preventivo e repressivo; por ação e por omissão; político e jurídico)
8.6 Aspectos prático-processuais dos controles concentrado e difuso no Brasil

Metodologia

A carga horária prevista para a disciplina é de 60 horas/aula distribuídas em 30 encontros, dois por semana onde serão ministradas aulas expositivas, estudo dirigido, discussão com fichamento de textos e artigos, produção de textos em sala de aula, utilização de matérias de jornais, revistas e vídeos. Os temas propostos no conteúdo programático serão desenvolvidos com estudos da doutrina e artigos críticos e aprofundamento,

casos concretos, jurisprudência e fenômenos sociais, econômicos, políticos, culturais e jurídicos em escala local, regional, nacional e global.

Avaliação

A avaliação será feita ao longo do curso. Desde o acompanhamento cotidiano (participação em sala de aula, análise e exposição oral de casos concretos à luz dos conceitos e teorias discutidas), até a distribuição de notas para as seguintes atividades: prova escrita individual, apresentação de resenha de artigo, seminário em sala de aula, análise de caso concreto em sala de aula e nota do seminário interdisciplinar.

Bibliografia Básica

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2008.
BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2002.
CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Coimbra: Almedina, 2008.
MENDES, Gilmar *et alli*. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009.
MIRANDA, Jorge. **Direito constitucional**. Coimbra: Almedina, 2008.
SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2009.
SILVA NETO, Manoel Jorge e. **Curso de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008.
TAVARES, André Ramos**. Curso de direito constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 4º Semestre
DIR122	Formação Profissional - FP	Direito Ambiental e Agrário

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Delineia os aspectos jurídicos da relação homem-natureza, ressaltando os aspectos do meio ambiente natural à luz dos princípios constitucionais e da Política Nacional do Meio Ambiente, introduzindo noções acerca dos instrumentos de controle, como o licenciamento ambiental e o estudo prévio de impacto ambiental. Compreende o processo histórico das relações agrárias na perspectiva do desenvolvimento sustentável, a função social da propriedade rural e o diálogo com o direito ambiental.

Objetivos

Compreender as categorias centrais da Teoria Ambiental e Agrária, do Direito Ambiental e do Direito Agrário.
Fomentar reflexão e análise sobre aspectos do Direito e das questões ambientais e agrárias.
Auxiliar o estudante na aprendizagem sobre a utilização das normas jurídicas que compõem estes ramos do Direito, voltada para a solução de problemas cotidianos e para a futura prática profissional.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: INTRODUÇÃO ÀS TEORIAS DO AGRÁRIO E DO AMBIENTAL.

1.1 Direito, ecologia e desenvolvimento sustentável.
1.2 Cidadania e Meio Ambiente.
1.3 Princípios de Direito Ambiental.
1.4 O Meio Ambiente na Constituição Federal.

UNIDADE II: A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.

2.1 O Sistema Nacional do Meio Ambiente.
2.2 Prevenção e reparação do dano ambiental.

2.3 Instrumentos juridicos.
2.4 Crimes ambientais.

UNIDADE III: DIREITO AGRÁRIO

3.1 Conceito e finalidade do direito agrário.
3.2 A atividade agrária.
3.3 Fontes do direito agrário.
3.4 Princípios do direito agrário.
3.5 O direito agrário na Constituição Federal.
3.6 Fundamentos do direito agrário.
3.7 Direito, reforma agrária e desenvolvimento.
3.8 Estatuto da Terra.
3.9 Função social da propriedade terra rural.
3.10 Reservas indígenas.
3.11 Imóvel rural.
3.12 Empresa rural. Conceito. Contratos
3.13 Desapropriação para fins da Reforma Agrária.
3.14 Arrendamento rural e parceria agrícola.

Metodologia

Aulas expositivo-participativas, leituras, painéis, debates, pesquisas e trabalhos individuais e em grupo, pesquisa de jurisprudência, exercícios.

Avaliação

Relatórios, duas provas escritas e trabalho interdisciplinar.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
_____. **Curso de Direito Agrário**. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.
BAUDEL WANDERLEY, Maria de Nazareth. O lugar dos rurais: O meio rural no Brasil moderno. In. **Anais do 35º Congresso Brasileiro de economia e sociologia rural**. O público e o privado na agricultura brasileira. Natal (RN), 4-8/8/1997.
BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. **Função ambiental da propriedade rural**. São Paulo: LTr, 1999.
FAVERO, Celso Antonio. **Agronegócio e meio ambiente – a construção de uma consciência ambiental hegemônica**. In. Revista da FAEEBA (Prelo).

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 4º Semestre
DIR123	Formação Profissional - FP	Direito Penal III

Pré-requisito com Componente Curricular	Pré-requisito para
Direito Penal II	

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Estuda as infrações penais em espécie, no Código Penal e na Lei de Contravenções Penais. Crimes contra a pessoa, patrimônio e propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso. Crimes contra o respeito aos mortos, compreendendo análise crítica do sistema vigente e perspectivas legislativas.

Objetivos
Analisar os crimes em espécies com os fundamentos do estado democrático de direito; Fazer uma reflexão sobre a legislação penal criada e aplicada em consonância com os fundamentos de um Estado Democrático de Direito, notadamente com a preservação, na sua integralidade, da dignidade humana e demais princípios constitucionais.
Conteúdo Programático
UNIDADE I: CRIMES CONTRA A PESSOA. 1.1. Crimes contra a vida. 1.1.1. Homicídio. 1.1.2. Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio. 1.1.3. Infanticídio. 1.1.4. Aborto. 1.2. Lesão corporal. 1.3. Periclitação da vida e da saúde. 1.4. Rixa. 1.5. Crimes contra a honra. 1.6. Crimes contra a liberdade individual. 1.6.1. Crimes contra a liberdade pessoal. 1.6.2. Crimes contra a inviolabilidade do domicílio. 1.6.3. Crimes contra a inviolabilidade de correspondência. 1.6.4. Crimes contra a inviolabilidade dos segredos. **UNIDADE II: CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO**. 1.7. Furto. 1.8. Roubo. 1.9. Extorsão. 1.10. Usurpação. 1.11. Dano. 1.12. Apropriação indébita. 1.13. Estelionato e outras fraudes. 1.14. Receptação. **UNIDADE III: OUTROS CRIMES** 3.1 Crimes contra a propriedade imaterial. 3.2 Crimes contra a organização do trabalho 3.3 Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.
Metodologia
Aulas expositivas; discussão de casos concretos; leitura e interpretação de textos extraídos da bibliografia proposta.
Avaliação
A avaliação será feita por meio de três provas escritas.
Bibliografia Básica
BATISTA, Nilo. **Novas tendências do direito penal**. Rio de Janeiro: Renavan BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: **Parte Especial,** volume II. São Paulo:Saraiva. CARVALHO, Amilton Bueno de e CARVALHO, Salo. **Direito alternativo brasileiro e pensamento jurídico europeu**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Código Penal Interpretado**. São Paulo:Atlas. Nucci, Guilherme de Souza**. Manual de Direito Penal**. São Paulo:RTr. ROXIN, Claus. **Tutela penal da vida humana**. São Paulo: editora Damásio de Jesus. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. São

Paulo: RTr.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 4º Semestre
DIR 124	Formação Profissional - FP	Direito Civil III

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Direito Civil II	

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Direito das obrigações: noções gerais, conceito e evolução. A relação jurídica obrigacional. Fontes de obrigações. Modalidades das obrigações. Transmissão das obrigações. O cumprimento das obrigações. Extinção das obrigações. O inadimplemento das obrigações.

Objetivos

O objetivo geral da disciplina é fornecer as noções sobre o direito das obrigações, seus conceitos, fundamentos e princípios, à luz de uma perspectiva civil-constitucional e na busca de sua raiz antropocêntrica.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.

1.1. Direito das obrigações.
1.2. Noções gerais.
1.3. Conceito e evolução.
1.4 A Relação Jurídica Obrigacional.
1.4.1 Vínculo jurídico.
1.4.2 Objeto obrigacional.
1.4.3 Sujeitos da obrigação.
1.5 Fontes de Obrigações.

UNIDADE II: MODALIDADE E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES.
2.1 Dar e restituir;
2.2 Fazer e não fazer;
2.3 Alternativa;
2.4 Divisíveis e indivisíveis;
2.5 Solidárias e outras modalidades de obrigações.
2.6 Transmissão das obrigações.
2.6.1Cessão de Crédito;
2.6.2Assunção de Divida.

UNIDADE III: O CUMPRIMENTO E O INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES.
3.1 Pagamento;
3.2 Formas especiais de pagamento: Pagamento em consignação, pagamento com Sub-rogação, imputação do pagamento, dação em pagamento, novação, compensação, confusão e remissão.
3.3 O inadimplemento das obrigações.

3.3.1 Inadimplemento absoluto; 3.3.2 Mora; 3.3.3 Conseqüências do inadimplemento: Perdas e Danos; Juros Legais; Cláusula Penal; Arras ou Sinal.
Metodologia
Aulas expositivas, com comentários e discussões sobre a teoria e o direito positivo; apresentação de questões práticas; estudos de casos; análise de jurisprudência; comentários sobre assuntos relacionados e pertinentes à disciplina. Uso do quadro e recursos áudios-visuais; condução de seminários e de trabalhos em grupos de estudos.
Avaliação
Os alunos serão submetidos a três avaliações regimentais assim constituídas: 1ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 8,0 pontos - Trabalho escrito ou oral: 2,0 pontos 2ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 8,0 pontos - Trabalho escrito ou oral: 2,0 pontos 3ª Avaliação – Trabalho interdisciplinar: 10,0 pontos
Bibliografia Básica
BRASIL. **Código Civil**. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, (atualizado). FARIAS, Cristiano Chaves de e ROSENVALD, Nelson. **Direito das Obrigações**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, (atualizado). GOMES, Orlando. **Obrigações**. Rio de Janeiro: Forense, 17ª Ed, 2007. COSTA, Judith Martins. **Boa Fé no Direito brasileiro**. São Paulo: RT, 2006 TEPEDINO, Gustavo; BARBOSA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de, et alli, **Código Civil Interpretado conforme a Constituição da República**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil.** São Paulo: Atlas, (atualizado). v. 2.

==========

Código	**Eixo/Campo de Formação**	**Disciplina/Componente Curricular/ 4º Semestre**
DIR 029	Formação Prático - FPR	Seminário Interdisciplinar de Pesquisa IV

Pré-requisitos do Componente Curricular	**Pré-requisito para**

Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
00	01		01		30		30

EMENTA
A disciplina insere o fenômeno jurídico numa rede de relações complexas através do planejamento, organização e pesquisa orientada de grupos temáticos, que apresentam e publicam os resultados da produção em forma de seminário, artigo e painel dos conteúdos das disciplinas do semestre.
Objetivos
• Compreender o conceito e finalidade de seminário. • Refletir sobre o conceito de interdisciplinaridade e os desdobramentos nas práticas de pesquisa e nas pedagógicas. • Compreender o sentido e significado do seminário interdisciplinar. • Organizar e realizar um seminário de pesquisa na perspectiva interdisciplinar em torno de um tema acordado no grupo, considerando os conteúdos das diferentes disciplinas do semestre. • Realizar o seminário contando com a participação dos demais professores do semestre, estudantes e comunidade externa.
Conteúdo Programático
UNIDADE I: PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES CONFORME TEMÁTICA DEFINIDA NO

COLEGIADO

1.1 Planejamento do seminário: organização de grupos/tema/delimitação/ roteiro
1.2 Pesquisa bibliográfica/elaboração do texto
1.3 Simulação do seminário em sala de aula

UNIDADE II: **REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO**

2.1 Apresentação dos trabalhos no seminário pelos estudantes para a comunidade
2.2 Avaliação do trabalho interdisciplinar e desafios para a sua implementação e continuidade.

Metodologia

A realização do seminário interdisciplinar exige planejamento detalhado, desde a constituição dos grupos, escolha da temática e sua delimitação, roteiro das tarefas e da pesquisa, realização da pesquisa, elaboração do texto conforme Normas Técnicas. Para tanto, está previsto a realização de leitura colaborativa de textos sobre o significado do seminário, e da interdisciplinaridade e implicações prática - primeiro encontro. Após esta primeira etapa serão realizadas reuniões, previamente acordadas no grupo, para: constituição dos grupos; definição do tema e sua delimitação, elaboração do plano de pesquisa e distribuição de tarefas. Na segunda reunião os grupos apresentam as tarefas executadas, além da avaliação e ajustes necessários e planejamento para a reunião seguinte e assim sucessivamente. Por fim, será a vez da realização do seminário, com a presença dos professores envolvidos, que terão uma ficha de avaliação para acompanhar a apresentação dos alunos.

Avaliação

A avaliação no âmbito desta disciplina será processual, considerando os objetivos propostos e as produções parciais até a realização final, cujo produto (Apresentação dos resultados da pesquisa em forma de seminário) será também avaliado pelos demais professores, que atribuirão notas de acordo com os critérios estabelecidos na ficha de avaliação.
Obs.Será elaborado um instrumento de avaliação do evento, para que os participantes possam emitir suas percepções.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. *S.*Paulo: *Atlas, 1997.*
FAZENDA, Ivani. **Conversando sobre interdisciplinaridade à distância**. São Paulo: PUC-SP/UNICID, mimeo, 2001.
_____. **Diversidade cultural no currículo de formação de professores: uma dimensão interdisciplinar.** São Paulo: PUC-SP/UNICID, mimeo, 2001.
_____. **Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1999.
_____. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
FURLANETTO, Ecleide C. **A sala de aula interdisciplinar vista como um vaso alquímico**. São Paulo: UNICID, mimeo, 2001. SANTOS, Boaventura. **Um discurso sobre as ciências.** 9. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

Bibliografia sobre a temática aprovada no semestre para o seminário.

6.5 DISCIPLINAS/ COMPONENTES CURRICULARES DO 5º SEMESTRE

Código	**Eixo/Campo de Formação**	**Disciplina/Componente Curricular/ 5º Semestre**
DIR 125	Formação Profissional - FP	Direito Empresarial I

Pré-requisitos do Componente Curricular	**Pré-requisito para**
	Direito Empresarial II

Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Compreende o processo evolutivo do direito comercial/empresarial, teoria da empresa e as alterações dela decorrentes; observando as novas relações com o Código Civil/2002; o poder e mercado: concorrência,

cooperação e concentração empresarial; as relações entre as diversas sociedades civis e empresariais; sujeitos da relação empresarial, capacidade do empresário e não empresário e as suas obrigações; os registros e arquivamentos da empresa; as formas de organização da atividade empresarial: societária e não societária, os tipos societários, contratos de sociedade, fusão, incorporação, cisão e transformação de sociedade, responsabilidades de administradores e sócios, a desconsideração da pessoa jurídica.

Objetivos

Proporcionar aos estudantes conhecimentos básicos sobre empresa, atuação empresarial e Direito Societário, segundo as disposições do novo Código Civil (Lei nº 10.406/2002)
Capacitar o estudante quando à atualização dos conceitos e normas jurídicas que regem a matéria, permitindo o aprimoramento de sua capacidade para o exercício da atividade profissional.

Conteúdo Programático

UNIDADEI: TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL

1.1 Introdução
1.1.1 Origem do Comércio
1.1.2 Direito Comercial
1.1.3 Evolução histórica do Direito Comercial
1.1.4 Fontes do Direito Comercial
1.1.5 Autonomia do Direito Comercial
1.1.6 Relação do Direito Comercial com outros ramos do Direito
1.2 Direito de Empresa
1.2.1 Teoria de Empresa
1.2.2 Tipos Empresários
1.2.3 Atividades empresárias: elementos e peculiaridades
1.2.4 Incapacidade e proibições
1.2.5 Prepostos do empresário
1.2.6 Registro público de empresas
1.2.7 Livros e escrituração empresarial (eficácia probante)
1.2.8 Estabelecimento empresarial
1.2.9 Nome empresarial e sua proteção
1.2.10 Microempresa e empresa de pequeno porte
1.3 Direitos de Propriedade Industrial
1.3.1 Introdução
1.3.2 Bens Intelectuais
1.3.3 Patente e sofware
1.3.4 Marca e desenho industrial
1.4 Disciplina Jurídica da Concorrência
1.4.1 A ordem econômica
1.4.2 Princípios reguladores da ordem econômica
1.4.3 Abuso do poder econômico e a Lei Antitruste
1.4.4 Infrações à ordem econômica
1.4.5 Sistema Brasileiro de Defesa do Consumidor

UNIDADEII: DIREITO SOCIETÁRIO

2.1 Contrato de Sociedade
2.1.1 Personificação das Sociedades
2.1.2 Contrato Social
2.1.3 Direitos e obrigações dos sócios
2.1.4 Administração societária
2.1.5 Dissolução parcial ou total da sociedade
2.1.6 Liquidação da sociedade
2.1.7 Coligação, transformação, incorporação, fusão e cisão

2.1.8 Desconsideração da personalidade jurídica
2.2 Sociedades não personificadas
2.2.1 Sociedade em comum ou de fato
2.2.2 Sociedade em conta de participação
2.3 Sociedades Contratuais em Espécie
2.3.1 Sociedades Simples
2.3.2 Sociedade em nome do coletivo
2.3.3 Sociedade em comandita simples
2.3.4 Sociedade limitada
2.4 Sociedades Institucionais (Estatuárias)
1.2 Sociedade em comandita por ações
1.3 Sociedade por ações
1.4 Sociedade cooperativa
2.5 Responsabilidades dos sócios

Metodologia

O Curso utilizará uma metodologia cuja característica principal é o envolvimento do aluno no processo de busca do conhecimento. Tal envolvimento acontecerá através de situações em que ele poderá colocar em prática os conhecimentos obtidos, buscando sempre responder as questões norteadoras: a) para que serve essa informação ou esse conhecimento novo apreendido? Como posso observar ou aplicar em uma determinada realidade? Essas informações, conhecimentos ou habilidades adquiridas serão úteis em minha vida profissional? De que maneira?

A metodologia diversificada incluirá:

- Exposições dialogada dos temas propostos;
- Debates, (abordando temas de textos ou livros adotados);
- Leitura dirigida de texto e discussão de autores selecionados sobre o(s) tema (as) em estudo;
- Trabalhos práticos, em classe ou extra-classe, individual ou em grupo;
- Seminários apresentados pelos alunos, em equipe. Requererão atividades extra-classe (Pesquisa na Internet, dentre outros) e deverão ser apresentados por escrito e oralmente. Todos os membros deverão ter voz.

Vale registrar que o sucesso do referido programa implica no compromisso do aluno em um bom programa de leitura dos autores que tratam dos temas abordados.

Avaliação

Avaliações constando questões objetivas e/ou subjetivas.

Bibliografia Básica

ARNOLDI, Paulo Roberto Colombo. **Teoria Geral de Direito Comercial: Introdução à teoria da empresa**. São Paulo: Saraiva.
ANTUNES, J. A. E**. Os Grupos de Sociedades: estrutura e organização jurídica da empresa plurissocietária.** Coimbra: Almedina.
CARVALHOSA, M. **A Lei das Sociedades Anônimas: seu modelo econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.
MESSINA, P. L.; FORGIONI, P. A. **Sociedades por Ações: jurisprudência, casos e comentários.** São Paulo: RT.
RESTIFEE, Paulo Sergio. **Manual do novo direito comercial**. São Paulo: Dialética.
SALOMÃO FILHO, C. O. **Novo Direito Societário.** São Paulo: Malheiros.
SIMÃO FILHO, Adalberto e LUCCA, Newton de (org). **Direito Empresarial contemporâneo**. São Paulo: Juarez de Oliveira.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação			Disciplina/Componente Curricular/ 5º Semestre			
DIR126	Formação Profissional - FP			Direito Tributário e Finanças Públicas			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
Direito Constitucional II				Legislação Tributária			
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Analisa o fenômeno tributário e as finanças públicas no Estado Democrático de Direito, as suas fontes, competências dos entes federados, a teoria da relação jurídica tributária e do crédito tributário, o sistema tributário brasileiro e discriminação de rendas, suas limitações constitucionais ao poder de tributar: as imunidades e os princípios constitucionais tributários. Aborda o tributo e suas espécies, as normas tributárias: vigência, aplicação e interpretação da lei tributária no espaço e no tempo, sujeitos, domicílio, obrigação tributária, fato gerador, responsabilidade, crédito tributário, fiscalização, dívida ativa tributária, ilícito fiscal e a Administração da Gestão Pública Tributária.

Objetivos

Analisar o fenômeno Tributário e as Finanças Públicas destacando as fontes e competência entre os entes federados.
Compreender o Sistema Tributário Nacional, seus princípios e limitações.
Estudar os tributos e as suas espécies.
Refletir sobre Finanças Públicas: orçamento, receita e despesa, responsabilidade fiscal, etc.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: AS BASES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1.1 Definição, Terminologia e Relação com outros ramos do direito; os sub-ramos do direito penal tributário e do direito tributário penal
1.2 Tributo: Dissecação do conceito e natureza jurídica; espécies tributárias: imposto, taxa, empréstimo compulsório, contribuição de melhoria, contribuição para custeio da iluminação pública, contribuição social, contribuição de intervenção no domínio econômico e contribuição corporativa.
1.3 Competências Tributárias federais, estaduais e municipais; competência federal residual; características.
1.4 Direito Constitucional Tributário: principiologia e limitações constitucionais ao poder de tributar; princípios da legalidade, irretroatividade, anterioridade, anterioridade nonagesimal, isonomia, capacidade contributiva, vedação de confisco, liberdade de tráfego e solidariedade social; outros princípios; imunidades.

UNIDADE II: TEORIA GERAL DE DIREITO TRIBUTÁRIO

2.1 Legislação tributária, vigência e aplicação da legislação tributária,
2.2 Interpretação e integração da legislação tributária;
2.3 Obrigação tributária: relação jurídica, fato gerador, sujeito ativo, sujeito passivo,

2.4 Responsabilidade tributária; lançamento; crédito tributário: constituição, suspensão, extinção, exclusão, garantias e privilégios;
2.5 Administração Tributária: dívida ativa, certidão negativa, prerrogativas e deveres do fisco.
2.6 Ilícito fiscal

UNIDADE III: FINANÇAS PÚBLICAS

3.1 Noções de orçamento; receita e despesa públicas;
3.2 Distribuição constitucional de rendas;
3.3 A lei de responsabilidade fiscal; justiça fiscal; política fiscal; neutralidade tributária.

Metodologia

Aulas expositivas; discussão de casos concretos; leitura e interpretação de textos extraídos da bibliografia proposta.

Avaliação

A avaliação será feita ao longo do curso. Desde o acompanhamento cotidiano (participação em sala de aula, análise e exposição oral de casos concretos à luz dos conceitos e teorias discutidas), até a distribuição de notas para as seguintes atividades: prova escrita individual, resenha de artigos, análise de caso concreto, fichamentos, nota do seminário interdisciplinar.

Bibliografia Básica

CARVALHO. Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário.** São Paulo: Saraiva.
CARRAZA, R. A. **Curso de Direito Constitucional Tributário.** São Paulo: Malheiros.
COELHO, S. C. N. **Direito Tributário**. Rio de Janeiro: Forense.
BALEEIRO, Aliomar. **Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar**. Atualiz. Misabel de Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Editora Forense.
XAVIER, Alberto. **Temas de Direito Tributário**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 5º Semestre
DIR 127	Formação Profissional - FP	Direito Processual Civil II

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Direito do Processual Civil I	

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Estuda coisa julgada, recursos e ação rescisória.

Objetivos

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre coisa julgada, recursos e ação rescisória para instrumentalizar-lhes de condições para análise e solução de problemas jurídicos.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: COISA JULGADA
1.1 Conceito
1.2 Fundamentos da sentença e autoridade da coisa julgada;
1.3 Coisa julgada *secundum eventum litis*;
1.4 Limites:objetivos e subjetivos.

UNIDADE II: RECURSOS

2.1 Teoria Geral dos Recursos;
2.1.1 Explicações jurídica e sociológica;
2.1.2 Princípios recursais;
2.1.3. Pressupostos:
a) subjetivos:
b) objetivos;
2.2. Recurso adesivo: natureza; cabimento; requisitos;
2.3. Desistência, renúncia e aquiescência; Recurso e litisconsórcio;
2.4. Efeitos dos recursos
2.4.1 Devolutivo ou reiterativo;
2.4.2 Suspensivo ou iterativo.
2.5 Do julgamento do recurso:
2.5.1 Expansivo;
2.5.2 Translativo;
2.5.3 Substitutivo.

UNIDADE III: RECURSOS EM ESPÉCIE
3.1 Apelação e agravo;
3.1.1 De decisões interlocutórias:
3.1.2 De instrumento (lato);
3.1.3 Retido:
3.1.4 Oral;
3.1.5 Escrito.
3.2 Inominados e regimentais;
3.2.1. Embargos de declaração;
3.2.2 Embargos infringentes;
3.2.3 embargos de divergência;
3.2.4 Ordinários constitucionais;
3.2.5 Especiais;
3.2.6 Extraordinário;
3.2.7 Correição parcial e total;
3.2.8 Ordem dos processos no tribunal e o processo nos tribunais.

UNIDADE IV: AÇÃO RESCISÓRIA
4.1 Natureza; cabimento; Legitimação; Objeto/mérito;
4.2 Hipóteses taxativas;
4.3 Diferenças da ação anulatória;
4.4 Judicium rescindens e judicium rescisorium;
4.5 Execução definitiva e provisória:
4.6 Medidas cautelares;
4.7 Antecipação de tutela.
4.8 Procedimento.

Metodologia

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (Estudo de casos práticos).

Avaliação

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades
FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.
SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia Básica

ARAGÃO, Egas Moniz de. **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Forense, vol. II.

COUTURE, Eduardo. **Fundamentos del Derecho Procesal Civil**. Porto: Depalma.
CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**, Rio de Janeiro: Lumen Juris.
DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos de Processo Civil Moderno**. São Paulo: RT
_____. **A Reforma do Código de Processo Civil**. BH: Malheiros
GRECO FLHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva
MARINONI, Luiz Guilherme. **Direto do Processo Civil**: São Paulo: Rev. dos Tribunais.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 5º Semestre
DIR128	Formação Fundamental - FF	Hermenéutica Jurídica

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Aborda as interfaces entre a hermenêutica filosófica e as teoria da interpretação jurídica seus tipos e métodos. Introduz a lógica jurídica e suas interfaces com a argumentação. Analisa as relações entre, hermenêutica jurídica e a dogmática, buscando compreender o esgotamento do paradigma positivista na interpretação e aplicação do direito. Reflete sobre a justificação das decisões, o dilema da responsabilidade social da função judicial e a questão da objetividade e legitimidade, localizando as interconexões entre a hermenêutica jurídica e direito alternativo, o pluralismo jurídico, a tópica, teoria da argumentação, teoria do discurso, teorias da justiça e pós-modernidade jurídica.

Objetivos

Nesta disciplina, inicialmente, refletir-se-á sobre os pressupostos para adoção da hermenêutica no direito com ênfase na: democracia, assunção de uma acepção multicultural e portanto conflituosa na interpretação do direito, exigência de legitimidade na fundamentação das decisões judiciais, revalorização do "senso comum" como sistema cultural, dos valores como equidade e justiça no campo do direito e das necessidades como fontes do direito.

A disciplina visa propiciar uma compreensão da evolução do pensamento jusfilosófico no Brasil e a localização epistemológica da disciplina Hermenêutica Jurídica nos currículos das Faculdades de Direito, assim como sua repercussão social no meio profissional e na jurisprudência nacional.

Apresentar-se-á o giro hermenêutico e as críticas ao positivismo jurídico à lógica formal e suas conseqüências na teoria da interpretação introduzindo uma nova visão dos princípios no direito.

Busca-se ainda apresentar as escolas e principais autores da hermenêutica jurídica diferenciando-os das clássicas teorias da interpretação do direito.

Por fim, aprofundar-se-á nas correntes críticas à hermenêutica jurídica indicando as armadilhas teóricas e uso abusivo do arcabouço conceitual desta teoria no Brasil.

Conteúdo Programático

UNIDADE I - EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO JUSFILOSÓFICO MODERNO.
1.1 Localização teórica disciplina e suas repercussões sociais.
1.2 Introdução da disciplina Hermenêutica Jurídica nos cursos de direito no Brasil. Pressupostos.
1.3 O Pensamento Jusfilosófico Moderno: da Exegese à Jurisprudência dos Valores.
1.4 A Positivação do Direito a Partir do Século XIX: O Direito como Norma Posta. A Ciência do Direito.
1.5 O Positivismo Jurídico e a Interpretação: notas sobre a Teoria Pura do Direito
1.6 Introdução aos princípios da lógica jurídica.
1.7 O giro hermenêutico e o debate sobre o objeto, método e sujeito da interpretação.
1.8 Influência excessiva do constitucionalismo nas teorias hermenêuticas no Brasil.
1.9 Senso comum como sistema cultural e a necessária reflexão antropológica sobre as condições e sujeitos da interpretação.

UNIDADE II - AS PRINCIPAIS ESCOLAS DA HERMENÊUTICA JURÍDICA
2.1 A abertura para os princípios.
2.2 A TÓPICA DO DIREITO
2.3 Argumentação: A Nova Retórica e a Novíssima retórica.
2.4 Teoria do Discurso.
2.5 Teorias da justiça.

UNIDADE III – INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO. PERSPECTIVA APLICADA E CRÍTICA DAS TEORIAS NO BRASIL.
3.1 Hermenêutica Jurídica e Direito Alternativo: interpretação do Direito como recurso ideológico e político.
3.2 Hermenêutica Jurídica e Pluralismo Jurídico: linguagem, retórica e ideologia.
3.3 Hermenêutica Jurídica e as garantias do Estado Democrático de Direito.
3.4 Hermenêutica Jurídica: Discurso, Argumentação e Jurisprudência.

Metodologia

A carga horária prevista para a disciplina é de 60 horas/aula distribuídas em 30 encontros, dois por semana onde serão ministradas aulas expositivas, estudo dirigido, discussão e fichamento de textos e artigos, produção de textos em sala de aula, utilização de matérias de jornais e revistas, vídeos, textos literários, letras de música e poesias, propagandas entre outros. Os temas propostos no conteúdo programático serão desenvolvidos com artigos e estudos de casos concretos, jurisprudência e fenômenos sociais, econômicos, políticos, culturais e jurídicos em escala local, regional, nacional e global.

Avaliação

A avaliação será feita ao longo do curso. Desde o acompanhamento cotidiano (participação em sala de aula, análise e exposição oral de casos concretos à luz dos conceitos e teorias discutidas), até a distribuição de notas para as seguintes atividades: prova escrita individual, resenha de artigos, análise de caso concreto, fichamentos, nota do seminário interdisciplinar.

Bibliografia Básica

CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. **Hermenêutica e Argumentação:** Uma Contribuição ao Estudo do Direito. 2 ed. Rio de Janeiro : Renovar, 2001.
FLEURY, Aidê Buzaid. **Introdução à Lógica Jurídica**: **fundamentos Filosóficos**. São Paulo, LTr, 2002.
BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu, RODRIGUEZ, José Rodrigo. **Hermenêutica Plural**, Martins Fontes
FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação.** São Paulo: Atlas, 1994.
GRAU, Eros Roberto. **Ensaio e discursos sobre a interpretação/aplicação do direito**. São Paulo: Malheiros, 2002.
STRECK, Lênio Luiz. **Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 5º Semestre					
DIR 129	Formação Profissional - FP	Direito Constitucional III					
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
Direito Constitucional I				Políticas Públicas do Bem Estar da Pessoa Humana, Direito Eleitoral			
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Direitos econômicos e os princípios da ordem constitucional econômica. Direitos sociais e ordem constitucional social. Seguridade Social. Direitos culturais. Da proteção constitucional das relações familiares, da educação, da comunicação social e do meio ambiente e das populações indígenas. Ações constitucionais e ações afirmativas.

Objetivos

Proporcionar ao aluno um aprendizado consistente acerca do papel que a Constituição brasileira sobre o ordenamento jurídico brasileiro, sua correspondência com os demais ramos do direito,
Analisar as bases da ordem social, econômica bem as ações constitucionais e afirmativas para o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre o ordenamento jurídico brasileiro constitucional.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA
1.1 Dos princípios gerais da atividade econômica
1.2 Da política urbana
1.3Da política agrícola e fundiária e reforma agrária
1.4 Do sistema financeiro nacional

UNIDADEII: DA ORDEM SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO
2.1 Da seguridade Social.
2.2 Da saúde e da Assistência Social.
2.3 Da Previdência Social.
2.4 Da educação, cultura e ciência e tecnologia.
2.5 Do meio ambiente. Da família e da criança. Dos índios.

UNIDADE III: DAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS
3.1 Habeas Corpus
3.2 Habeas Data
3.3 Mandado de Segurança
3.4 Mandado de Injunção

3.5Ação popular 3.6 Ação civil pública 3.7 Ações Afirmativas
Metodologia
Aulas expositivas, com comentários e discussões sobre a teoria e o direito positivo; apresentação de questões práticas; estudos de casos; análise de jurisprudência; comentários sobre assuntos relacionados e pertinentes à disciplina. Uso do quadro e recursos áudios-visuais; condução de seminários e de trabalhos em grupos de estudos.
Avaliação
Os alunos serão submetidos a três avaliações regimentais assim constituídas: 1ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 8,0 pontos - Trabalho escrito ou oral: 2,0 pontos 2ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: - Trabalho escrito ou oral: 2,0 pontos; 3ª Avaliação – Trabalho interdisciplinar: 10,0 pontos.
Bibliografia Básica
DIDIER, Fredie (org). **Ações Constitucionais**. Juspodivm. 2ª edição. edição. GRAU, Eros Roberto**. A Ordem Econômica na Constituição de 1988.** São Paulo: Malheiros, 2007. PETER, Josué L. **Princípios Constitucionais da Ordem Econômica**. São Paulo: RT, 2006. SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 27 edª São Paulo: Malheiros, 2006. SILVA NETO. Manoel Jorge e. **Curso de Direito Constitucional.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

==========

Código	**Eixo/Campo de Formação**	**Disciplina/Componente Curricular/ 5º Semestre**
DIR 130	Formação Profissional - FP	Direito Penal IV

Pré-requisitos do Componente Curricular	**Pré-requisito para**
Direito Penal II	

Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
02	01	00	03	30	30		60

Ementa
Estuda crimes praticados contra os costumes, a família, a incolumidade pública, a paz pública, a fé pública e a administração pública, compreendendo a análise crítica do sistema vigente e perspectivas legislativas. Aborda outras leis penais especiais: tóxicos, imprensa, abuso de autoridade, crimes hediondos, crime organizado, porte de arma, interceptação telefônica.
Objetivos
Proporcionar o estudante da compreensão do direito penal legislação penal quanto aos crimes em espécies contra a família, a incolumidade pública, a paz pública, a fé pública e a administração pública, em consonância com os fundamentos de um Estado Democrático de Direito, notadamente com a preservação, na sua integridade, da dignidade da pessoa humana e demais princípios constitucionais. Analisar as leis penais especiais: tóxicos, imprensa, abuso de autoridade, crimes hediondos, crime organizado, porte de arma, interceptação telefônica.
Conteúdo Programático

UNIDADE I: CRIMES CONTRA OS COSTUMES

1.1 Crime contra a liberdade sexual.
1.2 Corrupção de menores.
1.3 Rapto.
1.4 Disposições gerais.
1.5 Lenocídio e tráfico de mulheres

UNIDADE II: CRIMES CONTRA A FAMÍLIA.

2.1 Crimes contra o casamento.
2.2 Crimes contra o estado e filiação.
2.3 Crimes contra assistência familiar.
2.4 Crimes contra o pátrio, tutela ou caratela.

UNIDADE III: CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

3.1 Crimes de perigo comum.
3.2 Crimes contra a segurança dos meios de comunicação, transportes e outros serviços públicos.
3.3 Crimes contra a saúde pública.
3.4 Crimes contra a paz pública
3.5 Crimes contra a fé pública.
3.6 Moeda falsa.
3.7 Falsidade de títulos e outros papéis públicos.
3.8 Falsidade de títulos e outros papéis públicos.
3.9 Falsidade documental.
3.10 Outras falsidades.

UNIDADE IV: CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

4.1 Crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral.
4.2 Crimes praticados por particular contra a administração em geral.
4.3 Crimes contra a administração da justiça.

UNIDADE V: LEIS PENAIS ESPECIAIS.

5.1 Lei 11.343/2006 – Tóxico.
5.2 Lei 5.250/1967 – Imprensa.
5.3 Lei 4.898/1965 – Abuso de autoridade
5.4 Lei 8.072/1990 – Crime hediondos.
5.5 Lei 9.034/1995 – Crime organizado.
5.6 Lei 10826/ Porte de arma.
5.7 Lei 9.296/1996 – Interceptação telefônica.

Metodologia

Aulas expositivas; discussão de casos concretos; leitura e interpretação de textos extraídos da bibliografia proposta.

Avaliação

A avaliação será feita por meio de três provas escritas.

Bibliografia Básica

BATISTA, Nilo. **Novas tendências do direito penal**. Rio de Janeiro: Renavan

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: **Parte Especial.** Volume II e III São Paulo:Saraiva.

CARVALHO, Amilton Bueno de e CARVALHO, Salo. **Direito alternativo brasileiro e pensamento jurídico europeu**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Comentadas**. São Paulo: RT.
NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. São: Paulo: RT.
ROXIN, Claus. **Tutela penal da vida humana**. São Paulo: Editora Damásio de Jesus.
ZAFFARONI, Eugenio Raúl. PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

==========

Código		Eixo/Campo de Formação		Disciplina/Componente Curricular/ 5º Semestre			
DIR 131		Formação Profissional - FP		Direito Civil IV			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
Direito Civil II							
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Responsabilidade Civil: noções gerais. Responsabilidade contratual e extracontratual: elementos e caracterização. Dano Moral. Teoria da Culpa. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Excludentes da responsabilidade e excludentes da ilicitude. Cláusula de não indenizar. Responsabilidade por fato de terceiro. Responsabilidade Solidária e Subsidiária. Responsabilidade nas relações de trabalho. Responsabilidade por fato da coisa e do animal. Responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade civil automobilística. Responsabilidade civil do transportador. Responsabilidade civil nas relações de consumo. Responsabilidade civil médica. Sistemas securitários. Ação civil *ex delicto*. Aspectos processuais da ação de indenização.

Objetivos

Propiciando o estudante a compreensão da evolução normativa e principiológica do instituto da responsabilidade civil, sob a ótica da recente codificação civilista.
Compreender a dinâmica interdisciplinar da responsabilidade civil, aplicada às diferentes áreas do direito.
Desenvolver a capacidade de interpretar, analisar e diagnosticar fundamentadamente casos práticos de responsabilidade civil.
Fazer uma reflexão sobre o estudo crítico e investigativo da casuística pátria e analisar as situações concretas de maior relevo e repercussão doutrinária e jurisprudencial.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: RESPONSABILIDADE CIVIL: NOÇÕES GERAIS. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

1.1Tipos de Responsabilidade: Contratual e Extracontratual, Civil e Penal, Subjetiva e Objetiva. Teorias do Risco. Abuso de direito. Regra geral no CC e no CDC.
1.2 Elementos da Responsabilidade Civil.
1.3 A Conduta Humana. Imputabilidade e capacidade.

1.4 O Dano. Dano próprio e dano reflexo. Dano moral individual e coletivo.
1.5 Nexo de causalidade. Teorias da causalidade.
1.6 Causas Excludentes de responsabilidade: caso fortuito, culpa exclusiva da vítima, fato de terceiro. Cláusula de não indenizar.
1.7 Causas Excludentes da Ilicitude: legítima defesa, estado de necessidade e xercício regular do direito.

UNIDADE II: RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO DE TERCEIRO

2.1 Responsabilidade civil dos: Pais por filhos menores. Tutores e curadores. Empregador. Donos de hotéis e estabelecimentos educacionais.
2.2 Responsabilidade solidária e responsabilidade subsidiária.
2.3 Responsabilidade civil nas relações de emprego. Acidentes de trabalho. *(Integração disciplinar: direito do trabalho).*
2.4 Responsabilidade pelo animal e pelo fato da coisa.
2.5 Responsabilidade civil do empreiteiro, construtor e incorporador.
2.6 Dívida não vencida ou já paga
2.7 Responsabilidade Civil do Estado
2.8 Responsabilidade Civil Automobilística
2.9 Responsabilidade Civil do Transportador. Transporte de Coisas. Transporte de Pessoas. Transporte aeronáutico: casuística.
2.10 Responsabilidade civil nas relações de consumo. Casuística.
2.11 Responsabilidade civil médica e hospitalar.
2.12 Indenização. Critérios de quantificação. Problemática do dano moral. Legitimação ativa e passiva. Transmissibilidade a herdeiros. *(Integração disciplinar: direito processual civil).*
2.13 Responsabilidade civil decorrente de crime. A ação civil *ex delicto. (Integração disciplinar: direito penal e direito processual penal).*

UNIDADE III: TEMAS SOBRE RESPONSABILIDADE CIVIL

3.1 Sistemas securitários. DPVAT, benefícios previdenciários, seguros privados.
3.2 Aspectos processuais.
3.3 Ação indenizatória, prazo prescricional, valor da causa. *(Integração disciplinar: direito processual civil).*

Metodologia

Aulas expositivas, com comentários e discussões sobre a teoria e o direito positivo; apresentação de questões práticas; estudos de casos; análise de jurisprudência; comentários sobre assuntos relacionados e pertinentes à disciplina. Uso do quadro e recursos áudios-visuais; condução de seminários e de trabalhos em grupos de estudos.

Avaliação

Os alunos serão submetidos a três avaliações regimentais assim constituídas:
1ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 8,0 pontos
- Trabalho escrito ou oral: 2,0 pontos
2ª Avaliação – Apresentação de seminários acerca de temas específicos da responsabilidade civil: 10,0 pontos
3ª Avaliação – Trabalho interdisciplinar: 10,0 pontos.

Bibliografia Básica

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. São Paulo: Atlas, Última edição.
MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à Pessoa Humana.** Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
ROBERTO GONÇALVES Carlos, **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva, Última edição.
RODRIGUES, Silvio. **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva, v.4, Última edição.
STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil.** São Paulo: RT, 2007.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 5º Semestre

DIR 030	Formação Prático - FPR	Seminário Interdisciplinar de Pesquisa V

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para

Créditos				Carga horária			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Prático**	**Trabalho**	**Total**
00	01		01		30		30

Ementa

A disciplina aprofunda o debate em torno do fenômeno jurídico pela ótica da interdisciplinaridade, através da organização e pesquisa orientada de grupos temáticos, que apresentam e publicam os resultados da produção em forma de seminário.

Objetivos

1. Compreender o conceito e finalidade de seminário
2. Refletir sobre o conceito de interdisciplinaridade e os desdobramentos nas práticas de pesquisa e nas pedagógicas
3. Compreender o sentido e significado do seminário interdisciplinar
4. Organizar e realizar um seminário de pesquisa na perspectiva interdisciplinar em torno de um tema acordado no grupo, considerando os conteúdos das diferentes disciplinas do semestre
5. Realizar o seminário contando com a participação dos demais professores do semestre, estudantes e comunidade externa.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES CONFORME TEMÁTICA DEFINIDA NO COLEGIADO

1.1Planejamento do seminário: organização de grupos/tema/delimitação/ roteiro.
1.2 Pesquisa bibliográfica/elaboração do texto
1.3 Simulação do seminário em sala de aula

UNIDADE II: **REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO**
2.1 Apresentação dos trabalhos no seminário pelos estudantes para a comunidade
2.2 Avaliação do trabalho interdisciplinar e desafios para a sua implementação e continuidade.

Metodologia

A realização do seminário interdisciplinar exige planejamento detalhado, desde a constituição dos grupos, escolha da temática e sua delimitação, roteiro das tarefas e da pesquisa, realização da pesquisa, elaboração do texto conforme Normas Técnicas. Para tanto, está previsto a realização de leitura colaborativa de textos sobre o significado do seminário, e da interdisciplinaridade e implicações prática- primeiro encontro. Após esta primeira etapa serão realizadas reuniões, previamente acordadas no grupo, para: constituição dos grupos; definição do tema e sua delimitação, elaboração do plano de pesquisa e distribuição de tarefas. Na segunda reunião os grupos apresentam as tarefas executadas, além da avaliação e ajustes necessários e planejamento para a reunião seguinte e assim sucessivamente. Por fim, será a vez da realização do seminário, com a presença dos professores envolvidos, que terão uma ficha de avaliação para acompanhar a apresentação dos alunos.

Avaliação

A avaliação no âmbito desta disciplina será processual, considerando os objetivos propostos e as produções parciais até a realização final, cujo produto (Apresentação dos resultados da pesquisa em forma de seminário) será também avaliado pelos demais professores, que atribuirão notas de acordo com os critérios estabelecidos na ficha de avaliação.
Obs.Será elaborado um instrumento de avaliação do evento, para que os participantes possam emitir suas percepções.

Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia.** Ed. Paz e Terra, 1986.
FAZENDA, Ivani. **Conversando sobre interdisciplinaridade à distância**. São Paulo: PUC-SP/UNICID, mimeo, 2001.
_____. **Diversidade cultural no currículo de formação de professores: uma dimensão interdisciplinar**. São Paulo: PUC-SP/UNICID, mimeo, 2001.

_____. **Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1999.
_____. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
FURLA NETTO, Ecleide C. **A sala de aula interdisciplinar vista como um vaso alquímico**. São Paulo: UNICID, mimeo, 2001.
JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
_____**Interdisciplinaridade. In: Patologia do Saber.** São Paulo: Francisco Alves. 1996
SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
_____. **Reiventar a democracia. Cadernos Democráticos**. Coleção Fundação Mario Soares, Gradiva, 1998.
WOLKMER, Antônio Carlos. **Ideologia, Estado e Direito**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989.

==========

6.5 DISCIPLINAS/ COMPONENTES CURRICULARES DO 6º SEMESTRE

Código		**Eixo/Campo de Formação**		**Disciplina/Componente Curricular/ 6º Semestre**			
DIR 132		Formação Profissional - FP		Direito Empresarial II			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
Direito Empresarial I							
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
02	01	00	03	30	30		60
Ementa							
Estuda os fundamentos do processo de falência e de recuperação das empresas e suas repercussões jurídicas nos contratos civis e comerciais; os títulos cambiais, suas características e ações específicas.							
Objetivos							
Analisar os princípios e normas jurídicas que regem os títulos de crédito, a falência e a recuperação de empresas. Capacitar os alunos quanto à utilização dos conceitos e normas jurídicas que regem os títulos de crédito, a falência e a recuperação de empresas, permitindo o aprimoramento de sua capacidade para o exercício da atividade profissional.							
Conteúdo Programático							

UNIDADE I: TÍTULOS DE CRÉDITOS
1.1 Contextualização;
1.2 Conceito;
1.3 Princípios gerais;
1.4 Classificação;
1.5 Teorias.
1.6 Letra de Câmbio:
1.6.1 Conceito;
1.6.2 Legislação aplicável;
1.6.3 Características da letra de câmbio;
1.6.4 Criação e emissão da letra de câmbio;
1.6.5 Modalidade de Letra de Câmbio;
1.6.6 Circulação da Letra de Câmbio;
1.6.7 Aceite;
1.7 Cheque:
1.7.1 Conceito
1.7.2 Legislação aplicável;
1.7.3 Requisitos;
1.7.4 Transmissão;
1.7.5 Aval;
1.7.6 Apresentação de pagamento;
1.7.7 Modalidades;
1.7.8 Protesto.
1.8 Duplicata:
1.8.1 Conceito;
1.8.2 Legislação aplicável;
1.8.3 Emissão de fatura e da duplicata;
1.8.4 Requisitos;
1.8.5 Remessa e devolução;
1.8.6 Pagamentos e garantias;
1.8.7 Duplicata de prestação de serviços;
1.8.8 Protesto.
1.9 Títulos de Crédito Impróprios;
1.9.1 Conceito;
1.9.2 Títulos Representativos;
1.9.3 Títulos de Financiamento;
1.9.4 Títulos de Investimentos;
1.9.5 Títulos de legitimação.

UNIDADE II: DA INSOLVÊNCIA E RECUPERAÇÃO
2.1 Contextualização histórica, conceito;
2.2 Crise na empresa;
2.3 Princípios da insolvência;
2.4 gente econômico devedor;
2.5 Liquidação especial;
2.6 Microempresa da empresa de pequeno porte;
2.7 Órgãos da Falência e Recuperação de empresas;
2.8 Dos créditos.
2.9 Da Recuperação de Empresas;
2.9.1 Contextualização, conceito;
2.9.2 Recuperação extrajudicial;
2.9.3 Recuperação Judicial;
2.9.4 Pedido e processamento da recuperação judicial;
2.9.5 Plano de recuperação judicial;
2.9.6 Plano de recuperação judicial para Microempresa e PP;

2.9.17 Convolação de Recuperação de empresas em falência.

UNIDADE III: DA FALÊNCIA
3.1 Estado de falência;
3.2 Causa de pedir na ação de falência;
3.3 Legitimidade ativa e passiva;
3.4 Classificação dos créditos na falência;
3.5 Arrecadação e custódia dos bens na falência;
3.6 Pedido de restituição de bens arrecadados na falência;
3.7 Decretação da falência;
3.8 Inabilitação, deveres e direitos do falido;
3.9 Falência requerida pelo próprio devedor;
3.10 Efeitos da decretação da falência sobre os bens do devedor;
3.11 Ineficácia e revogação de atos praticados antes da falência;
3.12 Realização do ativo na falência;
3.13 Pagamento dos credores;
3.14 Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido.
3.15 Dos crimes falimentares;
3.15.1 Crimes em espécie;
3.15.2 Disposições comuns à falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial;
3.15.3 Procedimento Penal;
3.15.4 Reabilitação do falido

Metodologia

O curso utilizará uma metodologia cuja característica principal é o envolvimento do aluno no processo de busca de conhecimento. Tal envolvimento acontecerá através de situações em que ele poderá colocar em prática os conhecimentos obtidos, buscando sempre responder as questões norteadoras:
a) Para que serve essa informação ou esse conhecimento novo apreendido? Como posso observar ou aplicar em uma determinada realidade? Essas informações, conhecimentos ou habilidades adquiridas serão úteis em minha vida profissional? De que maneira?
A metodologia diversifica incluirá:

- Exposição dialogada dos temas propostos;
- Exibição de vídeos sobre os temas estudados;
- Debates, (abordando temas de textos ou livros adotados);
- Leitura dirigida de texto e discussão de autores selecionados sobre o(s) tema (s) em estudo;
- Trabalhos práticos, em classe ou extraclasse, individual ou em grupo;
- Seminários apresentados pelos alunos, em equipe. Requererão atividades extraclasse (pesquisa na internet, dentre outros) e deverão ser apresentados por escrito e oralmente.
  Todos os membros deverão ter voz;
- Visitas técnicas.

Vale registrar que o sucesso do referido programa implica no compromisso do aluno em um bom programa de leitura dos autores que tratam dos temas abordados.

Avaliação

Três avaliações constando questões objetivas e/ou subjetivas.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Amador Paes. **Teoria e Prática de Títulos de Crédito**. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
COELHO, Fábio Ulhôa. **Curso de Direito Comercial**. 9ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
PACHECO, Silva. **Processo de Falência e Concordata**. Rio de Janeiro: Forense.
REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. 9ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

==========

Código		Eixo/Campo de Formação		Disciplina/Componente Curricular/ 6º Semestre			
DIR133		Formação Profissional - FP		Legislação Tributária			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
Direito Tributário e Finanças Públicas							
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
02	01	00	03	30	30		60
Ementa							
Estuda a aplicação dos tributos do Sistema Tributário Nacional, os crimes tributários, o processo administrativo e judicial tributário. Aborda as relações tributárias nos tratados e acordos internacionais.							
Objetivos							
Estuda a aplicação dos tributos do Sistema Tributário Nacional; Analisa os crimes tributários, o processo administrativo e judicial tributário; Aborda as relações tributárias nos tratados e acordos internacionais.							
Conteúdo Programático							

UNIDADE I: CONSIDERAÇÕES CONSTITUCIONAIS DOS TRIBUTOS.

1.1 Bases legais, competência, função, fato gerador, base de cálculo, alíquota, sujeito passivo, lançamento e aspectos doutrinários e jurisprudenciais dos tributos a seguir mencionados:

1.2 No âmbito federal: imposto sobre importações (ii), imposto sobre exportações (ie), imposto territorial rural (itr), imposto sobre operações financeiras (iof), imposto sobre produtos industrializados (ipi), imposto sobre a renda (ir), imposto sobre grandes fortunas (igf), contribuições sociais (cs) e sub-espécies, contribuições face intervenção no domínio econômico (cide) e sub-espécies, contribuições para custeio das categorias profissionais e econômicas (cpe) e sub-espécies, empréstimos compulsórios (ec), contribuições de melhoria (cm), taxas.

1.3 No âmbito estadual: imposto sobre operações com circulação de mercadorias e (alguns) serviços (icms), imposto sobre a propriedade de veículos automotores (ipva), imposto sobre transmissão de imóveis face o evento morte e doações de quaisquer bens (itd), contribuições para custeio da seguridade social dos servidores públicos estaduais (css), contribuições de melhoria (cm), taxas.

1.4 No âmbito municipal: imposto sobre serviços (iss), imposto sobre a propriedade territorial urbana (iptu), imposto sobre transmissão de imóveis "inter vivos" (itiv), contribuição para custeio da iluminação pública (cip), contribuições para custeio da seguridade social dos servidores públicos municipais (css), contribuições de melhoria (cm), taxas.

UNIDADE II: PROCESSO TRIBUTÁRIO

2.1 Processo Administrativo Tributário: princípios e conformação geral.
2.2 Processo Judicial Tributário: conformação geral e medidas específicas.

UNIDADE III: CRIMES TRIBUTÁRIOS: ANÁLISE DA LEI 8137/90.

Metodologia

Aulas expositivas; discussão de casos concretos; leitura e interpretação de textos extraídos da bibliografia proposta.

Avaliação

A avaliação será feita ao longo do curso. Desde o acompanhamento cotidiano (participação em sala de aula, análise e exposição oral de casos concretos à luz dos conceitos e teorias discutidas), até a distribuição de notas para as seguintes atividades: prova escrita individual, resenha de artigos, análise de caso concreto, fichamentos, nota do seminário interdisciplinar.

Bibliografia Básica

ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de Incidência Tributária**. 5 Ed. São Paulo: Editora Malheiros, 1997.
BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. **Manual de Direito Tributário**. Livro 1. Florianópolis: Editora Diploma Legal, 1999
CAIS, C.P. **O Processo Tributário**. 2 Ed. São Paulo: Editora 1996.
COELHO**,** Sacha Calmon. **Manual de Direito Tributário**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
CARVALHO, Paulo de Barros. **Direito Tributário.** São Paulo: Saraiva, 2003.

==========

Código		**Eixo/Campo de Formação**		**Disciplina/Componente Curricular/ 6º Semestre**			
DIR134		Formação Profissional - FP		Direito Processual Civil III			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
Direito do Processual Civil I							
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**

02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Execução dos títulos judiciais e extrajudiciais.

Objetivos

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: OS FUNDAMENTOS DA EXECUÇÃO

1.1. A execução: conceito e sinopse histórica;
1.2. Natureza jurídica da execução. A execução forçada; da relação jurídico-processual executiva: partes, legitimidade, causas de pedir remota e próxima, pedidos mediato e imediato; O juiz no processo executivo: atuação e restrições;
1.3. As obrigações alternativas e o direito de escolha. As obrigações condicionais. A cumulação de execuções. A indenização por danos oriundos da declaração de inexistência de obrigação;
1.4. A competência no processo de execução: foro, matéria, lugar, pessoa e valor da causa. A competência nas execuções fiscais;
1.5. Dos requisitos necessários a qualquer execução: inadimplência e o título. Os títulos executivos: judiciais e extrajudiciais, no CPC e na legislação extravagante. Execução definitiva. Execução provisória. Cautelas.
1.6. Da responsabilidade patrimonial. Bens do devedor. A fraude à execução. Bens em poder de terceiros. Sucessores. Sócios. Cônjuge. Fiador. Avalista. Benefício de ordem;

UNIDADE II: PROCEDIMENTOS DA EXECUÇÃO

2.1. A aplicação das regras do processo de conhecimento. Os atos atentatórios à dignidade da Justiça no processo de execução: hipóteses e sanções. A execução de prestação alimentícia: constituição de capital e cláusulas judiciais que sobre ele pesam;
2.2. A liquidação de sentença: por cálculos aritméticos, por arbitramento e por artigos;
2.3. Das Execuções in espécie. Disposições gerais. Direito de preferência. Petição inicial. Medidas acautelatórias cumuláveis na exordial. A nulidade da execução. A norma do meio executivo menos gravoso: incidência e limites;
2.4. Das Execuções para a entrega de coisa. A coisa certa e a coisa incerta. Depósito. Mandados de imissão na posse e de busca e apreensão. O terceiro adquirente. A conversão em perdas e danos. As benfeitorias e o dever de indenizar;
2.5. Da execução das obrigações de fazer e não fazer. As obrigações fungíveis e infungíveis: a execução por terceiro e a conversão em perdas e danos;
2.6. Da execução por quantia certa contra devedor solvente. A penhora: conceito e generalidades. Os bens penhoráveis e impenhoráveis. A ordem legal. A ineficácia da nomeação. A remição da execução. A penhora de crédito e de outros direitos patrimoniais. A penhora sobre estabelecimento comercial, industrial e agrícola. A penhora de semoventes, plantações e edifícios em construção.

UNIDADE III: AVALIAÇÃO, EXECUÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA E OUTRAS

3.1. A avaliação. A arrematação. Conceitos e generalidades. Procedimentos. O pagamento do credor: disposições gerais, entrega de dinheiro, a adjudicação e o usufruto de imóvel ou empresa.
3.2 A execução contra a Fazenda Pública. Precatório. Precatório complementar. Art. 100 da Constituição Federal.
3.3 Da execução de prestação alimentícia. Prisão civil.
3.4. A defesa do devedor: os embargos e sua fisionomia jurídica atual. Rejeição liminar dos embargos. Matéria argüível em embargos. Embargos à execução fundada em sentença. Embargos à execução de título extrajudicial. Embargos à arrematação e à adjudicação.
3.5 Da suspensão e da extinção do processo de execução.

Metodologia

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (Estudo de casos práticos).
Avaliação
FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade. SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais
Bibliografia Básica
ARRUDA ALVIM NETTO, José Manoel de**. Manual de Direito Processual Civil**. V. 3, 6. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998. ASSIS, Araken de. **Manual de Processo de Execução**. 2. Ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1995. DINAMARCO, Cândido Rangel. **Execução Civil**. 4. Ed. São Paulo, Malheiros, 1994. MARINONI. L. Guilherme. e RENHART, Sergio Cruz: **Curso de Processo Civil**.- **Execução**.Vol.03.São Paulo: TRr NERY JÚNIOR, Nelson. **Código de Processo Civil Comentado e Legislação Processual Civil Extravagante em Vigor**, 3. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**, v. 2, 12. Ed. Rio de Janeiro, Forense, 1994.

==========

Código		**Eixo/Campo de Formação**		**Disciplina/Componente Curricular/ 6º Semestre**			
DIR135		Formação Fundamental - FF		Filosofia do Direito			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
Filosofia							
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
02	01	00	03	30	30		60
Ementa							
Aborda as raízes filosóficas do direito e seus reflexos no Direito moderno e contemporâneo. Analisa criticamente as bases filosóficas da dogmática jurídica: a herança individualista (Hobbes e Locke), a herança utilitarista (Bentham, Mill, Austin), a herança Kantiana (Rawls), o realismo jurídico, a busca da nova racionalidade prática (Hart x Dworkin) e a teoria da argumentação jurídica (Jungen Habermas, Robert Alexy) e suas relações com a democracia, a justiça, e a moralidade.							
Objetivos							
Trabalhar a interdisciplinariedade dos conceitos filosóficos com as bases do conhecimento epistemológico da ciência jurídica;							

Compreender o conceito de justiça a partir do período da antiguidade até a contemporaneidade;
Estabelecer os critérios de razão em Kant para a fundamentação da moral;
Identificar na contemporaneidade a interseção entre o conceito de justiça e moral;
Compreender o papel da hermenêutica no discurso jurídico moderno e contemporâneo.
Fazer reflexão sobre as relações que ligam a legalidade, a legitimidade e a justiça a partir da ética do discurso de Habermas.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: NOÇÕES PRELIMINARES DE FILOSOFIA: PRÉ-SOCRÁTICOS, PÓS-SOCRÁTICOS, CLÁSSICOS

1.1*Thémis e Iustitia*
1.2 Virtude e Justiça
1.3 A justiça homérica
1.4 Conceito de Justiça
1.4.1 Pressupostos teóricos e filosóficos;
1.4.2 Aspectos cognitivos da influência Greco-romana, judaico-cristã e racionalista;
1.4.3 Justiça Dinâmica X Justiça Estática: Kelsen

UNIDADE II: JUSNATURALISMO E POSITIVISMO

2.1 O eterno retorno do direito natural;
2.2 A razão e o espírito jusnaturalista dos direitos humanos;
2.3 As correntes doutrinárias do positivismo – dogmática e zetética, o sentido comum teórico de Warat;
2.5 Ética e Moral:
2.5.1 Ética na antiguidade;
2.5.2 A proposta kantiana;
2.5.3 A concepção hegeliana de ética;
2.5.4 Crítica da moral em Marx/Perelman;
2.5.5 A justiça e a moral (Rawls);
2.5.6 A ética e o estado totalitário;
2.5.7 Direito, moral e religião: a ética no séc. XXI;
2.5.8 O modelo ético no monoteísmo;
2.5.9 Princípios éticos (Comparatto).

UNIDADE III: FILOSOFIA DA LINGUAGEM, HERMENÊUTICA E TEORIA DA JUSTIÇA

3.1 Filosofia da Linguagem:
3.2 Epistemologia e metodologia jurídica – Bachelard, Warat e Guattari;
3.3 Semiologia política/semiologia do poder (Warat)
3.4 Hermenêutica:
3.4.1 A Função Interpretativa da Jurisprudência (Perelman)
3.4.2 Teoria do significado dos enunciados jurídicos normativos;
3.4.3 Teoria correlata da atividade do intérprete;
3.4.4 O problema das lacunas do direito.
3.5 Teoria da Justiça:
3.5.1 Teoria Discursiva (Habermas)
3.5.2 Teoria Social – princípios de Justiça (Rawls)
3.5.3 Teoria Formal (Perelman)
3.5.4 Teoria dos Direitos Fundamentais – conceito de justiciabilidade (Alexy);
3.5.5 A influência dos contemporâneos: Dworkin – igualitarismo liberal e Nozick – a filosofia radical do mercado livre;
3.5.6 Justiça, Moral e Direito: a simplificação da racionalidade jurídica na pós-modernidade.

Metodologia

A carga horária prevista para a disciplina é de 60 horas/aula distribuídas em 30 encontros, dois por semana onde

serão ministradas aulas expositivas, estudo dirigido, discussão e fichamento de textos e artigos, produção de textos em sala de aula, utilização de matérias de jornais e revistas, vídeos, textos literários, letras de música e poesias, propagandas entre outros. Os temas propostos no conteúdo programático serão desenvolvidos com artigos e estudos de casos concretos, jurisprudência e fenômenos sociais, econômicos, políticos, culturais e jurídicos em escala local, regional, nacional e global.
Avaliação
A avaliação será feita ao longo do curso. Desde o acompanhamento cotidiano (participação em sala de aula, análise e exposição oral de casos concretos à luz dos conceitos e teorias discutidas), até a distribuição de notas para as seguintes atividades: prova escrita individual, resenha de artigos, análise de caso concreto, fichamentos, nota do seminário interdisciplinar.
Bibliografia Básica
ALEXY, Robert. **Teoria da Argumentação Jurídica**, Trad. Zilda Silva. São Paulo: Landy, 2001. AVRITZER, Leonard. **A Moralidade da Democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática**. São Paulo: Perspectiva, 1996. ADEODATO, J. M. **Filosofia do Direito: uma Crítica à Verdade na Ética e na Ciência**. São Paulo: Editora Saraiva, 1996. ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. São Paulo: Forense Universitária, 1999. ARNOUD, André- Jean. **O Direito Traído pela Filosofia.** Porto Alegre: Fabris,1991. BITTAR, Eduardo, ALMEIDA, Guilherme. **Curso de Filosofia do Direito**. Editora Atlas. 2001.

==========

Código		**Eixo/Campo de Formação**		**Disciplina/Componente Curricular/ 6º Semestre**			
DIR 136		Formação Profissional - FP		Direito Internacional			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
02	01	00	03	30	30		60
Ementa							
Estuda o Direito Internacional, seu histórico e a relação com o Direito Interno; as organizações internacionais, o contencioso internacional, litígios internacionais. Normas internacionais: o tratado internacional. Formas não-convencionais de expressão do Direito Internacional. Analisa os direitos humanos internacionais e a Constituição Federal. Aborda as decisões das organizações internacionais, instrumentos de interpretação e de compensação, jurisprudência e doutrina, analogia e equidade. Responsabilidade internacional e o domínio público e privado internacional: o mar, rios internacionais, o espaço. Reflete acerca dos conflitos internacionais: solução pacífica e a guerra frente ao Direito Internacional contemporâneo.							
Objetivos							

Capacitar o discente a compreender os conceitos básicos do Direito Internacional, em especial a partir de seus princípios regentes.
Compreender a estrutura internacional de relações jurídicas entre Estados e organizações autônomas, com o estudo sistemático dos principais institutos da disciplina vinculados à organização, poderes, agentes e responsabilização em sede multinacional.
Promover uma reflexão crítica sobre as relações internacionais entre os países e os desafios apresentados pela sociedade internacional, pelas questões econômicas e pelas novas necessidades sociais e jurídicas contemporâneas.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: DIREITO INTERNACIONAL

1.1 As bases do direito internacional público e privado: distinções possíveis.
1.2 Fontes do direito internacional público e privado.
1.3 Domínio público internacional
1.4 Direito comunitário
1.5 Organizações internacionais
1.6 Responsabilidades internacionais quanto ao espaço e as relações em varias áreas

UNIDADE II: NORMAS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

2. 1 Acordos, Convenções, Tratados internacionais, Protocolo e Pacto de São José de Costa Rica.
2.2.Conflitos das normas internacionais.
2.3 Os contratos e obrigações de direito internacionais nas áreas: comerciais, educacionais, saúde, meio ambiente.
2.4.Estatuto do estrangeiro no Brasil

UNIDADE III: ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E OS DIREITOS HUMANOS

3.1 Personalidade internacional do estado, das organizações internacionais e das coletividades não-estatais
3.2 Direitos humanos e proteção internacional
3.3 Os espaços internacionais aéreo, marítimo e terrestre
3.4 A arbitragem internacional.

Metodologia

Aulas expositivas por parte do professor; incentivo a discussões em sala de aula sobre controvérsias doutrinárias e jurisprudenciais; orientação de pesquisas dirigidas sobre os temas tratados na disciplina.

Avaliação

Três avaliações: seminários, escrita e elaboração de texto

Bibliografia Básica

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 1995.

COMPARATO, F. K. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2000.

GUERRA, Sidney. **Curso de Direito Internacional Público**. 4. ed. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2009.

MELLO, Celso de Albuquerque. **Direito Constitucional Internacional**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1994.

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público**: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 1994.

TRINDADE, Antônio Augusto Cansado. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 1993.

==========

Código		Eixo/Campo de Formação		Disciplina/Componente Curricular/ 6º Semestre			
DIR137		Formação Profissional - FP		Criminologia			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
02	01	00	03	30	30		60
Ementa							

Aborda as teorias da criminologia: evolução histórica e as diversas abordagens, a construção de uma criminologia latino-americana, os problemas criminológicos atuais e a política criminal no Brasil.
Objetivos
Compreende as teorias da criminologia e as suas abordagens; Analisar a política cambial no Brasil; Abordar os problemas criminológicos atuais.
Conteúdo Programático
UNIDADE I – CONCEITOS E HISTÓRIA DO PENSAMENTO CRIMINOLÓGICO 1.1 Criminologia – conceito, objeto, método e função da criminologia 1.2 Evolução histórica do pensamento sobre o crime e a pena (até o começo do século XX) 1.2.1 Antigüidade, idade média, renascimento, iluminismo 1.2.2 Pensamento clássico do século XVIII 1.2.3 Estudos à pretensão científica e reformistas sobre a questão criminal (s. XIX) • Ciência penitenciária (Howard, Bentham) • Lavater e a fisionomia • Gall e a Frenologia • A psiquiatria, de Pinel a Morel • A antropologia (Manouvrier, etc) 1.2.4 A escola cartográfica (Quetelet, Guerry) 1.2.5 A escola positiva (Lombroso, Ferri, Garofalo) 1.2.6 A escola francesa (Tarde, Lacassagne) **UNIDADE II - O CRIMINOSO, O CRIME, A CRIMINALIDADE E A REAÇÃO SOCIAL:CRIMINOLOGIA MODERNA E MODELOS TEÓRICOS** 2.1 Modelos de cunho biológico 2.1.1 A componente biológica da conduta humana 2.1.2 Alcance e limites dos modelos biológicos 2.1.3 Estudo de Algumas investigações • Antropologia (Di Tullio) • Biotipologia (Kretchmer) • Sóciobiologia

2.2. Modelos de cunho psicológico
2.2.1 A explicação psicológica
2.2.2 Alcance e limites dos modelos psicológicos
2.2.3 Algumas abordagens

- Modelos psicodinâmicos
- Modelos psiquiátricos
- Modelos psicológicos

2.3 Modelos de cunho sociológico
2.3.1 A explicação de cunho sociológico
2.3.2 Alcance e limites dos modelos sociológicos
2.3.3 Algumas teorias

- Teorias multi-fatoriais (Glueck)
- Escola de Chicago
- Teorias da subcultura
- Teoria da associação diferencial
- Teoria da anomia
- Teoria do controle social
- Labelling approach
- Criminologia crítica

2.3.4 Criminologia da passagem ao ato e criminologia da reação social

2.4 Elementos de vitimologia

UNIDADE III CRIMINOLOGIA E REALIDADE LATINO-AMERICANA
3.1 A construção de uma criminologia latino-americana
3.2 Pesquisa criminológica aplicada e discussão de questões
3.3 Criminológicas atuais

Metodologia

- Exposições e debates
- Seminários e trabalhos de grupo
- Exibição de filmes relacionados ao conteúdo programático
- Trabalhos individuais

Avaliação

A avaliação deve permitir a verificação das capacidades de produção sobre um tema, de reflexão crítica, de participação em trabalho coletivo e de assimilação de conteúdos.

Será realizada de forma diversificada através de:
Apreciação da participação, da contribuição nos debates e no estudo dos conteúdos (ex.: pesquisa bibliográfica, fichamento)
2 Provas escritas
Monografia sobre tema escolhido, podendo incluir pesquisa de campo (optativa).

Bibliografia Básica

ALBERGARIA, Jason. **Noções de Criminologia.** Belo Horizonte: Mandamentos, 1999.
GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio, GOMES, Luis Flavio. **Criminologia**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do Direito penal: introdução à sociologia do direito.** Rio de Janeiro: Revan, 1997.
FIGUEREDO DIAS, Jorge de e COSTA ANDRADE, **Manuel da Criminologia: o homem delinqüente e a sociedade criminógena,** Alamedina: Coimbra, 1992.
SHECAIRA, Sergio Salomão. **Criminologia.** São Paulo: RT, 2004.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 6º Semestre
DIR 138	Formação Profissional - FP	Direito Civil V

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Direito Civil II	

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Estuda a teoria geral dos contratos e suas relações econômicas na sociedade contemporânea; princípios, elementos, formação, efeitos, extinção, evicção, vícios, e os contratos em espécies.

Objetivos

Propiciar a reflexão e a análise sobre aspectos da teoria geral dos contratos e dos contratos em espécie.
Levar o aluno a refletir e entender que a teoria geral dos contratos é onde se encontram normas gerais sobre diversos conflitos em matéria de contratos, no campo do Direito Civil e fora dele. Capacitar o aluno a utilizar as normas jurídicas que compõem a teoria geral dos contratos e os contratos em espécie na solução de problemas cotidianos e na futura prática profissional.
Desenvolver a leitura e a compreensão de textos e documentos para a interpretação e aplicação do da legislação, da jurisprudência, da doutrina do direito civil no campo contratual.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: A TEORIA GERAL DOS CONTRATOS E SUA INSERÇÃO NO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

1.1 A função da teoria geral dos contratos e suas relações com outros ramos do direito.
1.2 Evolução histórica da teoria geral dos contratos e o Código Civil de 2002.
1.3 Dos contratos em geral. Conceito. Elementos.
1.4 Princípios da teoria geral dos contratos. A renovação do direito contratual.

UNIDADE II: RESPONSABILIDADE CONTRATUAL, PRÉ-CONTRATUAL E PÓS-CONTRATUAL. INTERFERÊNCIA DE TERCEIROS.

2.1 Formação dos contratos.
2.2 Classificação dos contratos.
2.3Vícios redibitórios.
2.4 Evicção.
2.5 Extinção dos contratos.
2.6 Interpretação e integração dos contratos.

UNIDADE III: ALGUNS CONTRATOS EM ESPÉCIE

3.1 Compra e venda.
3.2 Troca ou permuta.
3.3 Doação.
3.4 Comodato. Mútuo.
3.5 Locação.
3.6 Prestação de serviços.
3.7 Empreitada.
3.8 Depósito.
3.9 Fiança.
3.10 Mandato.
3.11 Seguro.
3.12 Transporte.

3.14 Contrato estimatório.
Metodologia
Aulas expositivo-participativas, leituras, painéis, debates, pesquisas e trabalhos individuais e em grupo, pesquisa de jurisprudência, exercícios.
Avaliação
Seminários, provas e trabalho interdisciplinar.
Bibliografia Básica
AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Teoria geral dos contratos típicos e atípicos**. São Paulo: Atlas. BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. **Reconstrução do conceito de contrato: do clássico ao atual**. In: TARTUCE, Flávio; HIRONAKA, Giselda Maria F. N. (Coords.) **Direito Contratual: temas atuais.** São Paulo: Método. PEREIRA, Caio Mário da Silva**. Instituições de direito civil: contratos**. 11. ed. Atualizada por Regis Fichtner. Rio de Janeiro: Forense. V. 3. GOMES, Orlando. **Contratos.** Rio de Janeiro: Forense. VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos**. São Paulo: Atlas.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 6º Semestre
DIR 031	Formação Prático - FPR	Seminário Interdisciplinar de Pesquisa VI

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
00	01		01		30		30

Ementa

A disciplina insere o fenômeno jurídico numa rede de relações complexas através do planejamento, organização e pesquisa orientada de grupos temáticos, que apresentam e publicam os resultados da produção em forma de seminário, artigo e painel dos conteúdos das disciplinas do semestre.

Objetivos

- Compreender o conceito e finalidade de seminário.
- Refletir sobre o conceito de interdisciplinaridade e os desdobramentos nas práticas de pesquisa e nas pedagógicas.
- Compreender o sentido e significado do seminário interdisciplinar.
- Organizar e realizar um seminário de pesquisa na perspectiva interdisciplinar em torno de um tema acordado no grupo, considerando os conteúdos das diferentes disciplinas do semestre.
- Realizar o seminário contando com a participação dos demais professores do semestre, estudantes e comunidade externa.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES CONFORME TEMÁTICA DEFINIDA NO COLEGIADO

1.1Planejamento do seminário: organização de grupos/tema/delimitação/ roteiro
1.2 Pesquisa bibliográfica/elaboração do texto
1.3 Simulação do seminário em sala de aula

UNIDADE II: **REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO**

2.1 Apresentação dos trabalhos no seminário pelos estudantes para a comunidade

2.2 Avaliação do trabalho interdisciplinar e desafios para a sua implementação e continuidade.
Metodologia
A realização do seminário interdisciplinar exige planejamento detalhado, desde a constituição dos grupos, escolha da temática e sua delimitação, roteiro das tarefas e da pesquisa, realização da pesquisa, elaboração do texto conforme Normas Técnicas. Para tanto, está previsto a realização de leitura colaborativa de textos sobre o significado do seminário, e da interdisciplinaridade e implicações prática - primeiro encontro. Após esta primeira etapa serão realizadas reuniões, previamente acordadas no grupo, para: constituição dos grupos; definição do tema e sua delimitação, elaboração do plano de pesquisa e distribuição de tarefas. Na segunda reunião os grupos apresentam as tarefas executadas, além da avaliação e ajustes necessários e planejamento para a reunião seguinte e assim sucessivamente. Por fim, será a vez da realização do seminário, com a presença dos professores envolvidos, que terão uma ficha de avaliação para acompanhar a apresentação dos alunos.
Avaliação
A avaliação no âmbito desta disciplina será processual, considerando os objetivos propostos e as produções parciais até a realização final, cujo produto (Apresentação dos resultados da pesquisa em forma de seminário) será também avaliado pelos demais professores, que atribuirão notas de acordo com os critérios estabelecidos na ficha de avaliação. Obs.Será elaborado um instrumento de avaliação do evento, para que os participantes possam emitir suas percepções.
Bibliografia Básica
ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. S.Paulo: Atlas, 1997. FAZENDA, Ivani. **Conversando sobre interdisciplinaridade à distância**. São Paulo: PUC-SP/UNICID, mimeo, 2001. _____. **Diversidade cultural no currículo de formação de professores: uma dimensão interdisciplinar**. São Paulo: PUC-SP/UNICID, mimeo, 2001. _____. **Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1999. _____. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1996. FURLANETTO, Ecleide C. **A sala de aula interdisciplinar vista como um vaso alquímico**. São Paulo: UNICID, mimeo, 2001. SANTOS, Boaventura. **Um discurso sobre as ciências**. 9. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1997. Bibliografia da temática do Seminário.

==========

6.7 DISCIPLINAS/ COMPONENTES CURRICULARES DO 7º SEMESTRE

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 7º Semestre
DIR 139	Formação Profissional - FP	Direito e os Movimentos Sociais

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Direito e Sociedade	

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Aborda as matrizes teóricas dos movimentos sociais modelos clássicos e contemporâneos e suas interfaces com o fenômeno jurídico, especialmente com o conceito de sujeitos coletivos de direito, poder normativo dos grupos sociais, ação coletiva. Reflete sobre experiências sociais de criação de novos direitos e novas formas de organização social da liberdade: os direitos Humanos, o pluralismo Jurídico, direito de resistência e desobediência civil. Caracteriza os modelos e experiências dos movimentos sociais norte-americano, europeu e latino-americano. Compreende o paradigma filosófico-jurídico dos direitos humanos como eixo central para análise do direito e suas fontes no processo de Construção da democracia e cidadania e da participação autônoma no espaço da decisão política. Analisa a sociedade a partir dos recortes de classe, gênero, raça e região em suas relações com a exclusão social e o direito.

Objetivos

Refletir sobre as condições de possibilidade e os limites do direito como instrumento de emancipação social na sociedade contemporânea.
Conceituar e historizicizar os movimentos sociais e sua importância para construção de uma cultura de direitos assim como de efetividade de garantias universais e de grupos específicos.
Problematizar o conflito social localizando os papéis dos movimentos sociais como sujeitos coletivos de direito.
Estudar a importância do direito para os movimentos sociais e dos movimentos sociais para o direito.
Identificar os obstáculos dos movimentos socais ao acesso a justiça.
Mapear os mecanismos de participação inscritos na legislação brasileira e as respectivas estratégias jurídicas, dos movimentos sociais.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: MATRIZES TEÓRICAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
1.1. Localização disciplina e sua importância na formação do profissional do direito.
1.2 Poder, Emancipação social: possibilidades e limites do direito.
1.3 Movimentos sociais e Estado e Democracia: fontes do direito e pluralismo jurídico.
1.4 Exclusão social e igualdade de direitos: redistribuição e reconhecimento.

UNIDADE II – MOVIMENTOS SOCIAIS E MECANISMOS JURÍDICOS DE AÇÃO E INSTITUIÇÕES JUDICIAIS
2.1 Participação Cidadã: dinâmicas entre o instituinte e o instituído.
2.2 Mecanismos Jurídicos e Judiciais de Criação e Efetivação de direitos:
2.3 Mecanismos administrativos,
2.4 Mecanismos legislativos,
2.5 Mecanismos judiciais,
2.6 Mecanismos Políticos
2.7 Ações Diretas
2.8 Movimentos sociais, litigiosidade e Poder Judiciário: as tensões entre a legalidade e legitimidade das ações.
2.9 O papel do Ministério Público e organização da sociedade
2.10 Defensoria Pública: novas dimensões

UNIDADE III – MOVIMENTOS SOCIAIS E DIREITOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO
3.1 Crise da ditadura e o processo de abertura política no Brasil.
3.2 Lutas pela redemocratização e acesso à serviços públicos.
3.3 Notas sobre o Sindicalismo no Brasil

3. 4Movimentos sociais no campo pós-64 e MST.
3.5 Os novos movimentos sociais: lutas por reconhecimento (raça, gênero, sexo, geração)
3.6 Movimentos Sociais e ONG`s.
3.7 Terceiro Setor: institucionalização dos movimentos sociais
3.8 Movimentos Sociais *"anti-globalização"* e Fórum Social Mundial.
3.9 Movimentos sociais num governo popular. Desafios e perspectivas.

Metodologia

A carga horária prevista para a disciplina é de 60 horas/aula distribuídas em 30 encontros, dois por semana onde serão ministradas aulas expositivas, estudo dirigido, discussão e resenha de textos e artigos, produção de textos em sala de aula, utilização de matérias de jornais e revistas, vídeos, textos literários, textos de mídia, propagandas entre outros. Os temas propostos no conteúdo programático serão desenvolvidos também com estudos de casos concretos, jurisprudência e fenômenos sociais, econômicos, políticos, culturais e jurídicos em escala local, regional, nacional e global.

Avaliação

A avaliação será feita ao longo do curso. Desde o acompanhamento cotidiano (participação em sala de aula, análise e exposição oral de casos concretos à luz dos conceitos e teorias discutidas), até a distribuição de notas para as seguintes atividades: prova escrita individual, realização de seminário resenha de artigos e nota do seminário interdisciplinar.

Bibliografia Básica

GOHN, Maria da Glória. (Org.). **Movimentos Sociais no inicio do século XXI: antigos e novos atores**. RJ: Vozes, 2003.
PUREZA, José Manuel, FERREIRA, António Casimiro (orgs.). **A teia global: movimentos sociais e instituições**. Porto: Edições Afrontamento, 2001.
SANTOS, Boaventura S. **Poderá o Direito ser -Emancipatório?** Revista Crítica de Ciências Sociais, 65, maio 2003, p. 3-76.
SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. **Movimentos Sociais e Práticas Instituintes de Direito: Perspectivas para a Pesquisa Sócio-Jurídica no Brasil**. Coimbra: Boletim da Faculdade de Direito. Coimbra Editora 2000.
_____. **Movimentos Sociais – Emergência de Novos Sujeitos: O sujeito Coletivo de Direito.** In SOUTO, Cláudio e FALCÃO, Joaquim, Sociologia & Direito. **Textos Básicos para Disciplina de Sociologia Jurídica.** 2º ed., Editora Pioneira, São Paulo, 1999.
TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2001.
WOLKMER, Antonio Carlos. **Os movimentos sociais como fonte de produção de novos direitos.** In: VARELLA, Marcelo Dias. **Revelações no Campo Jurídico**. Curitiba: Oficina, 1998, p. 91-97.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 7º Semestre
DIR140	Formação Prático - FPR	Estágio de Prática Jurídica I

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
01	00	01	02	15	00	45	60

Ementa

Trabalhos simulados de casos de prática jurídica, forense e não forense. Noções sobre o exercício profissional dos diversos operadores jurídicos, na área específica. Apresentação de casos práticos em sala de aula. Estágio supervisionado, desenvolvido através de atendimento jurídico à população carente. Elaboração de minutas jurídicas em geral e recursos. Acompanhamento de processos sob a supervisão do professor da disciplina. Comparecimento a 12 audiências e discussão dos trabalhos práticos. Levantamento de temas para elaboração do projeto na disciplina monografia.

Objetivos

Criar situações praxiológicas do aprendizado aos estudantes aliado as lições éticas do profissional bacharel em Direito.
Analisar casos concretos para proporcionar o exercício das técnicas e dos meios alternativos de resolução dos conflitos extrajudiciais.
Proporcionar um espaço pedagógico dialético capaz de estimular as habilidades profissionais do bacharel em Direito sensível e comprometido com as demandas sociais.
Elaborar as peças processuais com base no compromisso do exercício da advocacia e demais carreiras jurídicas, aliado aos direitos humanos e a justiça social.
ssistir 12 audiências e elaborar relatório das audiências assistidas para discussão em sala de aula.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS DA PRÁTICA JURÍDICA NO ÂMBITO CIVIL
1.1 Processo e procedimentos apoiados nas bases constitucionais
1.2 Os temas para elaboração das peças seguem os indicados para a elaboração das peças processuais e visitas as varas cíveis.

UNIDADE II: ELABORAÇÃO DE PEÇAS PROCESSUAIS E SIMULAÇÃO
2.1.Petição inicial de ações:
2.1.1 Alimentos
2.1.2 Separação de Divorcio
2.1.3 Reconhecimento e dissolução da união estável
2.1.4 Regulamentação de visitas
2.1.5 Indenizatória
2.1.6 Juntada de documentos
2.1.7 Interdição
2.1.8 Usucapião
2.1.9 Reparação de danos materiais e morais
2.2 Elaboração de: Contestação, Reconvenção, Exceção de incompetência, impugnação do valor da causa, impugnação à gratuidade da justiça
2.3 Sentença
2.4. Recursos
2.4.1 Apelação
2.4.2 Agravo
2.4.3 Embargo de Declaração
2.5 Ação civil pública.
2.6. A mediação, conciliação e arbitragem como formas de solução do conflito.

Metodologia
Apresentação de casos práticos e simulações em sala de aula. Estágio supervisionado, desenvolvido através de orientação jurídica/formação jurídico popular, técnicas de resolução de conflitos/mediação e encaminhamento processual destinado à população em condições de vulnerabilidade. Elaboração de minutas jurídicas em geral e recursos. Acompanhamento de processos sob a supervisão do professor da disciplina. Comparecimento a audiências e discussão dos trabalhos práticos.
Avaliação
Ocorrerá de forma processual e contínua a partir dos relatórios das atividades elaboradas em sala de aula, pareceres, elaboração de *cases,* simulações, etc.
Bibliografia Básica
APOSTOLOVA, Bistra Stefanova. **Poder Judiciário: do moderno ao contemporâneo**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1998. CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Porto Alegre, Fabris, 1988. _____. **Processo, ideologias e sociedade.** Porto Alegre: fabris. FRISKE, Gabriela e TOLDO, Julio Cossito. **Prática forense civil**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos MARINONE, Luiz Guilherme. Arenhart, Sérgio Cruz. **Curso de Processo civil, Vols. 1, 2, 3, 4.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. SALES, Lilia Maia de Morais. **Mediação de conflitos**. Florianópolis: Editora Conceito. _____. **Justiça e mediação de conflitos**. BH: Del Rey, WARAT, Luis Alberto. **Surfando na Pororoca. Ofício do mediador.** Coleção Warat Vol. 3. Santa Catarina: Fundação Boiuteux, 2004.

==========

Código		Eixo/Campo de Formação		Disciplina/Componente Curricular/ 7º Semestre			
DIR 141		Formação Profissional - FP		Direito Processual Civil IV			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
Direito Processual Civil I							
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
02	01	00	03	30	30		60

Ementa
Analisa o processo cautelar, o poder geral de cautela e as medidas cautelares típicas e atípicas. Estuda os procedimentos especiais de jurisdição contenciosa, voluntária e os de leis extravagantes. Juizados Especiais Cíveis. Aspectos processuais no CDC. Juizados Especiais. Arbitragem, Conciliação e Mediação.
Objetivos
Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.
Conteúdo Programático
UNIDADE I: PROCESSO CAUTELAR 1.1 conceito e origem. Evolução histórica. Principais teorias. 1.2 Escopo do Processo Cautelar: tutela substancial x tutela instrumental. 1.3 As condições específicas da ação cautelar: o *fumus boni juris* e o *periculum in mora* 1.4 A autonomia do processo cautelar. 1.5. A oitiva da parte contrária. A liminar. a medida cautelar em 2° grau de jurisdição. A competência. 1.6-A substitutividade e a fungibilidade das medidas cautelares. **UNIDADE II: A CONCESSÃO E A REVOGAÇÃO** 2.1 Revogação *ex officio*. 2.2 O Poder geral de cautela.

2.3 As medidas cautelares atípicas ou inominadas.
2.4 A cessação de eficácia das medidas cautelares. A indenização pelos danos causados pela execução da medida.
2.5 As medidas cautelares típicas ou nominadas. Medidas que não possuem natureza jurídica de cautela, conquanto arroladas como se cautelares fossem.

UNIDADE III: PROCEDIMENTOS PARA:

3.1 Do arresto. O seqüestro. A caução. Da busca e apreensão. Busca e apreensão de coisas e pessoas. Da exibição. Coisa móvel e documento. Aplicação das regras do processo de conhecimento. Da produção antecipada de provas (*ad perpetum rei memoriam*).
3.2 Da justificação. Dos protestos, notificações e interpelações. Atentado. Conceito. cabimento. Permissivos legais. Exame da casuística legal. Legitimidade.
3.3 Outras medidas provisionais específicas.

UNIDADE IV: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.
4.1 Ações. Embargos de Terceiro. Alienações.
4.2 Consignação em pagamento.
4.3 Ação de Depósito.
4.4 Anulação e substituição de títulos ao portador.
4.5 Ação de prestação de contas. Ações possessórias.
4.6 Ação de demarcação e divisão. Inventário e Partilha.
4.7 Embargos de Terceiros.
4.8 Ação de Usucapião.
4.9 Ações reguladas por legislação especial.
4.10 Ações de jurisdição voluntária. Interdição.
4.11 Separação Consensual.
4.12 Alienações Judiciais.

UNIDADE V: ARBITRAGEM, CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO.

Metodologia

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (Estudo de casos práticos).

Avaliação

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.
SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

Bibliografia Básica

CARVALHO. José Orlando Rocha de. **Alimentos e Coisa Julgada**. São Paulo. Oliveira Mendes (atual Juarez de Oliveira), 1998.
FARIA. Cristiano Chaves de. & Didier Jr. Fredie (organizadores) – **Procedimentos Especiais Cíveis – Legislação extravagant.** São Paulo**:** Saraiva, 2003.
GUILHERME, Luiz Fernando do vale de Almeida. **Manual de Arbitragem**. São Paulo: Método.
MARCATO, Antônio Carlos. **Procedimentos especiais**. São Paulo: Malheiros, 1995.
SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. **Curso de Processo Civil**. V. 3. Porto Alegre, Fabris, 1993.
_____. **A ação Cautelar Inominada no Direito Brasileiro**, 4ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 1992.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Processo Cautelar**. 16ª ed. São Paulo, Leud, 1995.
SALES, Lilia Maia de Morais . **Justiça e mediação de conflitos**. BH: del Rey
_____. **Mediação de Conflitos**. Campinas. Conceito.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 7º Semestre
DIR 147	Formação Fundamental - FF	Tópicos Especiais de Direito Urbano

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Discute a problemática urbana e a gestão do Município frente aos direitos fundamentais e sociais. Os orçamentos municipais e o controle participativo. Estatuto da Cidade, Lei do Uso e Ocupação do Solo e Parcelamento Urbano. Propriedade urbana. Planejamento urbanístico. Ordenação e ocupação do solo urbano. Plano Diretor. Áreas de interesse especial. Competências Municipal, Estadual e Federal. O processo de regularização fundiária urbana frente à propriedade privada.

Objetivos

1.Analisar o fenômeno urbano e os seus dilemas sociais, políticos, econômicos, ambientais e jurídicos.
2. Refletir sobre as políticas de desenvolvimento urbano da Cidade de Salvador, em especial o Plano Diretor.
3. Debater alguns tópicos de Direito Urbano na Cidade de Salvador e os seus marcos regulatórios: habitação, regularização fundiária, potenciais hídricos e ambientais, patrimônio histórico e cultural, os espaços de lazer, gestão urbana e orçamento participativo.

Conteúdo Programático

UNIDADE I - O FENÔMENO URBANO E OS FUNDAMENTOS DO DIREITO URBANO.
1.1 Conceitos básicos de cidade, urbanização, urbanismo, e atividade urbanística e funções sociais da cidade;
1.2 Os fundamentos constitucionais da política de desenvolvimento urbano no Brasil;
1.3 Definição e princípios informadores do direito urbano.

UNIDADE II - CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E OS SEUS MARCOS REGULATÓRIOS (PARA ALÉM DO REDUCIONISMO JURÍDICO-LEGAL).
2.1 Espacialidades e temporalidades urbanas: os problemas da cidade e o modo de vida – segregação, conflitos e estratégias
2.2 Posse e propriedade urbana;
2.3 Parcelamento do solo urbano;
2.4 Loteamentos do solo urbano;
2.5 Os instrumentos de intervenção urbanísticas.

UNIDADE III – TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO URBANO.
3.1 Política Urbana e metas do Ministério da Cidade: debates e implementação em especial na cidade de Salvador.
3.2 Os vetos do FHC sobre o Estatuto da cidade.
3.3 As questões ambientais e sociais no espaço urbano;
3.4 Patrimônio histórico, cultural e ambiental urbano: parques, lagoas, fontes, praças, etc;
3.5 Habitação urbana e regularização fundiária, entre a cidade “legal” e a cidade “ilegal”;
3.6 Gestão urbana e o orçamento participativo na Cidade de Salvador;
3.7 Plano Diretor, gestão urbana e descentralização;
3.8 A cidade e os espaços de lazer;
3.9 Os recursos hídricos urbanos;
3.10 O urbano no mundo da mercadoria;
3.11 Transporte Urbano: dos bondes ao metrô.

Metodologia

Exposição participada, debates, discussão de texto, atividades em grupos, elaboração de resenhas, textos.

Avaliação

Serão realizadas duas avaliações e um seminário.

Bibliografia Básica

ALFONSIN, Jacques Távora. **Acesso à terra como conteúdo de direitos humanos fundamentais à alimentação e à moradia**. Porto Alegre. Sergio Antônio Fabris Editor, 2003.
CARLOS**,** Ana Fani Alessandri e outros (org**.). Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo. Contexto, 2003.
DI SARNO, Daniela Campos Libório. **Elementos de direito urbanístico**. Barueri, SP. Manole, 2004.
FERNANDES, Edésio (org.). **Direito urbanístico e política urbana no Brasil**. Belo Horizonte. Del Rey, 2001.
_____ **Direito urbanístico**. Belo Horizonte. Del Rey, 1998.
LEFEBVRE, Henry. **Direito à cidade.** São Paulo: Moraes, 1991
SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis. Vozes, 1979.
SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo. Malheiros, 1995.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 7º Semestre
DIR 142	Formação Fundamental - FF	Políticas Públicas do Bem Estar da Pessoa Humana

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Direito Constitucional III	

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Abordam as principais concepções teórico-conceituais de Políticas Públicas no contexto da sua multidimensionalidade: social, antropológica, jurídica, econômica, histórica, bem como as vertentes teóricas contemporâneas no contexto da produção, implementação, análise e avaliação de políticas públicas (institucionalista e neo-institucionalista, marxista, corporativista, escolha racional, escolha pública.). Estuda a trajetória histórica da produção do campo de políticas públicas no Brasil destacando a perspectiva da sua multisetorialidade (Educação, Saúde, Trabalho e Renda, Assistência Social, Previdência, Saneamento e Desenvolvimento Agrário). Introduz o debate sobre a relação entre "políticas" como concessão (do Estado) e "políticas" como direito no campo das políticas públicas. Discute critérios universais e focalizados na implantação das políticas públicas de ação afirmativa com recorte racial, gênero, classe, idade, região e orientação sexual. Caracteriza os mecanismos legais de controle interno, externo e o controle social de políticas públicas.

Objetivos

Geral:
Promover e orientar a reflexão sobre os processos históricos de produção de políticas públicas no Brasil considerando a sua multidimensionalidade.

Específicos:
Abordar os principais conceitos e vertentes teóricas atualmente presentes nos debates sobre Políticas Públicas – na perspectiva da multidimensionalidade -, sobre a natureza das Políticas Públicas e sobre a sua produção, implementação, análise e avaliação;
Conhecer a trajetória histórica e o mapa atual do campo das Políticas Públicas no Brasil;
Entender os processos de decisão, implementação e legitimação de Políticas Públicas nas perspectivas da concessão (focalização) e do direito (universalidade).
Discutir os critérios universais e focalizadas na implantação das políticas públicas de ação afirmativa com recorte racial, gênero, classe, idade, região e orientação sexual
Caracterizar os mecanismos legais de controle interno, externo e o controle social de políticas públicas

Conteúdo Programático
UNIDADE I: CONCEITOS BÁSICOS E ABORDAGENS DE POLÍTICAS PÚBLICAS 1.1 Definição do conceito Políticas Públicas (distinguir do conceito Políticas Sociais); 1.2 Os contornos do campo das Políticas Públicas; 1.3 As diversas abordagens do conceito Políticas Públicas; 1.4 A multidimensionalidade das Políticas Públicas; 1.5 Os debates sobre a produção de Políticas Públicas (diversas abordagens). 1.6 Políticas públicas, direitos humanos e acesso à justiça **UNIDADE II: AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA;** 2.1 Delineamentos do campo atual das políticas públicas no Brasil; 2.2 A multisetorialidade no campo das Políticas Públicas no Brasil – os setores; 2-3 Os modos como se estruturam as Políticas Públicas brasileiras considerando os setores. 2.4 A pesquisas sobre políticas públicas no Brasil **UNIDADE III: POLÍTICAS COMO CONCESSÃO DO ESTADO E POLÍTICAS COMO DIREITO NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS** 3.1 Estudos de casos no campo da produção, implementação, análise e avaliação de Políticas Públicas no Brasil; 3.2 Perspectivas da focalização e da universalidade; 3.3 Perspectivas da concessão e do direito. 3.4 Políticas públicas como fonte de instituição de novos direitos 3.5 Políticas públicas de Ação afirmativa a partir de critérios racial, gênero, classe, idade, região e outros 3.6 Os mecanismos legais de controle interno, externo e o controle social de políticas públicas 3.7 Ministério Público, Defensoria Pública e a judicialização das políticas públicas.
Metodologia
A disciplina se sustenta pela combinação entre leituras prévias e debates em sala de aula. A carga horária prevista para a disciplina é de 60 horas/aula distribuídas em 30 encontros, dois por semana onde serão ministradas aulas expositivas, estudo dirigido, seminários, discussão e resenha de textos e artigos, produção de textos em sala de aula. A terceira unidade será estruturada a partir de trabalhos escritos (ensaios, artigos...) realizados pelos estudantes, em grupos, considerando temas propostos e definidos em sala e sua vinculação ao conteúdo da unidade.
Avaliação
A avaliação será feita ao longo do curso, considerando as três unidades. Para cada unidade, haverá uma avaliação, com nota de valor de zero a dez. Na primeira unidade será solicitado um relatório dos conteúdos estudados (relatório de leituras). Na segunda unidade, serão realizados seminários coordenados por estudantes; a nota resultará da combinação entre preparação do seminário, apresentação e entrega de esquema. A terceira nota terá como base o resultado dos trabalhos apresentados pelos grupos.
Bibliografia Básica
ARENDT, Hannah. **Condição humana**. São Paulo: Forense Universitária, 2005. DYE, Thomas R. **Mapeamento dos modelos de análise das políticas públicas**. In. HEIDELMANN, Francisco G. e SALM, José Francisco (Org.). **Políticas Públicas e desenvolvimento**. Bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Ed. UNB, 2009,p.. 99-132. **FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recente**s. **In**. Revista Brasileira de Ciências Sociais: V.18, n.51, São Paulo, fev. 2003. **HEIDEMANN, Francisco G e SALM, José Francisco. Políticas Públicas e Desenvolvimento**. Bases epistemológicas e modelos de análise. **Brasília: UNB, 2009.** **FREY, Klaus.** Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de

políticas públicas no Brasil. In. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**: **V.18, n.51, São Paulo.**
HALL, Peter e TAYLOR, Rosemary. As três versões do néo-institucionalismo. In. **Revista Lua Nova**, **n. 58, São Paulo: 2003**
NOGUEIRA, Marco Aurélio. **O desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado**. In. Serviço Social & Sociedade. **Revista Quadrimestral de Serviço Social**. São Paulo, Ano XXIV, nº 82, julho 2005, p. 5-21.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 7º Semestre
DIR 143	Formação Profissional - FP	Direito Processual Penal I

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Direito Penal II	

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Estuda a evolução e os princípios orientadores do processo penal; a teoria da jurisdição; as matrizes teóricas do modelo inquisitorial e do acusatório; O processo penal garantista frente aos direitos fundamentais; a ação penal e a ação civil "ex delicto"; a Competência e a jurisdição; a organização judiciária; o papel do juiz no processo penal constitucional.

Objetivos

Proporcionar aos estudantes a compreensão dos fundamentos do processual penal para aplicação em consonância com os fundamentos de um Estado Democrático de Direito,

Analisar as contradições da legislação processual infraconstitucional com os princípios constitucionais, exercitando nos alunos uma visão crítica de modo a interpretá-la a legislação à luz da Constituição Federal.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: OS FUNDAMENTOS DO DIREITO PROCESSUAL PENAL.
1.1 Conceito. Objeto. Função. Características.
1.2 Princípios do Processo Penal: Devido processo legal, ampla defesa, contraditório, estado de inocência, juiz natural, direito ao silêncio e não incriminação. Inadmissibilidade de provas ilícitas. Vedação de revisão pro sociedade
1.3 A lei processual penal no tempo e no espaço.

UNIDADE II: PROCESSO PENAL E OS PROCEDIMENTOS
2.1 Inquérito policial como ato administrativo
2.1.1 Conceito. Natureza. Finalidade.
2.1.2 Características e princípios norteadores
2.1.3 Instauração. Notitia criminis.
2.1.4 Valor probatório
2.1.5 Arquivamento. Arquivamento implícito
2.1.6 Indiciamento.
2.2 Ação Penal
2.2.1 Condições da ação
2.2.2 Pressupostos processuais
2.2.3 Ação penal pública incondicionada. Princípios e características
2.2.4 Ação penal pública condicionada. Princípios e características
2.2.5 Ação penal privada. Princípios e características
2.2.6 Ação penal privada subsidiária e personalíssima.
2.3 Denúncia e queixa

2.3.1 Requisitos. Prazo. Aditamento.
2.3.2 Ação civil ex delicto

UNIDADE III: JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA
3.1 Jurisdição. Conceito. Princípios e características
3.2 Competência.
3.2.1 Competência absoluta e relativa.
3.2.2 Prerrogativa de função
3.2.3 Crimes comuns e de responsabilidade.
3.2.4 Critério da simetria.
3.2.5 Competência do Supremo Tribunal Federal
3.2.6 Competência do Superior Tribunal Justiça
3.2.7 Competência dos TRFs, TJs e TRÊS
3.2.8 Deputados Estaduais e Prefeitos.
3.2.9 Extensão pelas Constituições Estaduais
3.2.10 Prerrogativa de função e natureza do crime
3.2.11 O exercício efetivo do cargo
3.2.12 Prerrogativa de função. Concurso de agentes e de crimes.
3.2.13 Competência em razão da matéria
3.2.14 Competência do Tribunal do Júri
3.2.15 Competência da justiça federal
3.2.16 Competência da justiça militar e eleitoral
3.2.17 Competência territorial
3.2.18 Critérios de determinação de competência infraconstitucional
a. O Lugar
b. .A natureza da infração
c. O domicílio ou residência do réu
d. Distribuição.
e. Prevenção.
3.2.19. Modificação de competência
a. Conexão
b. Continência
c. Unidade dos processos e dos julgamentos
d. Eleição do juízo prevalente
e. Separação dos processos conexos e/ou continentes
3.2.2 Prorrogação de competência
3.2.21 Desclassificação

Metodologia

Aulas expositivas; discussão de casos concretos; leitura e interpretação de textos extraídos da bibliografia proposta.

Avaliação

A avaliação será feita por meio de três provas escritas.

Bibliografia Básica

JARDIM, Afrânio Silva. **Direito Processual Penal.** 5ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.
GRECO FILHO, Vicente. **Manual de Processo Penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 1997.
FERNANDES, Antonio Scarance. **Processo Penal Constitucional**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo penal**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. Vol. 1 e 2. São Paulo: Editora Saraiva, 1998.
_____. **Código de Processo Penal Comentado**. Vol. 2. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 7º Semestre
DIR144	Formação Profissional - FP	Direito Civil VI

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Direito Civil II	

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Estuda os direitos reais: os fundamentos teóricos e práticos dos institutos da posse e propriedade, os tipos, sua função social, a crise e a superação do sistema clássico de apropriação de bens; o direito de vizinhança; condomínio, os instrumentos de intervenção nos conflitos individuais e coletivos: desapropriação, usucapião e servidão.

Objetivos

Análisar e os diversos institutos que integram a disciplina, abordados a partir dos novos contornos impostos pelas diretrizes constitucionais, o direito de propriedade e da posse à luz dos princípios que impõem às exigências da função social.
Estudar o tratamento da posse, não apenas na sua configuração clássica, mas também sob o impacto da emergência dos novos conflitos coletivos, cuja natureza se entrechoca com a tradição liberal-individualista do direito.
Refletir sobre o direito de propriedade (que em razão da diversidade fenomênica com que se tem apresentado melhor seria designado como "propriedades"), a intenção mais uma vez é encará-lo sob a ótica de sua função social, sem esquecer de suas mais recentes manifestações, a exemplo da cognominada multipropriedade.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: POSSE.
1.1Direito das coisas: direito real e direito pessoal.
1.2 Introdução ao estudo da posse. Teorias sobre a posse. Conceito de posse. Posse e detenção.
1.3 Composse. O objeto da posse.
1.4 Natureza jurídica da posse.
1.5 Espécies de posse.
1.6 Aquisição e perda da posse: modos de aquisição. Perda da posse.
1.7 Recuperação de coisas móveis.
1.8 Efeitos da posse. Detenção. Classificação. Interversão da posse. Tutela da posse.
1.9 A proteção possessória.
1.10 Ações possessórias.

UNIDADE II: PROPRIEDADE
2.1 Conceito e elementos constitutivos da propriedade.
2.2 Evolução do direito de propriedade. Função social da propriedade.
2.3 Aquisição da Propriedade Imóvel. Modos de aquisição. Do usucapião.

2.4 Dos direitos de vizinhança. O uso nocivo da propriedade.
2.5 Árvores limítrofes e passagem forçada.
2.6 Das Águas.
2.7 Limite entre prédios
2.8 Direito de construir
2.9 Direito de tapagem
2.10 Aquisição e perda da propriedade móvel. Ocupação. Conceito. Caça. Pesca. Invenção. Tesouro.
2.11 Confusão. Comissão. Adjunção. Conceitos
2.12 Tradição. Conceito. Modalidades.
2.13 Propriedade Resolúvel
2.14 Propriedade Fiduciária

UNIDADE III: CONDOMÍNIO
3.1Condomínio. Natureza jurídica. Espécies.
3.2 Direitos e deveres dos condôminos. Venda da coisa comum.
3.3 Administração do condomínio.

UNIDADE IV: DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS
4.1Superfície
4.2 Servidões prediais.
4.3 Usufruto.
4.4 Uso
4.5 Habitação.

UNIDADE V: DIREITO REAL DE AQUISIÇÃO

5.1 Promessa de compra e venda de imóveis.

UNIDADE VI: DIREITOS REAIS DE GARANTIA
6.1Generalidades.
6.2 Penhor. Espécies.
6.3 Anticrese.
6.4 Hipoteca.

Metodologia

Aulas expositivas, com comentários e discussões sobre a teoria e o direito positivo; apresentação de questões práticas; estudos de casos; análise de jurisprudência; comentários sobre assuntos relacionados e pertinentes à disciplina. Uso do quadro e recursos áudios-visuais; condução de seminários e de trabalhos em grupos de estudos.

Avaliação

Os alunos serão submetidos a três avaliações regimentais assim constituídas:
1ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 8,0 pontos - Trabalho escrito ou oral: 2,0 pontos;
2ª Avaliação – Apresentação de seminários acerca de temas específicos dos direitos reais sobre coisas alheias e direitos reais de garantia: 10,0 pontos;
3ª Avaliação – Trabalho interdisciplinar: 10,0 pontos.

Bibliografia Básica

BARROS MONTEIRO, Washington de. **Curso de direito civil.** São Paulo: Saraiva, Última edição.
FARIAS, Cristiano Chaves de e ROSENVALD, Nelson. **Direitos reais.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, Última edição.
FACHIN, Luiz Edson. **A função social da posse e a propriedade contemporânea (uma perspectiva da usucapião imobiliária rural).** Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor. Última edição.
FACHIN, Luiz Edson. **Teoria crítica do direito civil.** Rio de Janeiro/São: Renovar, 2ª ed, Última edição.
FALCÃO, Joaquim de Arruda (org.). **Conflito de direito de propriedade: invasões urbanas.** Rio de Janeiro: Forense, 1984.
FRANCO, João Nascimento. **Condomínio**. São Paulo: RT, Última edição.
GOMES, Orlando. **Direitos reais**. Rio de Janeiro: Forense, Última edição.
RODRIGUES, Sílvio. **Direito civil.** São Paulo: Saraiva, Última edição.
TEPEDINO, Gustavo (coord.). **A nova propriedade (o seu conteúdo mínimo, entre o Código Civil, a legislação ordinária e a Constituição).** Rio de Janeiro: Revista Forense n° 306.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 7º Semestre
DIR 032	Formação Prático - FPR	Seminário Interdisciplinar de Pesquisa VII

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Prático	Trabalho	Total
00	01		01		30		30

Ementa

A disciplina aprofunda o debate em torno do fenômeno jurídico pela ótica da interdisciplinaridade, através da organização e pesquisa orientada de grupos temáticos, que apresentam e publicam os resultados da produção em forma de seminário.

Objetivos

1. Compreender o conceito e finalidade de seminário
2. Refletir sobre o conceito de interdisciplinaridade e os desdobramentos nas práticas de pesquisa e nas pedagógicas
3. Compreender o sentido e significado do seminário interdisciplinar
4. Organizar e realizar um seminário de pesquisa na perspectiva interdisciplinar em torno de um tema acordado no grupo, considerando os conteúdos das diferentes disciplinas do semestre
5. Realizar o seminário contando com a participação dos demais professores do semestre, estudantes e comunidade externa.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES CONFORME TEMÁTICA DEFINIDA NO COLEGIADO

1.1Planejamento do seminário: organização de grupos/tema/delimitação/ roteiro
1.2 Pesquisa bibliográfica/elaboração do texto
1.3 Simulação do seminário em sala de aula

UNIDADE II: **REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO**

2.1 Apresentação dos trabalhos no seminário pelos estudantes para a comunidade
2.2 Avaliação do trabalho interdisciplinar e desafios para a sua implementação e continuidade.

Metodologia

A realização do seminário interdisciplinar exige planejamento detalhado, desde a constituição dos grupos, escolha da temática e sua delimitação, roteiro das tarefas e da pesquisa, realização da pesquisa, elaboração do texto conforme Normas Técnicas. Para tanto, está previsto a realização de leitura colaborativa de textos sobre o significado do seminário, e da interdisciplinaridade e implicações prática- primeiro encontro. Após esta primeira etapa serão realizadas reuniões, previamente acordadas no grupo, para: constituição dos grupos; definição do tema e sua delimitação, elaboração do plano de pesquisa e distribuição de tarefas. Na segunda reunião os grupos apresentam as tarefas executadas, além da avaliação e ajustes necessários e planejamento para a reunião seguinte e assim sucessivamente. Por fim, será a vez da realização do seminário, com a presença dos professores envolvidos, que terão uma ficha de avaliação para acompanhar a apresentação dos alunos.

Avaliação

A avaliação no âmbito desta disciplina será processual, considerando os objetivos propostos e as produções parciais até a realização final, cujo produto (Apresentação dos resultados da pesquisa em forma de seminário) será também avaliado pelos demais professores, que atribuirão notas de acordo com os critérios estabelecidos na ficha de avaliação.
Obs.Será elaborado um instrumento de avaliação do evento, para que os participantes possam emitir suas percepções.

Bibliografia Básica
GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. **Das necessidades humanas aos direitos**. BH: Del Rey. _____. **(Re)pensando a pesquisa jurídica**. BH: Del Rey. JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992. _____**Interdisciplinaridade. In: patologia do Saber**. São Paulo: Francisco Alves. 1996 SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2002. _____. **Reiventar a democracia. Cadernos Democráticos**. Coleção Fundação Mario Soares, Gradiva, 1998.

==========

6.8 DISCIPLINAS/ COMPONENTES CURRICULARES DO 8º SEMESTRE

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 8º Semestre					
DIR145	Formação Profissional - FP	Direito do Consumidor					
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Estuda as normas de proteção e defesa das relações de consumo a partir da orientação principiológica e dos novos paradigmas teóricos instituídos na Constituição Federal e no Código de Defesa do Consumidor. Analisa as Política Nacional e Internacional das Relações de Consumo. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação de danos. Práticas comerciais. Proteção contratual. Tutela administrativa do Consumidor. Tutela penal do consumidor. Aspectos processuais da defesa do consumidor. Participação do cidadão e do consumidor nas relações de consumo.

Objetivos

Estudar o fenômeno do consumo e a sua legislação pertinente;
Fazer reflexão sobre intervenção para o exercício da cidadania e dos direito humanos;
Analisar os instrumentos jurídicos para a defesa dos direitos difusos e coletivos na área consumerista.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: O FENÔMENO DO CONSUMO E A SOCIEDADE CAPITALISTA

1.1. O contexto da globalização (Milton Santos);
1.2. Os impactos da conduta consumista: a política, democracia, comunidades, parcerias, construção de identidade, produção e o uso de conhecimento (Zygmunt Bauman);

UNIDADE II: O SURGIMENTO DO CDC:

1.3. O Movimento Consumerista;
1.4. A Política Nacional de Consumo;
1.5. Princípios e diretrizes;
1.6. Decreto 2.181/97
1.7 Conceitos: Consumidor, fornecedor, produto, serviço.
1.8 Direitos Básicos do Consumidor.

UNIDADE III: RESPONSABILIDADE PELO FATO E PELO VÍCIO DO PRODUTO/SERVIÇO

3.1. Responsabilidade solidária
3.2. Teoria da Aparência
3.3. Desconsideração da personalidade jurídica
3.4 Proteção Contratual
3.5 Oferta e Publicidade
3.6. Práticas Abusivas

UNIDADE IV: INFRAÇÕES PENAIS E CLÁUSULAS ABUSIVAS

UNIDADE V: TUTELA ADMINISTRATIVA

5.1. O papel dos órgãos administrativos de defesa do consumidor

UNIDADE VI: O CONSUMIDOR EM JUÍZO

6.1. Varas especializadas: foro privilegiado
6.2. Inversão do ônus da prova
6.3. Ações Coletivas de defesa do consumidor
6.4. A identidade do consumidor e sua responsabilidade no mundo
6.5. O problema da sustentabilidade

Metodologia

Aulas expositivas, com comentários e discussões sobre a teoria e o direito positivo; apresentação de questões práticas; estudos de casos; análise de jurisprudência; comentários sobre assuntos relacionados e pertinentes à disciplina. Uso do quadro e recursos áudios-visuais; condução de seminários e de trabalhos em grupos de estudos.

Avaliação

Seminários, provas e trabalho interdisciplinar.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, João Batista de. **A Proteção Jurídica do Consumidor**. São Paulo: Saraiva.
CARVALHO JÚNIOR, Pedro Lino. **A lesão consumerista no direito brasileiro de acordo com o novo código civil**, Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.
GRINOVER, Ada Pellegrini e outros. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos autores do Anteprojeto**. São Paulo: Forense Universitária.
MACEDO, R. P. **Contratos Relacionais e Proteção ao Consumidor.** São Paulo: Max Limonad, 1999
NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. São Paulo: Saraiva.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação			Disciplina/Componente Curricular/ 8º Semestre			
DIR 146	Formação Prático - FPR			Estágio de Prática Jurídica II			
Pré-requisitos da disciplina				**Pré-requisito para**			
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
01	00	01	02	15	00	45	60

Ementa

Trabalhos simulados orientados de prática jurídica forense e não forense. Estágio supervisionado desenvolvido através de atendimento jurídico à população economicamente desfavorecida. Elaboração de peças processuais na área penal. Acompanhamento de processos no Fórum, sob a supervisão do professor da disciplina. Comparecimento às audiências, Juri e desenvolver mediação de conflitos. Discute em sala de aula os trabalhos práticos para fundamentar teoricamente a monografia.

Objetivos

Elaborar peças processuais na área pena;
Proporcionar um espaço pedagógico dialético capaz de estimular as habilidades profissionais do bacharel em Direito sensível e comprometido com as demandas sociais;
Estudar os processos para verificar para intervenção com os instrumentos processuais adequado aquele caso.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: LEVANTAMENTO DE CASOS NA ÁREA PENAL.

1.1 Visitas no complexo penitenciário,
1.2 Visitas nas varas criminais para levantamento de informações de processos em tramitação
1.3 Assistir 12 audiências e júri
1.4 Juri simulado

UNIDADE II: ELABORAÇÃO DAS PEÇAS PROCESSUAIS

2.1 Habeas Corpus
2.2 Representação
2.3 Queixa crime e denúncia
2.4 Revisão Criminal
2.5 Pedido de Liberdade provisória, revogação de prisão preventiva
2.6 Pedido de Relaxamento de Prisão, de flagrante
2.7 Defesa Prévia
2.8 Pedido de livramento Condicional
2.9 Pedido de Instauração de Inquérito Policial
2.10 Contra Libelo
2.11 Incidentes de insanidade mental
2.12 Sentença de pronúncia e condenatória
2.13 Alegações Finais
2.14 Recursos

OBS: É obrigatório a elaboração de todas as peças processuais

Metodologia

Elaboração de todas as peças processuais são obrigatórias. Comparecimento a audiências e discussão dos trabalhos práticos. Leituras pertinentes aos casos concretos. Debate

Avaliação

Ocorrerá de forma processual e contínua a partir dos relatórios das atividades elaboradas em sala de

aula, peças processuais, elaboração de *cases,* simulações, etc.
Bibliografia Básica
NUCCI, Guilherme de Souza. **Prática forense penal.** São Paulo: RTr. _____. **Manual de Processo e execução penal**. São Paulo: RTr MATOS, João Carvalho de. **Prática e teoria do direito penal.** Campinas: Mundo jurídico. PERIAS, Gilberto Rents. **Prática e teoria do direito penal e processo penal**. Rio de Janeiro:Editora quorum TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

==========

Código		**Eixo/Campo de Formação**		**Disciplina/Componente Curricular/ 8º Semestre**			
CIS016		Formação Fundamental - FF		Ética			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
Filosofia				Ética Profissional			
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
02	01		03	30	30		60

Ementa

Abordagem das diversas concepções da Ética na história contemplando o debate no pensamento clássico, as concepções éticas que marcaram a modernidade e o surgimento dos novos paradigmas que caracterizam a contemporaneidade. Identificação dos fundamentos éticos do direito, da ciência e do poder revendo as diversas concepções da ética na história.

Objetivos

Estimular a reflexão e a compreensão dos dilemas éticos na aplicação e interpretação do direito,
Analisar as estruturas e potenciais autoritários/libertários dos discursos éticos que legitimam os discursos jurídicos e institucionais.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: INTER-RELAÇÕES ENTRE A ÉTICA E A MORAL.

1.1Concepções da Ética na história – correntes clássicas, modernas e contemporâneas.
1.2 Platão e o Ético enquanto condição e possibilidade da "politicidade".
1.3 Aristóteles: a especificidade do saber prático.
1.4 Ética cristã medieval.
1.5 Ética Moderna.
1.6 Ética Contemporânea.

UNIDADE II: FUNDAMENTOS ÉTICOS DO DIREITO.

2.1 Inter-relações entre ética, direito e justiça.
2.2 A ética e os fenômenos do poder, os fundamentos éticos da propriedade privada, contratos e sistema capitalista.
2.3 Ética liberal e direito moderno.
2.4 Fundamentos éticos da punição estatal frente à violência estrutural.
2.5 Os dilemas éticos dos direitos humanos.
2.6 Paradigmas de uma ética discursiva.

UNIDADE III:TEMAS CONTEMPORÂNEOS NO CAMPO JURÍDICO E SUAS

REPERCUSSÕES NO CAMPO ÉTICO.

3.1. O papel do consumidor no sistema econômico vigente.
3.2. A mídia e seus limites éticos.
3.3 O Direito Autoral e suas repercussões na dimensão ética.
3.4. O meio ambiente e a consciência do agir.
3.5. O *Ethos* de cidades e mundos repartidos.
3.6. O espaço territorial e violência: a eticidade na política de segurança pública.
3.7. A intolerância religiosa: um drama ético contemporâneo.
3.8. O meio ambiente ecologicamente equilibrado e a lógica do mercado.
3.9. Direito e Patrimônio Cultural: os mecanismos de proteção da cultura material e imaterial.

Metodologia

Aulas expositivas- participadas serão ministradas e textos básicos referentes aos conteúdos programáticos serão distribuídos para todas as unidades.
Será adotado o uso de vídeos e outras linguagens como subsídio para os debates em sala.
Na unidade III a sala será subdividida em grupos, cada tema será apresentado por um grupo fomentando o debate coletivo da turma.

Avaliação

Na unidade I a avaliação será composta por fichamentos de textos indicados ao longo da unidade e atividades em sala de aula.
Na unidade II cada estudante apresentará um relatório considerando os temas constantes no conteúdo programático da disciplina e as repercussões na monografia de final de curso.
Na unidade III haverá equipes de trabalho que farão um seminário com temas relacionados ao conteúdo programático da disciplina. A avaliação será feita a partir de apresentação do grupo e relatório escrito.

Bibliografia Básica

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
NOVAES, Adauto. **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Ética e Sociabilidade**. São Paulo: Loyola, 1993. (Coleção Filosofia; 25).
VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 8. ed. Trad. de João Dell'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 8º Semestre
DIR148	Formação Fundamental - FF	Psicologia Aplicada ao Direito

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Introdução ao Estudo do Direito II	

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Compreende as interfaces entre o comportamento humano e o fenômeno jurídico. Analisa o comportamento humano nas suas dimensões individual, social, organizacional e comunitária e suas interfaces com as diversas matizes do fenômeno jurídico. Aborda os fundamentos do comportamento individual especialmente, do desenvolvimento humano, subjetividade e construção do eu, percepção e linguagem; comportamento de grupo dando ênfase aos temas da negociação de conflito, inclusão e exclusão social, relações de poder, estrutura e dinâmica dos grupos; e comportamento organizacional destacando a influência da relação capital trabalho nas relações humanas e na formação do conceito de justiça, assédio moral e sexual nas organizações e comportamento político.

Objetivos

Proporcionar condições de conhecimento e discussão acerca das interfaces possíveis entre a Psicologia e o Direito quanto ao entendimento do fenômeno psicológico nas diferentes áreas jurídicas.

Apresentar e discutir diferentes concepções sobre o comportamento do ser humano subjacentes às teorias psicológicas contemporâneas.

Discutir a Psicologia como ciência auxiliar do Direito, suas contribuições cientificas à compreensão das questões do Direito.

Fazer uma reflexão sobre a subjetividade humana e a percepção do fenômeno jurídico sob o ângulo das teorias psicológicas contemporâneas.

Construir panorama dos temas atuais de interesse da Psicologia Jurídica e Forense.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: A PSICOLOGIA, EVOLUÇÃO HISTÓRICA E DEFINIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

1.1 Quadro contemporâneo da Psicologia
1.2 Concepção de ser humano – a multideterminação do comportamento humano

UNIDADE II: PRINCIPAIS TEORIAS DA PERSONALIDADE E POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES NA COMPREENSÃO DO COMPORTAMENTO HUMANO E AS SUAS RELAÇÕES COM DIREITO

2.1 Conceitos básicos

2.2 O comportamento humano e o aparelho intra-psiquico - Psicanálise
2.3 O controle social do comportamento humano e o Direito
2.4 O ser humano como sujeito e agente de seu desenvolvimento - Socio-interacionismo

UNIDADE III: RELAÇÕES ENTRE A PSICOLOGIA E O DIREITO
3.1 Psicopatologia, conceito, histórico;

3.2 Transtornos mentais. 3.3 Questões contemporâneas da psicologia forense.
Metodologia
Serão utilizadas aulas expositivas participadas assim como leitura dirigida e discussão de textos em duplas ou grupos para debate em plenário. Exibição de vídeos temáticos.
Avaliação
A avaliação dar-se-á por meio de avaliação processual e três avaliações escritas individuais ou coletivas e seminários temáticos.
Bibliografia Básica
RIGONATTI, S. P. (org).**Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídi**ca. São Paulo:Vetor,2003 _____. **Temas de Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica II** São Paulo:Vetor.2006. SANTOS, A.C.B. **Perspectivas Jurídico-analitica do Crime**.Porto Alegre: Fabris,1997. SILVA, D.M.P. **Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro**. São Paulo: Casa TRINDADE, J. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito** São Paulo: Editora do advogado. 3ª edição. ROBBINS, S. **Comportamento Organizacional**. Ed. LTC, Rio de Janeiro, RJ. 1998. VIGOTSKI. L. S. **A formação da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. _____**Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

==========

Código		**Eixo/Campo de Formação**		**Disciplina/Componente Curricular/ 8º Semestre**			
DIR149		Formação Prático - FPR		Monografia I			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
				Monografia II			
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
01	00	01	02	15	00	45	60
Ementa							
Elaboração do projeto de pesquisa, o processo de produção do conhecimento cientifico, epistemologia da ciência jurídica; os tipos de pesquisa; concepções de métodos; técnicas de pesquisa. Elaboração do projeto de monografia. Normas da ABNT.							
Objetivos							
Compreender as bases epistemológicos do desenvolvimento da atividade de pesquisa; Introduzir conceitos e novos argumentos sobre ciência e pesquisa Estabelecer discussão sobre impedimentos à produção de conhecimento inovador e sobre as perspectivas da pesquisa jurídica no Brasil. Discutir as diversas abordagens teórico-metodológicas no campo do direito; Identificar as diferenças de racionalidade entre diversas propostas científicas Questionar dogmas estabelecidos pelos “modelos científicos” tradicionais. Aplicar, através de exercícios práticos, as técnicas e procedimentos específicos de planejamento e projeto de investigação, utilizando-a como instrumento de produção e de renovação do conhecimento do Direito. Entender a estrutura do relatório final de pesquisa e o conteúdo de cada uma de suas partes.							
Conteúdo Programático							
UNIDADE I: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO, A EPISTEMOLOGIA DA CIÊNCIA JURÍDICA							

1.1 Mito da Neutralidade Científica: ciência jurídica, neutralidade, complexidade e pesquisa científica.
.2 Argumento de Autoridade e obstáculos às novas perspectivas de produção de ciência.
1.3 O Medo e o Método
1.4 Ciência Moderna e Senso Comum: a necessidade de retornar as perguntas simples

UNIDADE II: OS TIPOS DE PESQUISA; CONCEPÇÕES DE MÉTODOS; TÉCNICAS DE PESQUISA

2.1. A investigação e seus tipos: novas visões da pesquisa jurídica.
2.2. O problema de pesquisa e sua conexão com os demais elementos do projeto de investigação
2.3. Marco teórico, objetivos e técnicas e procedimentos teórico-metodológicos.

UNIDADE III: ELABORAÇÃO DO PROJETO DE MONOGRAFIA. NORMAS DA ABNT

3.1. Plano da metodologia de investigação e finalização do projeto com partes pré e pós-textuais
3.2. Aplicação das Normas da ABNT
3.3. O relatório de pesquisa: desenvolvimento e estrutura - análise crítica de projeto.
3.4. Elaboração do projeto de pesquisa/ projeto da monografia.

Metodologia

A carga horária prevista para a disciplina é de 60 horas/aula distribuídas em 30 encontros, dois por semana onde serão ministradas aulas expositivas, estudo dirigido, análise de monografias, teses e dissertações e orientação teórico metodológica em grupos temáticos para elaboração do projeto de monografia.

Avaliação

A avaliação será feita ao longo do curso. Desde o acompanhamento cotidiano (participação em sala de aula, análise), até a distribuição de notas para as seguintes atividades: resenha, projeto de monografia, apresentação de abordagem metodológica de monografias, dissertações e teses.

Bibliografia Básica

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3º ed., São Paulo : Atlas, 1995.
FERREIRA SOBRINHO, José Wilson. **Pesquisa em Direito e Redação de Monografia Jurídica**. Sérgio Antonio Fabris, Porto Alegre, 1997.
GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. **Re (pensando a pesquisa jurídica)** 2º edição – revista, ampliada e atualizada pela NBR 14.724, de 30/12/05, da ABNT, Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
LEITE, Eduardo de Oliveira. **A Monografia Jurídica.** Sérgio Antonio Fabris, Porto Alegre, 1987.
LYRA FILHO, Roberto. **Pesquisa em que Direito?** Brasília: Edições NAIR Ltda, 1984.
SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.
LAKATOS, Eva Maria e Marina de Andrade Marconi. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 8º Semestre
DIR 150	Formação Profissional - FP	Direito Processual Penal II

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Direito Penal II	

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Estuda ação penal, as relações processuais penais, os princípios constitucionais e a ineficácia dos atos processuais, prova e os processos em espécie. Analisa prisão e a liberdade provisória: nos princípios constitucionais e os direitos humanos fundamentais. O Júri: concepção e formalidades. Sentença: motivações ideológicas. Coisa julgada. Prisão e liberdade. Hábeas Corpus. Revisão Criminal. Leis processuais especiais: tóxicos, crimes hediondos, juizados especiais, crime organizado, interceptações telefônicas.

Objetivos

Analisar processual penal em consonância com os fundamentos de um Estado Democrático de Direito.
Refletir sobre as ações penais e as suas relações com os atos processuais e os procedimentos do processo penal frente à preservação da integralidade fisica, e da dignidade humana com base nos princípios constitucionais corolários.
Enfatizar as contradições da legislação processual infraconstitucional com os princípios constitucionais, exercitando nos alunos uma visão crítica de modo a interpretar a legislação à luz da Constituição Federal.
Proporcionar ao estudantes discussões sobre teoria e prática do júri, prisão e liberdade, revisão criminal a partir da doutrina, jurisprudência, decisões judiciais.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: AÇÃO PENAL E AS SUA RELAÇÕES PROCESSUAIS PENAIS COM BASE NOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

1.1. Princípios constitucionais
1.2 Ação penal e os procedimentos processuais
1.3 Questões e Processos Incidentais.
1.4 Questões Prejudiciais.
1.5 Exceções.
1.6 Incompatibilidades e impedimentos.
1.7 Conflito de jurisdição.
1.8 Restituição de coisas apreendidas.
1.9 Medidas assecuratórias.
1.10 Incidente de falsidade.
1.11 Incidente de insanidade mental

UNIDADE II: SUJEITOS NO PROCESSO PENAL E AS TENSÕES FRENTE À PRESERVAÇÃO DA INTEGRALIDADE FISICA E DA DIGNIDADE HUMANA COM BASE NOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS COROLÁRIOS.

2.1 Sujeitos processuais.
2.2 Prisão e Liberdade Provisória.

2.3 Princípio da inocência e cautelaridade.
2.4 Prisão em flagrante.
2.5 Prisão temporária.
2.6 Prisão preventiva.
2.7 Prisão cautelar: sentença condenatória e decisão de pronúncia.
2.8 Liberdade provisória com fiança.
2.9 Liberdade provisória sem fiança.
2.10 Relaxamento de prisão.
2.11 Execução provisória.

UNIDADE III: PROCESSO, PROCEDIMENTOS, PROVA E JURI

3.1 Processo e Procedimento: Comum, Ordinário, Sumário, Sumaríssimo.
3.2 Prova: Teoria geral da prova, Meios de prova, Inadmissibilidade das provas ilícitas.
3.3 Atos processuais ; Intimação, Citação, notificação
3.4 Decisões interlocutórias,Decisões com força de definitiva.
3.5 Sentença.
3.6 Coisa julgada.
3.7 Tribunal do Júri.
3.7.1 Sumária de culpa.
3.7.2 Pronúncia e despronúncia.
3.7.3 Impronúncia.
3.7.4 Absolvição sumária.
3.7.5 Desclassificação.
3.7.6 Fase de julgamento.
3.7.7 Desaforamento.
3.7.8 Jurados.
3.7.9 Quesitos.
3.7.10 Sessão de julgamento.

Metodologia

Aulas expositivas; discussão de casos concretos; leitura e interpretação de textos extraídos da bibliografia proposta.

Avaliação

A avaliação será feita por meio de três provas escritas.

Bibliografia Básica

BONATO, Gilson (Org.). **Direito Penal e Processual Penal: uma visão garantista.** Rio de janeiro: Lúmen Júris.
CARVALHO, Amilton Bueno de(Org**.). Direito Penal e Processual Penal.** Rio de Janeiro: Lúmen Juris
JARDIM, Afrânio Silva. **Direito Processual Penal.** 5ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense.
GRECO FILHO, Vicente. **Manual de Processo Penal**. São Paulo: Editora Saraiva.
FERNANDES, Antonio Scarance. **Processo Penal Constitucional**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
PIERANGELI, José Henrique**. Processo penal: evolução histórica e fontes legislativas.** São Paulo: Thomson/Iob
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. Vol. 2 e 3. São Paulo: Editora Saraiva.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 8º Semestre
DIR 151	Formação Profissional - FP	Direito Civil VII

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Direito Civil II	

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Estuda a evolução da concepção de Família e suas relações jurídicas constitucional, civil, comercial e tributária; a união conjugal: casamento, concubinato, homoafetivas; dissolução da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial; parentesco; pátrio poder; tutela, curatela; ausência; alimentos. Proteção do infanto-juvenil nas diferentes composições familiares na sociedade contemporânea.

Objetivos

Compreender a lógica que preside a compreensão do Direito de Família através das relações entre os textos legais vigentes, as transformações sociais e as interpretações doutrinárias, auxiliando os acadêmicos a refletirem sobre o tema e instrumentalizando-os para que possam atuar de forma profissional com a temática.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: INTRODUÇÃO AO DIREITO DE FAMÍLIA.
1.1 Princípios.
1.2 Constituição de 1988.
1.3 Importância da Interdisciplinaridade (do Direito de Família para outras disciplinas e vice-versa).
1.4 Diferentes composições familiares na sociedade contemporânea

UNIDADE II: CASAMENTO.
2.1 Histórico.
2.2 Conceito.
2.3 Casamento Civil e Religioso.
2.4 Formalidades preliminares.
2.5 Habilitação para o casamento.
2.6 Impedimentos matrimoniais.
2.7 Casamento Inexistente, Nulo e Anulável.
2.8 Casamento Putativo.
2.9 Celebração.
2.10 Provas. Eficácia.
2.11 Direitos e Deveres dos Cônjuges.

UNIDADE III: REGIME DE BENS.
3.1 Princípios fundamentais.
3.2 Pacto antenupcial.
3.3 Requisitos.
3.4 Regime de Comunhão Parcial de Bens.
3.5 Regime de Comunhão Universal de Bens.
3.6 Regime de participação final nos aqüestos.
3.7 Regime de Separação de Bens. (Bens de Família).

UNIDADE IV Dissolução da Sociedade e do Vínculo Conjugal.
4.1 Falecimento. Nulidades.
4.2 Separação judicial.

4.3 Separação Consensual.
4.4 Separação Litigiosa. Divórcio.
4.5 Conversão da separação judicial em divórcio.
4.6 Divórcio direto.
4.7 Acordos e Mediação Familiar.

UNIDADE V: UNIÃO ESTÁVEL.
5.1 Natureza jurídica.
5.2 Conceito.
5.3 Elementos constitutivos.
5.4 Espécies.
5.5 Aspectos legais.
5.6 Patrimônio.
5.7 Direito intertemporal.
5.8 Dissolução.
5.9 Sucessão.
5.10 União homoafetiva.
5.11 Direitos vedados.

UNIDADE VI: RELAÇÃO DE PARENTESCO
6.1 Direito parental.
6.2 Contagem de graus.
6.3 Afinidade.
6.4 Filiação matrimonial e não matrimonial.
6.5 Reconhecimento voluntário e judicial.
6.6 Adoção.
6.7 Poder familiar.
6.8 Usufruto e administração dos bens dos filhos menores.

UNIDADE VII: ALIMENTOS.
7.1 Introdução.
7.2 Conceito.
7.3 Pressupostos.
7.4 Modalidades.
7.5 Sujeitos da obrigação.
7.6 Transmissão.
7.7 Ação de Alimentos.
7.8 Execução de Alimentos.

UNIDADE VIII: TUTELA.
8.1 Introdução.
8.2 Conceito.
8.3 Requisitos.
8.4 Incapazes de exercer.
8.5 Escusa. Exercício.
8.6 Prestação de Contas.
8.7 Cessação.

UNIDADE IX: CURATELA.
9.1 Conceito.
9.2 Princípios.
9.3 Tipos. Interdição.
9.4 Exercício da curatela

UNIDADE X: AUSÊNCIA.

10.1 Introdução. 10.2 Curadoria do ausente. 10.3 Conseqüências para o Direito de família **UNIDADE XI: NOVAS TEMÁTICAS SOBRE O DIREITO DAS FAMILIAS**
Metodologia
Aulas expositivas, com comentários e discussões sobre a teoria e o direito positivo; apresentação de questões práticas; estudos de casos; análise de jurisprudência; comentários sobre assuntos relacionados e pertinentes à disciplina. Uso do quadro e recursos áudios-visuais; condução de seminários e de trabalhos em grupos de estudos.
Avaliação
Os alunos serão submetidos a três avaliações regimentais assim constituídas: 1ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 8,0 pontos - Trabalho escrito ou oral: 2,0 pontos 2ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 8,0 pontos - Trabalho escrito ou oral: 2,0 pontos 3ª Avaliação – Trabalho interdisciplinar: 10,0 pontos
Bibliografia Básica
FARIAS, Cristiano Chaves de e ROSENVALD, Nelson. **Direito das Famílias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, Última edição. DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. São Paulo: RT, Última edição. FACHIN, Luiz Edson. **Elementos Críticos do Direito de Família.** Rio de Janeiro: Renovar. Última edição. GOMES, Orlando. **Família**. Rio de Janeiro: Forense, Última edição. LÔBO, Paulo. **Famílias**. São Paulo: Saraiva, Última edição. MADALENO, Rolf. **Curso de Direito de Família**. Rio de Janeiro: Forense. RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de Família**. Rio de Janeiro: Forense, Última edição. VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. **Direito de Família.** v. 6. 5. ed. São Paulo: Atlas, Última edição.

==========

6.9 DISCIPLINAS/ COMPONENTES CURRICULARES DO 9º SEMESTRE

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/ 9º Semestre
DIR152	Formação Profissional - FP	Direito da Seguridade Social

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Direito do Trabalho II	

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Aborda a evolução da seguridade social no mundo e no Brasil, tendências e rumos gerais da previdência social. Analisa as relações jurídicas do sistema de Benefício e de Custeio. As prestações previdenciárias dos segurados e dependentes. Acidentes de trabalho. As relações judiciais e administrativas da previdência social. Disposições penais.. Previdência Social: Regimes Especiais (Rurais, Ex-combatentes, Aeronautas e outros). Benefícios Previdenciários em espécie.

Objetivos

A disciplina tem como finalidade desenvolver as noções básicas da Seguridade Social, sob uma ótica crítica. Preparar o estudante para a compreensão de temas importantes para o Direito Previdenciário e correlatos às demais relações jurídicas. Especificamente pretende-se:

- Analisar e discutir as bases do Sistema da Seguridade Social possibilitando ao aluno a compreensão dos seus contornos jurídico-constitucionais
- Desenvolver criticamente os conceitos, princípios orientadores do Sistema da Seguridade Social situando-os historicamente.
- Compreender os regimes previdenciários: próprios, privados, rural e outros.
- Situar co-relacionando o conteúdo programático com os demais ramos do Direito.
- Problematizar as relações jurídicas do sistema de Benefício e de Custeio, as prestações previdenciárias dos segurados e dependentes e os acidentes de trabalho

Conteúdo Programático

UNIDADE I: INTRODUÇÃO AO DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL
1.1. Evolução Histórica.
1.2. Evolução no Direito Brasileiro à luz das Constituições.
1.3. Conteúdo da Seguridade Social: Previdência, Assistência Social e Ações de Saúde
1.4. Fontes do Direito da Seguridade Social.
1.5. Princípios da Seguridade Social

UNIDADE II: RISCOS
2.1 Conceito
2.2 Natureza e Espécies

UNIDADE III: RELAÇÕES JURÍDICAS DE SEGURIDADE SOCIAL
2.1. Pólos Relacionados. Natureza do Vínculo. Objeto da Técnica. Financiamento do Custeio. Prestações Disponíveis.
2.2. Relação Jurídica de Assistência Social
2.3. Relação Jurídica das Ações de Saúde.
2.4. Relação Jurídica de Previdência Social: filiação, inscnção, custeio e prestação.
2.4.1. Relação Jurídica de Custeio: sujeitos e objetivo. Presunções aplicáveis à área do custeio.
2.4.2. Relação Jurídica de Prestações: sujeitos e objetivo

UNIDADE IV: CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL
4.1. Fontes de Custeio da Seguridade Social
4.2. Natureza Jurídica da Contribuição à Seguridade Social
4.3. Contribuições exclusivas do sistema de Previdência Social
4.4. Contribuintes: a) União; b) trabalhador; c) empresa; d) produtor rural e do segurado especial; e) empregador rural - pessoa jurídica; f) clubes de futebol; g) contribuições de terceiros; h) contribuição social sobre o faturamento; i) contribuição social sobre o lucro; j) contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos; k) outras receitas
4.5. Isenção da Contribuição da Seguridade Social
4.6. Arrecadação e Recolhimento de Contribuições.
4.7. Responsabilidade Solidária
4.8 Restituição e Compensação de Contribuições
4.9 Decadência e Prescrição relativas à contribuição da Seguridade Social

UNIDADE V: PREVIDÊNCIA SOCIAL
5.1. Beneficiários
5.2. Prestações: período de carência, salário-de-benefício, renda mensal dos benefícios, reajustamento do valor dos benefícios
5.3. Acidente do Trabalho e seus efeitos.
5.4. Benefícios em espécie.
5.5. Tempo de Serviço e Contagem Recíproca
5.6. Os Regimes Previdenciários: próprios, privados, rural e outros

Metodologia

Os temas serão desenvolvidos de forma a possibilitar ao estudante a apreensão do conteúdo e a sua aplicação prática através de aulas expositivas, estudo de textos, atividades com emprego de técnicas de dinâmica de grupo, realização de seminários, análise de casos, debates e exercícios que exijam leitura e pesquisa do direito positivo, doutrina e jurisprudência. De forma esquematizada, pretender realizar, sobretudo:

- Aulas expositivas
- Pesquisas orientadas pelo professor
- Leitura da doutrina indicada
- Seminários

Avaliação

Provas, trabalhos e participação em sala de aula (assiduidade, dedicação, participação, interesse, capacidade de interpretação e de crítica).

Bibliografia Básica

BALERA, Wagner. **A Seguridade Social Na Constituição Federal.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.
CARDONE, Marly. **Previdência, Assistência, Saúde - O não-trabalho na Constituição de 1988.** São Paulo: LTr, 1990.
CASTRO, Carlos Alberto Pereira de e LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário.** São Paulo: LTr, 2001
MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Princípios de Direito Previdenciário**. São Paulo: Editora LTr, 1983
_____. **A Seguridade Social na Constituição Federal.** São Paulo: LTr, 1993.
_____. **Comentários à Lei Básica da Previdência Social. Tomos I e II.** São Paulo: LTr, 1992.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação			Disciplina/Componente Curricular/9º Semestre			
DIR 153	Formação Fundamental - FF			Tópicos Especiais (Direito e Literatura)			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Prático**	**Trabalho**	**Total**
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Estudo das representações do direito, das instituições e práticas jurídicas na Literatura em diferentes épocas. Aborda o modo pelo qual a literatura tematiza conflitos e tensões sociais no campo do direito. Análise das representações elaboradas pela sociedade acerca do Direito e da justiça. Estudo do *modus operandi*, pelo viés da literatura, da subjetividade intrínseca na dinâmica axiológica relacionada ao Direito.

Objetivos

Apresentar as especificidades do campo literário, em sua estrutura e dinâmica.
Discutir as interfaces entre direito e literatura.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: O CAMPO LITERÁRIO

1.1. Literatura como instituição
1.2. Estrutura e funcionamento do campo literário

UNIDADE II: LITERATURA: EXPERIÊNCIA/MODO DE APREENDER O MUNDO

UNIDADE III: LITERATURA E DIREITO: INTERFACES

3.1 Modos de saber, modos de interpretar

3.2 Ficções: o estatuto da verossimilhança

3.3 Noções de autor e autoridade

UNIDADE IV: VIDAS INFAMES, DELITOS E ABSOLVIÇÃO NO DIREITO E NA LITERATURA

Metodologia

O curso será desenvolvimento a partir de expositivas participadas, discussão de textos teóricos e literários e apresentação de seminários.

Avaliação

Apresentação e debate dos textos previamente distribuídos.
Escrita de um *paper* (em três páginas, espaço 1 e meio) sobre a interface entre Literatura e Direito, considerando os textos lidos e os debates em sala de aula.

Bibliografia Básica

BARTHES, Roland. **Aula.** São Paulo: Cultrix, 1985.

DELEUZE, Gilles. **A literatura e a vida. In: Crítica e clínica.** São Paulo: Editora 34, 1997.

ISER, Wolfgang. **Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional**. In: COSTA LIMA, Luiz

(org.). **Teoria da literatura em suas fontes**. Vol. 2.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura; uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes

FOUCAULT, Michel. **A vida dos homens infames**. In.: *O que é um autor?* Lisboa: Veja Editorial, 2002.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor**? In.: Estética: literatura e pintura, música e cinema/Michel Foucault; organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. Coleção Ditos & Escritos. Vol. III.
LUDMER, Josefina: O delito como instrumento crítico. In.: **O corpo do delito: um manual.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/9º Semestre
DIR 154	Formação Profissional - FP	Direito Processual Penal III

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Direito Penal II	

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Aborda os procedimentos e suas formas no processo penal, as ações de impugnação e execução penal. Estuda os procedimentos comuns e especiais recursos e processo penal na segunda instância. Analisa os Juizados Especiais seus fundamentos e procedimentos.

Objetivos

Analisar a legislação processual penal para aplicar em consonância com os fundamentos de um Estado Democrático de Direito,
Instrumentalizar os estudantes na aplicação dos recursos do processo penal e demais procedimentos.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: DOS RECURSOS EM GERAL
1.1. Conceito.
1.2. Fundamento.
1.3. Princípios Gerais.
1.3.1. Taxatividade.
1.3.2. Unirrecorribilidade.
1.3.3. Fungibilidade.
1.3.4. Voluntariedade.
1.4. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.
1.5 Pressupostos objetivos:
1.5.1. Cabimento.
1.5.2. Adequação.
1.5.3. Tempestividade.
1.5.4. Regularidade formal.
1.5.5. Inexistência de fatos impeditivos e extintivos
1.6. Pressupostos subjetivos:
1.6.1. Legitimidade
1.6.2. Interesse em recorrer

UNIDADE II: APELAÇÃO
2.1. Conceito.

2.2. cabimento e adequação.
2.2.1. Sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.
2.2.2. Decisões definitivas, ou com força de definitivas que não caiba recurso em sentido estrito.
2.2.3. Decisões do Tribunal do Júri.
2.3. Tempestividade e regularidade formal.
2.4. Legitimidade e interesse em Recorrer.
2.6. Efeitos.
2.7. Reformatio in Pejus e Reformatio in Melius.
2.8. Emendatio Libelli e Mutatio Libelli.

UNIDADE III: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
3.1. Conceito.
3.2. Cabimento e adequação.
3.3. Tempestividade e regularidade formal.
3.4. Legitimidade e Interesse em recorrer.
3.5. Processamento.
3.6. Efeitos.

UNIDADE IV: DEMAIS RECURSOS
4.1 Embargos de Declaração.
4.2 Embargos Infringentes.
4.3 Carta testemunhável.
4.4 Correição Parcial.
4.5 Agravos.
4.6 Recurso Extraordinário e Recurso Especial.

UNIDADE V: AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO
5.1. Hábeas Corpus.
5.2. Mandado de segurança.
5.3. Revisão criminal

UNIDADE VI: NULIDADES.

UNIDADE VII: EXECUÇÃO PENAL.

UNIDADE VIII: JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL.

Metodologia

Aulas expositivas; discussão de casos concretos; leitura e interpretação de textos extraídos da bibliografia proposta.

Avaliação

A avaliação será feita por meio de três provas escritas.

Bibliografia Básica

CHOUKR, Fauzi. **Processo Penal de Emergência**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2002, Revista dos Tribunais.
FERNANDES, Antônio Scaranse. **Processo Penal Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, s.d.
FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão: teoria do garantismo penal.** Ed. Revista
GRINOVER, Ada Pellegrini. **As Condições da Ação Penal: Uma Tentativa de Revisão.** São Paulo: Editora José Bushatsky, 1977.
GRINOVER, SCARANSE Fernandes & Gomes Filho. **As Nulidades no Processo Penal**. 6° Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.
JARDIM, Afrânio Silva. **Direito Processual Penal**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.
PORTANOVA, Ruy. **Motivações Ideológicas da Sentença**. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 1992.
SILVA, Jardim. Afrânio. **Direito Processual Penal.** 8º ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. Vol. 1 e 2. São Paulo: Editora Saraiva, 1998.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/9º Semestre
DIR 155	Formação Prático - FPR	Estágio de Prática Jurídica III

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
01	00	01	02	15	00	45	60

Ementa

Discute os casos práticos em sala de aula. Estágio supervisionado, desenvolvido através de atendimento jurídico à população carente com o acompanhamento de processos sob a supervisão do professor. Elaboração de peças processuais nas áreas civil, administrativo, eleitoral e juizados especiais nas Varas. Articulação com as temáticas da monografia.

Objetivos

Criar situações axiológicas do aprendizado aos estudantes aliado as lições éticas do profissional bacharel em Direito.
Promover o exercício das técnicas de mediação e conciliação como meios alternativos de resolução dos conflitos extrajudiciais.
Elaborar peças processuais nas áreas civil, administrativo, eleitoral e juizados especiais nas Varas.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

1.1 Levantamento de casos
1.2 Estudo dos casos para fundamentação
1.3 Assistir 12 audiências nas varas cíveis, Juizados Especiais e no tribunal.
1.4 Levantamento de casos com conflitos de natureza transindividuais (coletivos, Individuais e difusos).
1.5 Levantamento de casos dos Juizados Especiais

UNIDADE II: ELABORAÇÃO DE PEÇAS PROCESSUAIS E SIMULAÇÃO
2.1.Petição inicial de ações:
2,1,1 Ação civil pública.
2,1,2 Mandado de Segurança Coletivo
2.1.3 Usucapião coletivo urbano
2.2 Sentença
2.3 Recursos
2.4 A mediação, conciliação e arbitragem como formas de solução do conflito.

UNIDADE III: ORGANIZAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO, COOPERATIVAS E SINDICATOS E SEUS REGISTROS
3.1 Elaboração de estatuto, ata de fundação, eleição e reuniões ordinária e extraordinária
3.2 Registros no cartório (associação), cartório e ministério do trabalho (sindicato), junta comercial (cooperativa)
3.3 Elaboração de contrato social de criação de empresas

UNIDADE IV: PRÁTICA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.
4.1 Sindicância: Fase: instauração, instrução, relatório e decisão.
4.2 Disciplinar e sumário

UNIDADE V: PRÁTICA DO PROCESSO ELEITORAL 5.1 Registro do partido político e do seu estatuto 5.2 Registro da candidatura 5.3 Ação de Impugnação de registro de candidatura 5.4 ação de investigação eleitoral 5.5 Ação de impugnação de mandato eletivo 5.6 Recursos eleitorais 5.6.1 recurso contra a diplomação 5.6.2 recurso inominado 5.6.3 recurso especial e extraordinário 5.6.4 representação e reclamação eleitoral 5.6.5 requerimento de direito de resposta 5.5.6 Elaboração de relatório final com descrição circunstanciada das atividades desenvolvidas ao longo do semestre.
Metodologia
Apresentação de casos práticos e simulações em sala de aula. Estágio supervisionado, desenvolvido através de orientação jurídica/formação jurídico popular, técnicas de resolução de conflitos/mediação e encaminhamento processual destinado à população em condições de vulnerabilidade. Elaboração de peças processuais e recursos. Acompanhamento de processos sob a supervisão do professor da disciplina. Comparecimento às 12 audiências e discussão dos trabalhos práticos.
Avaliação
Ocorrerá de forma processual e contínua a partir dos relatórios das atividades elaboradas em sala de aula, pareceres, elaboração de *cases,* simulações, etc.
Bibliografia Básica
ALVAREZ, Anselmo Pietro e SILVA, Nelson Finotti. **Manual de processo civil e Pratica Forense**. Rio de Janeiro: Campus FRISKE, Gabriela e TOLDO, Julio Cossito. **Prática forense cível**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos LIMA, Alcides de Mendonça: **Introdução aos recursos cíveis**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996. MARQUES, José Frederico. **Manual de Direito Processual Civil brasileiro**. Vol. I. Campinas: Bookseller, 2001. PORTANOVA, Ruy. **Motivações Ideológicas da Sentença**. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/9º Semestre
DIR156	Formação Prático - FPR	Monografia II

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Monografia I	Monografia III, Seminário de Estudo do Direito Avançado

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
01	00	01	02	15	00	45	60

Ementa

Orientação para a elaboração do corpo teórico da monografia e dos instrumentos da pesquisa de campo. Normas da ABNT.

Objetivos

1. Discutir os tipos de investigação especialmente as possibilidades da pesquisa de campo, articulada a pesquisa teórica e documental;
2. Orientar o aluno para conclusão do projeto de pesquisa e do capitulo I do trabalho de TCC resultante das leituras e análises da bibliografia levantada com aprofundamento do referencial teórico;
3. Acompanhar a construção da monografia
4. Criar as condições para apresentação pública do Projeto de Pesquisa.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: TIPOS DE INVESTIGAÇÃO

1.1 Pesquisa básica e pesquisa aplicada
1.2 Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa

UNIDADE II: TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

2.1. Pesquisa de Campo:
2.1.1 Estudo de caso,
2.1.2 Pesquisa participante e
2.1.3 Pesquis-ação.

UNIDADE III: PESQUISA TEÓRICA/DOCUMENTAL

3.2 Análise de Discurso
3.3 Análise de Conteúdo

UNIDADE IV: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
4.1 Informantes privilegiados testemunhos ideais,
4.2 Observação direta, coleta e análise de jurisprudência, história de vida, testemunhos ideais aplicação de questionário, entrevistas entre outros.

Metodologia

A carga horária prevista para a disciplina é de 60 horas/aula distribuídas em 14 encontros, 1 por semana com duração de 4 horas, onde serão ministradas inicialmente aulas expositivas, relatos de pesquisa por professores e pesquisadores, discussão e resenha de textos e artigos, produção de textos em sala de aula, e apresentação do projeto em Banca Pública com participação de estudantes, professores e pesquisadores num momento de qualificação do projeto.

Avaliação

A avaliação será feita ao longo do curso. Desde o acompanhamento cotidiano (participação em sala de aula, análise e exposição oral de projetos e teorias discutidas), até a distribuição de notas para as seguintes

atividades: projeto de pesquisa, capítulo I – referencial teórico e estado da arte da problemática, qualificação do Projeto em sessão pública.

Bibliografia Básica

FAURE, Guy Olivier. **A Constituição da Interdisciplinaridade.** Rio de Janeiro: Revista Tempo Brasileiro, jan/mar, 1992
GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. **Re (pensando a pesquisa jurídica)** Belo Horizonte, Del Rey, 1999.
HENRIQUES, Antonio e MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no Curso de Direito**. São Paulo: Atlas, 2004
JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
_____, **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
LARENZ, Karl, **Metodología da Ciência do Direito**, 3ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
LEITE, Eduardo oliveira de. **A Monografia Jurídica**. São Paulo: Revista dos Tribunais,2002
SOBRINHO, José Wilson Ferreira. **Pesquisa em Direito e Monografia Jurídica**. Porto Alegre: Fabris, 1997.
SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso Sobre as Ciências**. 11 ed. Porto: Afrontamento, 1999.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/9º Semestre
DIR157	Formação Profissional - FP	Direito Eleitoral

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Direito Constitucional III, Direito Penal II	

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30	00	60

Ementa

Estuda a teoria geral do Direito Eleitoral e suas relações com os princípios do Estado de Direito Democrático, a justiça eleitoral, o sufrágio, o voto, o escrutínio, os direitos políticos, o direito partidário, o alistamento eleitoral, o processo jurídico do registro de candidatos, a propaganda eleitoral, a votação, tomando como eixos básicos as concepções de: democracia, justiça, moralidade e cidadania. Analisa os recursos eleitorais e outros meios impugnatórios, o crime e o processo eleitoral penal observando os mesmos eixos básicos.

Objetivos

A disciplina tem como finalidade desenvolver as noções básicas do Direito Eleitoral, sob uma ótica crítica. Preparar o estudante para a compreensão de temas importantes relativos a este ramo do Direito e correlatos às demais relações jurídicas. Especificamente pretende-se:

- Analisar e discutir as bases do Sistema Eleitoral e as suas relações com o Estado Democrático de Direito.
- Refletir sobre o sufrágio, o voto, o escrutínio, os direitos políticos, o direito partidário, o alistamento eleitoral, o processo jurídico do registro de candidatos, a propaganda eleitoral, a votação com base nas concepções de democracia, justiça, moralidade e cidadania
- Analisar o processo eleitoral os seus recursos/ações impugnatórios, o crime e o processo eleitoral penal.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
1.1. Noções Introdutórias
1.2. Conceitos Básicos: federação, soberania, voto.
1.3. Sistemas de Representação e de Governo
1.4 Princípios Constitucionais
1.5 Sistemas Eleitorais

UNIDADE II: A QUESTÃO DO SUFRÁGIO, VOTO, DIREITOS POLÍTICOS, PARTIDOS POLÍTICOS NA LEGISLAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL
2.1. Quadro evolutivo da legislação eleitoral
2.2 Constituição 1891, 1937, 1946, 1967 (1969), 1988 e as legislações específicas
2.3 Partidos Políticos

UNIDADE III: PROCESSO ELEITORAL E AS ELEIÇÕES
3.1. Eleições e Inelegibilidades. Aspectos Constitucional e infra-constitucional (LC 64/90)
3.2. Condições de elegibilidade
3.3. Candidaturas: registro, impugnação, recursos
3.4. Investigação Judicial Eleitoral
3.5. Recurso contra diplomação
3.6. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo

UNIDADE IV: JUSTIÇA ELEITORAL
4.1. Composição
4.2. Duplo grau de jurisdição
4.2.1 Competências originárias dos Tribunais Superiores
4.2.1.1 Poder Regulamentar do TSE: Instruções e Resoluções
4.2.1.2 Função consultiva do TSE
4.3. Natureza Jurídica da sentença eleitoral. Administrativa e Judicial.

UNIDADE V: PROPAGANDA ELEITORAL E AS AÇÕES E RECURSOS POSSÍVEIS
5.1 Inexigibilidade
5.2 Ação de impugnação
5.3 Outras ações

UNIDADE VI: OS CRIMES ELEITORAIS
6.1 Tipos de crimes

Metodologia

Os temas serão desenvolvidos de forma a possibilitar ao estudante a apreensão de seu conteúdo e a sua aplicação prática através de aulas expositivas, estudo de textos, atividades com emprego de técnicas de dinâmica de grupo, realização de seminários, análise de casos, debates e exercícios que exijam leitura e pesquisa do direito positivo, doutrina e jurisprudência. De forma esquematizada, pretender realizar, sobretudo:

- Aulas expositivas
- Pesquisas orientadas pelo professor
- Leitura da doutrina indicada
- Seminários

Avaliação

Provas, trabalhos e participação em sala de aula (assiduidade, dedicação, participação, interesse, capacidade de interpretação e de crítica).

Bibliografia básica

BECKER, Gustavo; TELTES, Octavio Mendonça. **Código Eleitoral Anotado e Manualizado**. Brasília: Brasília Jurídica, 1998.
COSTA, Elcias Ferreira da. **Direito Eleitoral: legislação – doutrina, jurisprudência**. Rio de Janeiro: Forense, 1992.
JARDIM, Torquato. **Direito Eleitoral Positivo**. 2ª ed. rev. ampl. Brasília: Jurídica, 1998.
JARDIM, Torquato**. Introdução ao Direito Eleitoral Positivo**. Brasília: Jurídica, 1994
NASCIMENTO, José Anderson. **Tópicos de Direito Eleitoral**. São Paulo: Ícone, 1998.
NASCIMENTO, Tupinambá M. C. Do. **Comentários à nova lei eleitoral.** Porto Alegre: Síntese, 1997.
QUEIROZ, Ari Ferreira de**. Direito Eleitoral**. Goiânia: IPEC, 1998.
TELES, Ney Moura. **Direito Eleitoral – Comentários à Lei nº 9.504/97**. São Paulo: Atlas, 1998.

==========

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/9º Semestre
DIR158	Formação Profissional - FP	Direito Civil VIII

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Direito Civil II	

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
02	01	00	03	30	30		60

Ementa

Direito das Sucessões. A Sucessão em geral. Espécies de sucessão. Cessão de Herança. Capacidade para suceder. Herdeiros e Legatários. Aceitação da herança. Renúncia. Retratação. Petição de Herança. Exclusão por indignidade Sucessão Legítima e Testamentária. Sucessão na linha reta. Sucessão do cônjuge. Sucessão de colaterais. Herança jacente. Sucessão Testamentária. Colação. Substituições. Deserdação. Inventário. Arrolamento. Pagamento das dívidas. Inventário negativo. Partilha. Bens sonegados.

Objetivos

Proporcionar aos estudantes à compreensão do direito sucessório, apontando seus conceitos, fundamentos e princípios, à luz de uma perspectiva civil-constitucional.
Identificar as raízes históricas, filosóficas e sociológicas que embasaram seu evolver histórico.
Analisar as principais transformações do direito das sucessões implantadas pela nova codificação civil, com ênfase na ordem de vocação hereditária e seus contornos, assim como as controvérsias que envolvem a sucessão dos cônjuges e companheiros.
Apreender de forma crítico e investigativo da casuística pátria e analisar as situações concretas de maior relevo e repercussão doutrinária e jurisprudencial

Conteúdo Programático

UNIDADE I: SUCESSÃO
1.1. Conceito de Sucessão e Direito Sucessório (Comparativo)
1.2. Noções Introdutórias
1.3. Abertura da Sucessão
1.4. Momento e Lugar
1.5. Objeto

UNIDADE II: ESPÉCIES DE SUCESSÃO
2.1. Legítima
2. 2. Testamentária
2.3. Sucessões anômalas

UNIDADE III: HERDEIROS
3.1. Herdeiro a título singular
3.2. Herdeiro a título universal

UNIDADE IV: ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA
4.1 Transmissão da posse e domínio da herança.
4.2 Herança jacente e vacante.
4.3 Capacidade para suceder.
4.4 Indignidade e deserdação.

UNIDADE V: SUCESSÃO LEGÍTIMA:
5.1. Vocação Hereditária
5.2 Direito de Representação
5.3 Direito de Transmissão
5.4 Formas de Suceder

UNIDADE VI: SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA
6.1 Legítima e Herdeiros Necessários
6.2 O testamento
6.3 Formas e Características
6.4 Requisitos
6.5 Cláusulas e disposições testamentárias
6.6. Causas de inexecução do testamento
6.7 Codicilo.
6.8 Capacidade para testar.

UNIDADE VII: LEGADOS, INVENTÁRIOS E ARROLAMENTO
7.1. Abertura
7.2. Competência
7.3. Administração do espólio
7.4. Inventariante
7.5. Imposto de Transmissão
7 6. Ações do Espólio
7.7. Alvarás no inventário
7.8 ARROLAMENTO:
7.8.1. Comum
7.8.2. Sumário

UNIDADE VIII: PARTILHA
8.1. Amigável
8.2. Judicial
8.3. Rescisão
8.4. Nulidade
8.5 COLAÇÃO.
8.6 SONEGADOS.

UNIDADE IX: OUTRAS TEMAS
9.1 Petição de herança.
9.2 Cessão da herança.
9.3 Garantia dos quinhões.
9.4 Partilhas extrajudiciais- lei 11.441/2007.

Metodologia

Aulas expositivas, com comentários e discussões sobre a teoria e o direito positivo; apresentação de questões práticas; estudos de casos; análise de jurisprudência; comentários sobre assuntos relacionados e pertinentes à disciplina. Uso do quadro e recursos áudios-visuais; condução de seminários e de trabalhos em grupos de estudos.

Avaliação

Os alunos serão submetidos a três avaliações regimentais assim constituídas:
1ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 8,0 pontos
- Trabalho escrito ou oral: 2,0 pontos
2ª Avaliação – Apresentação de seminários acerca de temas específicos da disciplina: 10,0 pontos

Bibliografia básica

DIAS, Maria Berenice. **Manual das Sucessões**. São Paulo: RT, 2008.
GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Direito civil – Sucessões. Série Fundamentos Jurídicos.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**, 3. ed. Direito das sucessões. São Paulo: Saraiva, 2009.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes e Rodrigo da Cunha Pereira. **Direito das sucessões e o novo código civil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das sucessões**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

==========

6.9 DISCIPLINAS/ COMPONENTES CURRICULARES DO 10º SEMESTRE

Código	Eixo/Campo de Formação	Disciplina/Componente Curricular/9º Semestre
DIR 159	Formação Prático - FPR	Monografia III

Pré-requisitos do Componente Curricular	Pré-requisito para
Monografia II	

Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Trabalho	Total	Teórico	Práticos	Trabalho	Total
01	00	01	02	15	00	45	60

Ementa

Elaboração do Trabalho de conclusão de curso. Orientação individual da monografia.

Objetivos

Elaborar a monografia observando os componentes teóricos e metodológicos, bem como as normas da ABNT;
Orientar o estudante no trabalho de TCC resultante das leituras e análises da bibliografia levantada com aprofundamento do referencial teórico;
Acompanhar as orientações das monografias e organizar as bancas para apresentação pública da monografia.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA MONOGRAFIA
1.1 conceitos, componentes, etapas, aspectos técnicos e teóricos. Normas da ABNT.

UNIDADE II: INSTRUMENTOS DA PESQUISA
2.1 Questionário
2.2 Entrevista
2.3 Observação

UNIDADE III: TIPOS DE ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA, QUANDO EMPÍRICA
3.1 Análise de Discurso
3.2 Análise de Conteúdo

Metodologia

- Orientação individual
- Correção e indicação de leituras
- Elaboração do quadro teórico

Avaliação

- Elaboração do texto monográfico
- Cumprimento das etapas da elaboração do trabalho monográfico

Bibliografia básica

Normas da ABNT e a bibliografia específica dos temas das monografias.

LEITE, Eduardo oliveira de. **A Monografia Jurídica.** São Paulo: Revista dos Tribunais,2002.
CARRIÓN, Juna Javier Sánchez. **Manual da Análises de Dados**. Madrid, Ed. Alianza Editorial S.A., 1996.
CASAL, Adolfo Yáñez. **Para uma Epistemologia do Discurso e da Prática Antropológica**. Lisboa, Ed. Cosmos,n 1996
CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo, Ed. Cortez, 1998.
SALOMON, Delcio Vieira. **Como fazer uma Monografia**. São Paulo, Martins Fontes.
SOBRINHO, José Wilson Ferreira. **Pesquisa em Direito e Monografia Jurídica.** Porto Alegre: Fabris, 1997.

==========

Código	**Eixo/Campo de Formação**	**Disciplina/Componente Curricular/ 10º Semestre**
DIR 160	Formação Prático - FPR	Estágio de Prática Jurídica IV
Pré-requisitos do Componente Curricular		**Pré-requisito para**

Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
01	00	01	02	15	00	45	60

Ementa

Elaborar peças processuais sobre as Ações constitucionais, o descumprimento de preceitos fundamentais e ações coletivas. Discute os casos práticos em sala de aula decorrentes do estágio e do comparecimento nas audiências nas varas e secção no Tribunal. Estágio supervisionado, desenvolvido através de atendimento jurídico à população carente com o acompanhamento de processos, sob a supervisão do professor. Articulação teórica e prática da hermenêutica contemporânea aos casos reais.

Objetivos

Estimular a reflexão e a prática dos estudantes junto às ações constitucionais;
Elaborar peças processuais constitucionais comprometido com as demandas sociais;
Desenvolver atividades práticas relacionadas aos instrumentos internacionais de defesa dos Direitos Humanos e acesso as Cortes Internacionais.
Elaborar peças processuais sobre ações: coletivas, constitucionais, amicus curiae e descumprimento de preceitos fundamentais.

Conteúdo programático

UNIDADE I: ELABORAÇÃO DE PEÇAS PROCESSUAIS DE CUNHO TEÓRICO-PRÁTICO SOBRE:
1.1 Mandado de segurança,
1.2 Ação civil pública, ação popular,
Mandado de injunção,
1.4 Habeas Corpus
1.5 Ação declaratória de constitucionalidade,
1.6 Ação declaratória de inconstitucionalidade,
1.7 Ação de descumprimento de preceito fundamental, amicus curiae, denúncia internacional de violação dos direitos humanos.

UNIDADE II: DEBATE DAS PEÇAS PROCESSUAIS

Metodologia

Elaboração de peças processuais. Comparecimento a audiências e discussão dos trabalhos práticos. Leituras pertinentes aos casos concretos.
Avaliação
Ocorrerá de forma processual e contínua a partir dos relatórios das atividades elaboradas em sala de aula, pareceres, elaboração de *case e* peças processuais.
Bibliografia básica
BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, BRANDÃO, Paulo de Tarso. **Ações constitucionais, "novos" direitos e Acesso à justiça**. OAB: SC, _____. **Direito e processo: razão burocrática e acesso à justiça**. São Paulo: Max Limond. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Coimbra: Almedina. NISHIYAMA, Adolfo Mamoru. **Remédios constitucionais**. Barueri/São Paulo: Manole. MIRANDA, Jorge. **Direito constitucional**. Coimbra: Almedina, SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, TAVARES, André Ramos. **Tratado de Argüição de preceito fundamental**. São Paulo: Saraiva _____. **Fronteiras da hermenêutica constitucional**. São Paulo: Método.

==========

Código		Eixo/Campo de Formação		Disciplina/Componente Curricular/ 10º Semestre			
DIR 161		Formação Prático - FPR		Seminário de Estudo do Direito Avançado			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
Monografia II							
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
01	00	01	02	15	00	45	60
Ementa							
Discussão e apresentação de temáticas avançadas de direito articulados com as demais áreas do conhecimento, a exemplo da bioética, biodireito e outras temáticas.							
Objetivos							
GERAL Promover debates sobre diversas temáticas no campo do direito entrelaçadas com outros campos do conhecimento. **ESPECÍFICO** Discutir temas sobre o fenômeno jurídico na abordagem multidisciplinar.							
Conteúdo Programático							
TEMAS: 1. A constitucionalidade das políticas afirmativas. O debate sobre as minorias sociais e os instrumentos de inclusão 2. Estatuto das Micro e pequenas empresas e o micro empreendedor individual: evolução histórica do tratamento jurídico dos pequenos empreendimentos, virtudes e critica o sistema legislativo. 3. A evolução do ensino jurídico no Brasil: realidade e perspectivas 4. A intertextualidade das decisões judiciais: a semiologia aplicada ao Direito 5. O direito à vida e as possibilidades jurídicas as sua disponibilizarão 6. Paternidade e maternidade na atualidade: debates para além do jurídico 7. Estatuto da criança e do adolescente 8. Aspectos jurídicos do Sistema Brasileiro de inteligência: um olhar sobre a atuação da ABIN (temática sugerida							

pelos componentes), sob a perspectiva dos direitos e garantias individuais fundamentais. 9. Implicações e vinculabilidade dos exames periciais psicológicos 10. Precarização das relações de emprego e cooperativas de trabalho 11. Os avanços proporcionados pela Lei de Responsabilidade Fiscal 12. Direito orçamentário e finanças públicas: LOA, PPA, LDO.
Metodologia
• Leitura dirigida; • Discussão das leituras das temáticas; • Atividades em grupos.
Avaliação
• Participação dos estudantes nos debates; • Trabalhos individuais ou em grupo; 02 (duas) ou mais avaliações escritas.
Bibliografia
A bibliografia será indicada de acordo com os temas definidos no planejamento da disciplina.

==========

Código		Eixo/Campo de Formação		Disciplina/Componente Curricular/ 10º Semestre			
DIR 162		Formação Prático - FPR		Ética Profissional			
Pré-requisitos do Componente Curricular				**Pré-requisito para**			
Ética							
Créditos				**Carga horária**			
Teóricos	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**	**Teórico**	**Práticos**	**Trabalho**	**Total**
02	01		03	30	30		60

Ementa

Estabelece as conexões entre Direito e Justiça, enfatizando a necessidade de formação técnica, teórica, política e ética do profissional do direito. Analisa casos concretos e dilemas éticos contemporâneos diante dos novos valores e conflitos e a função social das várias atividades a serem desenvolvidas pelo futuro graduado: o papel do Ministério Público e a Defesa da Cidadania, Advocacia Liberal e empresarial e Acesso á Justiça, a advocacia em Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular, Poder Judiciário: problemas contemporâneos e a responsabilidade social do juiz, Direitos humanos e os padrões internacionais sobre conduta policial ética e legal, Ética e Ensino Jurídico, A docência e a ética na pesquisa, novas carreiras profissionais para o jurista, As entidades de classe, a qualidade Ética dos Concursos Públicos, Exame Nacional de Cursos e Exame de Ordem.

Objetivos

- Capacitar os estudantes sobre a importância das normas ético profissionais da formação do bacharel em direito no Brasil.

- Explicitar a ontologia da relação entre Direito, Moral e Ética aplicada;

- Analisar a deontologia forense e seus princípios básicos;

- Explicitar as características das normas e sanções éticas em gênero e em espécie;

- Aplicar a teoria geral para os estatutos da Magistratura nacional, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Polícia Civil e Militar e dos docentes do ensino superior em Direito;

- Aplicar os conhecimentos teóricos com aprofundamento no Estatuto Ético da Advocacia no Brasil.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: DIREITO, MORAL, JUSTIÇA E ÉTICA
1.1 Direito, Moral, Justiça e Ética: conceitos e distinções
1.2 Deontologia das Profissões Jurídicas
1.3 Características da Deontologia Jurídica
1.4.Princípios Regentes da Deontologia Jurídica
1.5 Ainda Sobre Princípios

UNIDADE II: FORMAÇÃO DO BACHAREL EM DIREITO: ÉTICA E SANÇÕES
2.1 Formação do bacharel em direito e os princípios formadores desde o século XIX
2.2 Ética e os seus fundamentos
2.3.Sanções Éticas – Teoria Geral

UNIDADE III: DILEMAS ÉTICOS CONTEMPORÂNEOS DIANTE DOS NOVOS VALORES E CONFLITOS SÓCIO- POLÍTICO-ECONÔMICOS DAS VÁRIAS ATIVIDADES DO BACHAREL EM DIREITO
3.1 Ética do Ministério Público
3.2.Ética do Defensor Público
3.3.Ética dos Integrantes da Polícia
3.4 Ética dos Docentes do Ensino Superior Em Direito
3.5 Ética da Magistratura Nacional
3.6 Ética da Advocacia
3.7.Estudo Específico das Normas Éticas da Advocacia

Metodologia

- Aulas expositivas;
- Discussão de casos concretos
- Atividades em grupos

Avaliação

- Participação dos debates dos casos concretos;
- 02 (duas) ou mais avaliações escritas objetivas.

Bibliografia básica

LIMA, Luiz Langaro. **Curso de Deontologia Jurídica**. São Paulo: Saraiva.
NALINI, José Renato. **Ética Geral e Profissional**. São Paulo: Rev. Tribunais.
RAWLS, John. **Por uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins,
SODRÉ, Ruy Azevedo. **Ética Profissional e Estatuto do Advogado**. São Paulo: LTR.
TAVARES, André Ramos. **Teoria da justiça Constitucional**.São paulo: Saraiva
VASQUES, Adolfo Sanches**. Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

==========